

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

PAULA LOUANE MATOS BRAGA

O GOVERNO BERNARDES E A LIGA DAS NAÇÕES

FRANCA

2008

PAULA LOUANE MATOS BRAGA

O GOVERNO BERNARDES E A LIGA DAS NAÇÕES

**Dissertação apresentada à Faculdade de História,
Direito e Serviço Social da Universidade Estadual
Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do
título de Mestre em História. Área de Concentração:
História e Cultura Política**

Orientador: Prof. Dr. José Evaldo de Mello Doin

FRANCA

2008

PAULA LOUANE MATOS BRAGA

O GOVERNO BERNARDES E A LIGA DAS NAÇÕES

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do título de Mestre em História.
Área de Concentração: História e Cultura Política

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. José Evaldo de Mello Doin

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, ____ de _____ de 2008.

RESUMO

A participação do Brasil na Liga das Nações, no entre guerras, revela um momento de crescente afirmação do multilateralismo que acomoda a justaposição do binômio soberania/comunidade internacional. O pacifismo, a política de desarmamento, a assistência mútua são evocados no sistema internacional. Todavia, na política interna brasileira nota-se uma busca pela atualização e aprimoramento do aparato militar. A Primeira República é marcada por um momento de transição cujas transformações acomodam a coexistência de uma estrutura rígida e patriarcal com a invocação do novo e do moderno; uma consolidada “política dos governadores” que sofre, ao longo do tempo, diversas contestações como o movimento tenentista; um discurso idealista e pacifista no cenário internacional e uma política rígida e realista no âmbito interno. Estes são alguns dos fatores evidenciados na República Velha, que têm como sustento econômico de tais relações o café, cuja balança comercial favorável permite que se afirme na sociedade uma nova elite cafeeira, que mescla seus interesses privados com a definição da política na esfera pública. O resultado disso é um sentimento de grandeza, que é refletido na política externa de Artur Bernardes, guiada pela uma busca constante por um assento permanente no Conselho de Segurança da Liga das Nações, objeto de análise desse trabalho.

Palavras-chave: Primeira República; Artur Bernardes; Política Externa; Liga das Nações.

ABSTRACT

Brazil's participation in the League of Nations, between wars, revealed a moment of growing assertion of the multilateralism that accommodated the juxtaposition of the binomial, sovereignty/international community. Pacifism, disarmament policy, and mutual assistance were summoned within the international system. Nevertheless, in Brazilian domestic policy we can note a pursuit to update and improve the military apparatus. The First Republic lived a moment of transition in which transformations accommodated the coexistence of a rigid and patriarchal structure with the invocation of the new and the modern; a consolidated "policy of governors" that suffered several challenges over time as in the "lieutenant movement"; an idealistic and pacifist statement on the international scene, and a strict and realistic policy within the domestic sphere. These were some of the factors shown clearly in the Old Republic that had as its economic base in such relations as with coffee, which allowed for a favorable trade balance permitting the creation of a new elite in society that blended private interests with the definition of politics in the public sphere. The result of this was a sense of grandeur reflected in Artur Bernardes' foreign policy, as he was guided by a ceaseless quest for a permanent seat on the Security Council of the League of Nations, the subject of analysis of the work at hand.

Keywords: The First Republic; Artur Bernardes; foreign policy; League of Nations

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----|---------------------------------------|
| AHI | Arquivo Histórico Itamaraty |
| APM | Arquivo Público Mineiro |
| AN | Arquivo Nacional |
| BN | Biblioteca Nacional |
| CPC | Comissão Permanente Consultiva |
| LDN | Liga das Nações |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PRM | Partido Republicano Mineiro |
| PRP | Partido Republicano Paulista |
| UPA | União Pan-Americana |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| CAPÍTULO 1 PRIMEIRA FASE DA REPÚBLICA VELHA..... | 10 |
| 1.1 Proclamação da República | 10 |
| 1.2 O café e as relações de poder | 13 |
| CAPÍTULO 2 SEGUNDA FASE DA REPÚBLICA VELHA..... | 18 |
| 2.1 Conseqüências econômicas e reparações de guerra | 19 |
| 2.2 Modernismo | 22 |
| 2.3 Aproximação do Brasil com os Estados Unidos e o Pan-Americanismo | 24 |
| 2.4 A Missão Militar Francesa e a questão desarmamentista | 33 |
| 2.4.1 Missão Militar Francesa | 34 |
| 2.4.2 Desarmamento na Liga das Nações | 41 |
| 2.4.3 Desarmamento na América do Sul | 51 |
| 2.5 Centenário da Independência..... | 54 |
| CAPÍTULO 3 O QUADRIÊNIO DE 1922 A 1926 | 56 |
| 3.1 Movimentos de esquerda..... | 61 |
| 3.2 Movimentos militares | 65 |
| 3.2.1 A rebelião de 1924 em São Paulo | 68 |
| 3.2.2 Coluna Prestes..... | 76 |
| 3.3 Governo de Artur Bernardes | 79 |
| CAPÍTULO 4 O SURGIMENTO DA LIGA DAS NAÇÕES E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA..... | 83 |
| 4.1 Antecedentes da Liga das Nações..... | 83 |
| 4.2 A questão do ideal..... | 88 |
| 4.3 O Tratado de paz e a formação da Liga das Nações | 94 |
| 4.4 A estrutura da Liga das Nações..... | 99 |
| 4.5 Participação do Brasil na Liga das Nações | 105 |
| CONCLUSÃO..... | 130 |
| REFERÊNCIAS | 145 |

INTRODUÇÃO

O Período abordado neste trabalho está focado entre os anos de 1919 e 1926, que correspondem à entrada e saída do Brasil da Liga das Nações, respectivamente. Entretanto, para que se entenda o contexto desse período, faz-se necessário discorrer sobre as nuances da República Velha (1889-1930), suas particularidades, continuidades e rupturas para então sincronizar o todo com o objeto – Liga das Nações – aproximando, por fim, a análise do governo Artur Bernardes.

A criação da Liga das Nações é um fortalecimento do multilateralismo e da diplomacia permanente. Sua “universalidade” possuiu três funções principais: “a aplicação dos tratados de paz, a manutenção da paz e da segurança e o desenvolvimento da cooperação funcional” e mútua¹. A fase de equilíbrio de poder no sistema internacional é quebrada durante a Guerra que desestabiliza todas as relações, provocando o caos e abrindo as mentes para a necessidade de mudanças em favor da paz e do direito internacional. Conceitos como arbitragem, interação da opinião pública, publicidade e diplomacia aberta são fortalecidos no sistema internacional a partir desse evento. É perceptível o avanço tecnológico, o aumento do comércio exterior, o crescimento populacional, o estreitamento das relações entre países, etc. Muitos fatores da política internacional, fabricados pela parcialidade de alguns personagens e atores internacionais, vão despertar nos bastidores a imaginação por melhores condições de vida e respeito aos direitos individuais e coletivos. Esse movimento de idéias vai influenciar as variações reivindicatórias no interior do Brasil. O período Entre Guerras é, portanto, um momento de transição para uma nova ordem, o que ilustra uma concorrência paralela de instrumentos de mudança, mas também, de continuidade. Tal condicionamento oferece ensejo para o fato de muitos projetos idealizados não conseguirem colocar em prática seus objetivos, pelo fato das idéias estarem distantes da ação prática. Todavia a postura afirmativa proposta enraíza as sementes para novas relações voltadas para as negociações pacíficas precisando apenas, ao longo do tempo, de serem cultivadas.

Combinando diferentes níveis de análise, nota-se que a Primeira República vive uma intensa vontade transformativa que altera as relações de poder provocando a contestação às antigas estruturas. O eixo das atividades especulativas e de negócios, voltado para o lucro rápido

¹ BREDAS DOS SANTOS, Norma. **Le Brésil et la Société des Nations**. 1996. 269 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade de Genebra, Genebra, 1996. p. 1.

e significativo, torna-se um instrumento de alto valor agregado. Esse condicionamento, marcado pela ampliação da rentabilidade, tem como resultado o aprofundamento da desigualdade. Com efeito, tal cenário abre espaço para as reivindicações de caráter social e militar situadas, especialmente, na década de 1920. Outra premissa inovadora se refere ao movimento modernista que destaca as singularidades brasileiras e eleva o prestígio nacional. Os contornos desenhados por esse sistema somados a outras peculiaridades da história brasileira vão ter reflexos na política externa do país, na qual o Brasil manifesta um desempenho peremptório nas relações internacionais, destacando-se em outros blocos de poder fora de seu continente como a Liga das Nações. Como resultado desse processo, nota-se que ao mesmo tempo em que se intensificam as relações entre as pessoas de diferentes países abrindo uma nova perspectiva, o Brasil realiza um processo inverso no qual procura conhecer as coisas do próprio país. Por conseguinte, a Primeira República vive momentos de inúmeras transformações, embora ainda marcada pelos tentáculos da continuidade que denunciam a permanência de uma estrutura hierárquica e seletiva deixando fora da ação de influência a grande maioria da população brasileira. Panorama este, até certo ponto justificável, por ser a Primeira República uma fase transitória na história brasileira.

Todos esses fatores se inter-relacionam e circunscrevem o período no qual o Brasil integra a Liga das Nações. Conhecê-los é mister para uma melhor compreensão do contexto vivido pelo Brasil na época da Liga, aproximando este tema daquela realidade e possibilitando, assim, uma análise mais fiel aos acontecimentos e reflexos do papel brasileiro nessa importante organização internacional. Esses fatores dão suporte, por vez, às atitudes de Artur Bernardes no guiar de sua política exterior pautada pela busca constante de um lugar permanente no Conselho de Segurança. Relacionar os acontecimentos externos com as mudanças no interior do país permite uma visão mais acurada dos assuntos abordados retratando mais um ponto de vista na história com uma perspectiva global.

A alteridade soberania *versus* comunidade internacional é o binômio constitutivo da linha norteadora do trabalho no qual a ambivalência é retomada para tentar compreender a relação entre política interna e externa. Assim, a metodologia está alicerçada na coexistência de interesses, a princípio divergentes, mas que ora se complementam, caracterizando essa ambivalência. A interdisciplinaridade, apoiada no contínuo processo das relações entre diferentes partes, tem o objetivo de chegar a um olhar holístico, permitindo um conhecimento mais amplo e

não discricionário. Esse objetivo tem como prioridade revelar o papel do Brasil na Liga das Nações.

Do ponto de vista estrutural, a divisão dos capítulos se baseia na análise temática, buscando privilegiar o uso das fontes. Os dois primeiros capítulos, de modo não exaustivo, procuram salientar as principais transformações da República, dividindo-se esta em duas fases a fim de acompanhar a “mudança” de século marcada pela Primeira Guerra. O primeiro capítulo trata da Inauguração da República até o desencadeamento do conflito e o segundo capítulo refere-se aos reflexos do pós-guerra até o ano de 1930 – fim da Primeira República. Agregam ao primeiro tópico, características da história brasileira como o coronelismo, as relações de poder sustentadas pelo café, a interferência da esfera pública na esfera privada e vice-versa; ao passo que o segundo tópico analisa as novas ondas culturais modernistas, o início das mudanças de referência da Europa para os Estados Unidos, o Centenário da Independência e, ainda, as questões armamentistas embutidas na Liga das Nações e nas relações dos países latino-americanos.

O panorama do terceiro capítulo tem o objetivo de focar a análise no Governo Bernardes. Os movimentos de esquerda e militar são ressaltados a fim de entender a lógica da instabilidade do quadriênio Bernardes. A análise desses fatos fornecerá um caminho e uma perspectiva para o entendimento da posição assumida pelo Governo na Liga das Nações, colocando o país numa situação de rígida atitude no descompasso da não admissão da Alemanha no Conselho. Apesar de reconhecer o tempo histórico múltiplo opta-se, nesse capítulo, por focar o tempo curto das ações políticas de Bernardes.

Por fim, o quarto e último capítulo é dedicado à participação brasileira na Liga das Nações apresentando o papel de Artur Bernardes e destacando a perseverante luta por um assento permanente no Conselho Executivo. Um acompanhamento da evolução do pensamento político internacional, ressaltando importantes teorias de pensamentos norteadoras das relações entre as Nações, levará ao entendimento da criação da Liga. Somadas a isso, estão as causas imediatas da fundação dessa organização, como a Primeira Guerra Mundial. Dessa maneira, veremos como o Brasil se comporta nesse sistema de poder multilateral cristalizado numa Liga das Nações.

CAPÍTULO 1 PRIMEIRA FASE DA REPÚBLICA VELHA

Proclamada a República, pelos militares, em 1889, inicia-se um período complexo na História brasileira marcado por um processo não linear nas suas relações políticas, econômicas, sociais e ideológicas. As perspectivas contidas nesse intervalo são mais amplas e diversificadas. A República Velha comporta dois momentos diferentes em sua conjuntura: o primeiro compreende desde o ano de sua proclamação até 1914 - que sinaliza o fim do século XIX, denominado de “o grande século” - o outro momento abarca os anos da guerra até a Revolução de 1930.

O foco deste trabalho circunscreve-se ao segundo período da República Velha, o que não impede que se faça uma breve exposição do contexto geral da Primeira República a fim de visualizar as próprias mudanças ocorridas neste pequeno espaço de tempo. Essa explanação far-se-á necessária para a posterior compreensão do que vem a ser a chamada ambigüidade na República Velha.

1.1 Proclamação da República

O ato da proclamação da República pode ser bem descrito através da carta de Aristide Lobo:

Eu quisera dar a esta data a denominação seguinte: 15 de novembro do primeiro ano da República; mas não posso, infelizmente, fazê-lo.
 O que se fez é um degrau, talvez nem tanto, para o advento da grande era.
 Em todo caso, o que está feito pode ser muito, se os homens que vão tomar a responsabilidade do poder, tiverem juízo, patriotismo e sincero amor à Liberdade.[...]
 Por ora, a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula.
 O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada.
 Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espíritos. Pude ver a sangue frio tudo aquilo.
 Mas voltemos ao fato da ação ou do papel governamental. Estamos em presença de um esboço rude, incompleto, completamente amorfo.
 Não é tudo, mas é muito [...].¹

¹ MORENO BRANDÃO, apud CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1969. Cf. Epílogo. p. 288-289.

Aristides deixa-nos esta carta retratando os anseios, expectativas e o julgamento de um contemporâneo desse fato histórico. A proclamação da República é um ato lógico, mas sem a participação do povo; é um passo para mudanças futuras e não uma ruptura brusca com a realidade brasileira; é ainda um “esboço” que precisa ser lapidado pelos homens que venham tomar o poder. O que Aristides quer dizer com este desabafo é que há uma esperança, uma vontade de mudar, há sim uma inserção de idéias novas no pensamento brasileiro, entretanto, essas mudanças estão alicerçadas numa estrutura de sociedade rígida marcada pela desigualdade, pela exclusão e lutas de poder. Não há uma “consciência coletiva” nem um “espírito de iniciativa” no povo brasileiro. Há uma individualidade, um espírito de especulação que busca um enriquecimento pessoal e acaba sendo incompatível com a “virtude republicana.”²

O Abandono da Monarquia tem três razões intrínsecas em seu abalo: a questão religiosa – surgida com as divergências entre Igreja e Estado -, a questão militar – evidenciada pelo descontentamento dos militares após a Guerra do Paraguai - e a questão abolicionista – que associa os barões da escravidão com a Monarquia. Todavia, esses três fatores são apenas o estopim de um processo que já havia se iniciado com a emergência de grupos econômicos ligados à produção cafeeira favoráveis a uma descentralização política e ao federalismo.³

A República não é uma ruptura, ela marca a continuação de alguns elementos da política nacional e da posição internacional do Brasil como exportador de produtos agrícolas⁴ e dependente de investimentos estrangeiros. Apesar do crescente processo de urbanização, o país ainda é predominantemente rural, com uma distribuição geográfica irregular. Por outro lado, há um desenvolvimento progressivo no sistema de transporte e comunicação. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, é submetida a uma ampla modernização com a construção de grandes edifícios, planificação das ruas e uma campanha por melhores condições sanitárias. Com efeito, surge uma sociedade cada vez mais complexa com o aparecimento de novos grupos que colocam em xeque a estrutura e o modelo político do país e querem, acima de tudo, se modernizar. O grande dilema da República Velha é definir o que conservar e o que transformar.

Tendo em vista esse panorama, revela-se uma ânsia por idéias novas, seja na política - influenciada pela onda liberal norte-americana - seja na economia - que assume de uma vez por

²CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 30.

³BREDA DOS SANTOS, Norma. **Le Brésil et la Société des Nations**. 1996. 269 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade de Genebra, Genebra, 1996. Cf. nota 3. p.9-10.

⁴ Em 1889 o café corresponde a 60% das exportações do país.

todas o desejo pelo enriquecimento rápido, financiado pelo capital estrangeiro, especificamente inglês - seja pelo estilo de vida europeu - importado dos salões franceses. O país assume seu caráter aventureiro e quer de qualquer maneira recuperar tantos anos de dependência para, enfim, encontrar um novo mundo de riqueza, de prosperidade e de desenvolvimento. Um ideal de liberdade, trazido pelos filhos da elite brasileira que foram estudar em países europeus; uma busca pela prosperidade, a fim de suplantando o tradicionalismo das velhas estruturas; um romantismo instalado no seio da elite cafeeira; todas essas tentativas de inovações acompanham a instauração da República no Brasil.⁵

A Belle-Époque torna-se o modelo de inspiração para essa intensa busca pelo sofisticado e pelo moderno. Várias casas de espetáculo são instaladas no país, o cinema se torna o meio de divulgação de outras realidades e costumes, da inconfundível beleza. São “nos cafés” que a elite se reúne para esbanjar todo o *glamour* de sua classe e todo o refinamento de seus hábitos, criando um espaço de sociabilidade entre seus membros. Uma exposição na Casa França-Brasil, no Rio de Janeiro, retrata bem a situação vivida pelo país nesse espaço de tempo:

Na passagem dos oitocentos para os novecentos, os políticos passam a buscar iniciativas que os identifiquem com o futuro. Em 1893 Afonso Pena, então presidente de Minas, estabelece o prazo de 4 anos para construção de uma nova cidade, Belo Horizonte, para instalar a capital mineira. No Rio de Janeiro, Pereira Passos inicia seu plano para a abertura da Avenida Central – idéia de modernização trazida de Paris e que serve para que os empresários locais atualizem equipamentos, incorporando novas tecnologias na construção de edifícios, aperfeiçoem a produção de materiais afins. A cidade do Rio de Janeiro, que já conta desde 1892 com a primeira linha de bondes elétricos da América Latina, da Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, ligando o centro da cidade ao Flamengo, ganha grande e nova avenida, equivalente a um boulevard parisiense. Os sinais da modernidade chegam com o novo século e na construção de novos prédios.⁶

Há, nessa primeira fase, uma tentativa de mimetizar a vida européia caminhando, em outro momento, para um despertar das singularidades internas valorizando, paulatinamente, as riquezas do próprio país revelado no movimento modernista de 1922. Assim, a *Belle-Époque* vai sendo sucumbida a partir da Primeira Guerra Mundial, que ao deixar certo vazio na vida cultural

⁵ Cf. DOIN, José Evaldo de Mello. **O capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café.** 2001. Tese (Livre Docência em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001. v.1. passim.

⁶ O BRASIL da belle-époque. Exposição Nacional de 1908. Fachada Principal do Palácio da Exposição. Casa França-Brasil, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2007. (Coleção particular – Pavilhão da Bahia).

brasileira, abre caminhos para uma outra forma de preenchimento, como será visto posteriormente. Nota-se, com isso, uma mudança de perspectiva e de relações; o contato com o “outro” é, e sempre foi, fonte de inspiração para o povo brasileiro, seja para propiciar um despertar para a busca do desconhecido, do moderno e do sofisticado, seja para revelar as importantes singularidades desse país logrando, invariavelmente, a criação de novos estereótipos e visões de mundo e de si próprio. É preciso estar atento, também, para o fator da adaptabilidade. Há, em todo esse processo, uma transposição, uma apropriação de valores.

1.2 O Café e as relações de poder

Em boa medida, as mudanças percebidas nos primeiros anos da República são sustentadas, principalmente, pelo café. Essas transformações podem ser visualizadas na melhoria dos transportes, dos portos, do sistema de financiamento e da produção, no saneamento e reformas urbanas, nas infinitas estradas de ferro, e tudo isso gerado pelas negociações internacionais da agro-exportação cafeeira patrocinadas por capital inglês, especialmente.

A política cambial do país tem tendência a privilegiar os interesses da classe cafeeira representados pelos dois principais partidos estaduais – Partido Republicano Paulista (PRP) e Partido Republicano Mineiro (PRM) - cujos projetos não se diferem muito no que tange às relações de produção. Essa situação se estende à política exterior, como afirma Honório Rodrigues “a política externa não é partidária, mas é representativa de interesses de classe”.⁷ Percebe-se que os Estados mais ricos e com maior população ditam as regras na política nacional que são, por vez, convergentes com as vontades da elite cafeeira. Assim, os interesses do Estado se confundem com os interesses desse grupo. Com efeito, não raro, o poder público é visto como um direito privado.

É dentro desse cenário que a elite cafeeira, não conhecendo o limite de sua ambição, vai lançar-se no mercado internacional estreitando continuamente suas relações econômicas com o mundo, colocando à disposição dos países seu mais lucrativo produto da balança comercial, o café. Essa interação é facilitada pela maior aproximação das nações – numa fase de crescente avanço da globalização - sendo acentuada no período do pós-guerra.

⁷ RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 42.

Diante dessa configuração exposta, aponta-se que o momento inicial republicano é marcado por rupturas e continuidades, caracterizando a ambivalência e dubiedade do período. Ambivalência porque todo esse processo de inovação, de inserção de novos valores e aptidões não é acompanhado por uma transgressão das antigas estruturas calcadas na desigualdade e exploração. Como afirma Joaquim Felizardo, o Manifesto Republicano é “preciso na crítica do poder moderador, na defesa da idéia federativa, no exame dos vícios políticos, por outro lado não tenta descer ao estudo das grandes realidades econômicas e sociais do Brasil.”⁸ A presença do voto de cabresto, do coronelismo, do estímulo ao patrimonialismo, do nepotismo e do clientelismo ainda estão presentes na realidade social dos brasileiros. Estes fatores acompanham o país durante toda a Primeira República e poder-se-á dizer que ainda continuam embutidos e camuflados na nossa estrutura sócio-política atual.

Detendo-se à questão do coronelismo – fenômeno de grande importância para entender o processo político e administrativo da República, além da questão cultural ligada à construção de nossa história – este demarca uma tradicional “dominação do setor privado no âmbito local”. O coronelismo⁹ caracteriza-se por uma subordinação direta dos agregados num âmbito local imposto, na maioria das vezes, por meio de confrontos com poderes rivais que ocasiona em constantes lutas pelo poder. Estes coronéis são grandes proprietários de terras que assumem a chefia da política municipal. Este poder, em parte, é viabilizado pela própria Constituição Federal de 1891 que atribui aos Estados e, por extensão aos municípios, larga margem de autonomia devido à adoção do federalismo como forma de governo substituindo o centralismo do Império. O coronel angaria e controla os votos¹⁰ no seu círculo de atuação. O coronelismo, como resultado desse processo, a fim de preencher o vácuo de poder público, assume um papel político extremamente importante, especialmente nos Estados menos desenvolvidos onde as organizações partidárias são mais deficientes. Assim, o poder dos coronéis é um poder político e econômico. Existe uma íntima relação entre poder econômico, político e administração pública tornando as relações políticas relações personalistas. Entender o papel dos coronéis e da oligarquia - os coronéis edificam seus poderes no âmbito municipal, ao passo que as oligarquias dominam o

⁸ FELIZARDO, Joaquim José. **História nova da República Velha**: do manifesto de 1970 à Revolução de 1930. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 10-11.

⁹ O termo coronel origina-se da designação ao mais alto titular da Guarda Nacional, instituição de origem imperial, já decadente a partir de 1870.

¹⁰ A República suprime o voto censitário, mas restringe a votação apenas aos alfabetos e homens o que compromete o processo eleitoral.

cenário estadual e federal¹¹ - nos fornece ferramentas para compreender a distância entre o “sistema constitucional e as formas pragmáticas” de exercício do poder, no qual muitas vezes as rivalidades são resolvidas de maneira violenta e não se atendo aos princípios constitucionais. Essa característica se mantém no Governo de Artur Bernardes, como será visto posteriormente, no qual a Constituição é muitas vezes negligenciada.¹²

A política é, portanto, um “negócio de família” - “ao anoitecer, na sede das fazendas ou nos casarões dos povoados, reúnem-se os proprietários de terra, o dono do empório, o advogado, o farmacêutico e o padre do lugar.”¹³ Estes são, assim, os membros da política local que juntos formam os principais partidos da federação - pois não há no país um partido de âmbito nacional – que detém os grupos dominantes e se articulam para manter a hegemonia. As alianças entre esses principais partidos, entenda-se aqui PRP e PRM, fazem o jogo político no plano federal. O partido “mobiliza os cabos eleitorais que se valem do voto de cabestro ou da clientela”¹⁴. Se, ainda assim, não se obtiver o resultado esperado pratica-se, então, o “bico de pena, ou seja, a falsificação pura e simples dos resultados, tarefa simples, pois não existe a justiça eleitoral, e toda a organização do pleito, inclusive as apurações, corre por conta do partido.”¹⁵ Toda essa relação personalista é mantida no decorrer da República e muitos desses aspectos culturais são transportados para a política exterior do país.

O conjunto desses fatores - descentralização¹⁶ geográfica e poderes locais influentes - caracteriza a *Política dos Governadores*, oficializada no Governo de Campos Sales. Através da Política dos Governadores o governo federal garante ampla autonomia aos grupos oligárquicos dominantes de cada Estado e em troca recebe apoio político no Congresso. Essa política retrata a força do “situacionismo” superando, muitas vezes, a própria Constituição. Ela é baseada na

¹¹ É mister estar atento que ambos estão de acordo com a política cafeeira quando não são parte da própria elite.

¹² Cf. CARONE, Edgard. **A República Velha: II evolução política (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1983; BREDA DOS SANTOS, 1996, op. cit.; FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

¹³ APM. Belo Horizonte, [192-]. (Cx. 01, AB-F).

¹⁴ Ibid. Voto de cabresto: proprietários de terra indicam os nomes para os trabalhadores votarem. Voto de clientela: proprietários usam do voto para recompensar favores pessoais recebidos ou aspirando aos favores futuros. Apesar do trabalho estar sustentado em documentos de Arquivos Históricos, há renomados autores que tratam desses assuntos como Maria Isaura Pereira de Queiroz; Vitor Nunes Leal; Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ A descentralização concretizada pela nova Constituição permite que os Estados constituam suas próprias forças militares, seu próprio poder judiciário, seu próprio programa de imigração, suas próprias taxas. BREDA DOS SANTOS, 1996, op. cit., p. 14..

aliança oligárquica¹⁷ entre São Paulo e Minas Gerais e por essa razão é chamada de “café com leite,” predominante até 1930. Para Nelson Sodré a política dos governadores é “um sistema precário, que simula força pela ausência de resistência organizada”.¹⁸ A consequência disso é o surgimento de partidos estaduais muito presentes no cenário político brasileiro que reúnem todas as forças locais através de conchaves com o grupo dominante ditando, não raro, as regras da conduta da política nacional e internacional. Ao encontro dessa opinião Norma Breda pondera que “os Estados são os protagonistas da política nacional”¹⁹. Dessa maneira, a política federal acaba sendo o “reflexo destas situações” e, ao mesmo tempo a “reação a elas”, no qual a União se vê muitas vezes compelida a fazer intervenções nos Estados a fim de regularizar o seu poder.²⁰

Deste círculo coronelístico surgem as trocas de favores, os votos de cabresto, os compromissos entre o setor público e privado, em suma, uma gama de atitudes e relações “cordiais”. Entenda-se aqui cordialidade no sentido expresso por Sérgio Buarque de Holanda:

[...] um traço na verdade negativo da herança da família patriarcal que resulta numa impermeabilidade às formas mais impessoais que marcam as relações no espaço público. São aspectos dessa suposta cordialidade: a tentativa de imprimir um caráter familiar e intimista a qualquer tipo de relação e uma permanente afetividade de caráter superficial intervindo e mediando as relações no universo do trabalho e na vida pública. Prolongando nessa esfera não só os privilégios e as hierarquias da sociedade patriarcal, o uso da fórmula ‘você sabe com quem está falando?’, como também o chamado jeitinho brasileiro: soluções improvisadas que envolvem também relações pessoais para problemas de natureza pública.²¹

Complementando essa idéia de cordialidade, Jürgen Habermas delinea a noção das relações pessoais nos problemas de natureza pública inserindo a concepção da interpenetração das esferas pública e privada nas quais as funções de uma esfera invadem a da outra. Ambas mesclam-se emaranhando os interesses particulares com os recursos obtidos pelo Estado, levando, conseqüentemente, a uma apropriação privada dos bens e serviços públicos. A ética do favor - na qual há laços de cumplicidade entre as esferas de poder - o distanciamento das regras de racionalização, a questão do ocultamento no âmbito público - como a existência de atas falsas,

¹⁷ A massa da população está totalmente fora do círculo de influência.

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes**: análise e depoimentos. São Paulo: Círculo do Livro, 1986. p. 24.

¹⁹ Artur Bernardes é eleito nesse esquema, no qual os partidos nacionais estão ausentes. BREDA DOS SANTOS, 1996, op. cit., p. 15.

²⁰ Cf. FERREIRA; DELGADO, op. cit., p. 93; CARONE, 1983, op. cit., p. 10-11.

²¹ FERREIRA; DELGADO, op. cit., p. 291.

o cabresto, os currais eleitorais - todos esses exemplos ratificam a idéia da interpenetração das esferas pública e privada no Brasil, desagregando a racionalidade do poder público e exigindo uma melhor redefinição de seus limites. Esse discurso pode ser ancorado no espírito aventureiro do povo brasileiro que é guiado pelo instinto do ganhar fácil e pelo desejo de acumulação de riqueza rápida ausentando-se desse processo qualquer projeto pragmático de ação. José Evaldo Doin define o conjunto dessas características como “capitalismo bucaneiro”:

Aventureiros, conquistadores, heróis de má catadura, mais para bucaneiros que para empreendedores, legam uma sociedade e uma cultura movediça e ambígua, um sistema insensível e injusto, fruto de uma brutal exclusão social que oblitera quaisquer possibilidades de conquista e universalização da cidadania, mas que, apesar dessas cruentas chagas, sempre é dotado de uma inventividade marcante, de uma plasticidade vivaz, de uma capacidade ímpar de improvisação que lhes permitem a criação e o desenvolvimento de uma instigante e multifacetada experiência histórica.²²

Em suma, nessa primeira fase da Primeira República, o que é mais característico e visível é a tentativa do país em civilizar-se, porém num entorno de desigualdade e exclusão. E o café é o grande responsável pelo sustento dessas transformações, pela concretização desses ideais, desse novo estilo de vida, apoiando-se nos empréstimos bancários - na maioria das vezes internacionais - para edificar a modernização no país evocando os anseios do progresso e da inovação e, conseqüentemente, afastando as idéias de atraso na República Velha. Essa singularidade de formação da sociedade brasileira vai influenciar diretamente os governos de toda a República levando consigo algumas continuidades no seu processo de formação cultural e constituição histórica. O Governo Artur Bernardes, que será analisado posteriormente, reflete, em grande parte, várias das características sinalizadas acima, como a presença da cordialidade, as constantes intervenções nos Estados para sanar as lutas de poder local, os interesses privados se manifestando no âmbito público, etc.

²² DOIN, v. 1, op. cit., p. 162.

CAPÍTULO 2 SEGUNDA FASE DA REPÚBLICA VELHA

A segunda parte da República Velha sofre grande influência da Primeira Guerra²³ na economia, nos governos políticos, na articulação da identidade nacional, etc. Problemas com a balança comercial do café, endividamento público excessivo, reparações de guerra, queda na capacidade de importação, despertar do nacionalismo, aproximação americana, questão armamentista e Centenário da Independência são alguns dos itens que estão presentes no país nesse período. Esses são os termos abordados nesse capítulo, porém mais em sua amplitude que em sua profundidade.

Apenas por uma questão lógica é mister apresentar o contexto geral da Primeira Guerra antes de analisar suas conseqüências. Um fator importante se refere às afinidades que o Brasil tem com os beligerantes. De um lado, está a admiração da cultura e tradição francesa por parte da elite brasileira. Em seguida, está a Inglaterra, nação de grande influência financeira no país. A Itália exerce sua esfera de influência principalmente nos imigrantes italianos que vieram para o Brasil na mudança do século XIX para o XX. E ainda há a propaganda germânica, especialmente no sul do país, que forma uma colonização de importante interesse cultural e econômico na região. Assim, correntes de opinião são formadas em prol de alguns países e também em defesa da neutralidade. Mas com a crescente influência norte-americana e após sua declaração de guerra a favor da Entente, somados aos episódios dos ataques submarinos alemães aos navios brasileiros, o Brasil não vê outra saída senão declarar guerra ao lado dos aliados.²⁴ Há outros fortes sinais que abalam as relações entre Brasil e Alemanha e ancoram a decisão brasileira, tais como o confisco da liberdade dos mares proclamado pelos alemães aos países neutros, os navios de guerra alemães disfarçados de navios mercantes que reabastecem em portos brasileiros, a

²³ Decreto de declaração do Presidente da República justificando sua entrada na Guerra: “Impelido a reconhecer o estado de guerra, que não desejou e que foi obrigado a aceitar depois de uma neutralidade modelar, em vista dos crescentes e graves atentados à nossa bandeira, praticados pelo Governo Alemão, nela entrou o Brasil para defender sagrados direitos [...]” A contribuição brasileira aos aliados se reflete, principalmente no fornecimento de alimentos e materiais estratégicos. FELIZARDO, Joaquim José. **História nova da República Velha**: do manifesto de 1870 à Revolução de 1930. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 82.

²⁴ Diferente atitude é tomada por outros países latino-americanos que não se alinham aos EUA durante a Guerra e preferem manter a neutralidade. A Argentina, por exemplo, mantém sua neutralidade até o final do conflito priorizando as questões de política interna e promoção econômica em detrimento das relações políticas com a comunidade internacional. BREDA DOS SANTOS, Norma. **Le Brésil et la Société des Nations**. 1996. 269 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade de Genebra, Genebra, 1996. p. 102-103.

fomentação de greves operárias, a tentativa de mobilização das colônias alemãs em terras brasileiras, etc.²⁵

Uma das conseqüências internas do alinhamento brasileiro é a declaração do Estado de Sítio, com o intuito de manter a ordem e o controle dos Estados do sul - de grande influência germânica. A população desses Estados está revoltada com o fato da Inglaterra proibir o comércio dos aliados com os países inimigos através da criação de uma “lista negra.” Com efeito, o país vê seus produtos, dentre eles o café, serem “interditados e restritos só aos aliados”. Durante a guerra, o café é altamente prejudicado pelas “dificuldades de transportes e pelo fato de tal produto não ser considerado como de importância estratégica para os governos aliados.”²⁶

Os anos seguintes à guerra testemunham as conseqüências do conflito. No Brasil, ocorre gradativa fabricação interna de produtos necessários ao país e que não podem mais ser importados. Ao mesmo tempo, cresce o interesse pelos produtos brasileiros da parte dos aliados favorecendo a balança comercial brasileira. Além disso, há uma maior aproximação do Brasil com os Estados Unidos e com os países latino-americanos visualizada na atenção ao Pan-Americanismo priorizando uma relação intra-continental harmoniosa. Um processo de valorização autóctone é inaugurado pelo grupo modernista protagonizado na Semana de Arte Moderna em 1922. É nesse mesmo recorte temporal que ocorrem manifestações colidentes com o sistema oligárquico, como os movimentos tenentistas e populares de contestação às concepções tradicionalistas, trazendo novos atores à cena nacional que lutam por uma maior participação no poder decisório e pelo respeito aos direitos individuais e coletivos.²⁷ Esses novos elementos contestadores surgem através da crescente diferenciação de classes, proporcionada pelo crescimento populacional, acentuada imigração e iminente processo de urbanização. Esses são alguns dos temas abordados no decorrer do trabalho.

2.1 Conseqüências econômicas e reparações de guerra

No âmbito econômico, a exportação do café brasileiro é diretamente afetada pela guerra. A rotina do comércio internacional é amplamente alterada, há uma desestabilização do

²⁵ INFLUÊNCIA das doutrinas estrangeiras e a independência doutrinária. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Artigos/0011005.htm>>. Acesso em: 10 out. 2007.

²⁶ BRÉDA DOS SANTOS, 1996, op. cit., p. 56-64.

²⁷ Direitos sociais surgem no pós-guerra e são elaborados pelas revoltas populares. México é o país pioneiro nesse assunto, em 1917. Posteriormente, esses direitos se alastram pelo mundo.

intercâmbio comercial e crescem as irregularidades nos transportes, principalmente por via marítima, devido ao bloqueio imposto pelos alemães. Os efeitos da guerra começam a ter reflexos mais sérios sobre as exportações em 1917 com a crise dos ataques submarinos que reduz o movimento da navegação internacional. Como consequência imediata, verifica-se a desorganização do crédito consubstanciado no aumento das dívidas públicas, das despesas e, por conseguinte, na redução das receitas. O mercado consumidor se retrai e o Brasil acumula excedentes na produção de café, sendo necessário recorrer às Políticas de Valorização para manter os preços do produto. As consequências são nefastas, uma vez que o café é o principal responsável pela receita das exportações. Essa situação deixa o país vulnerável às demandas externas e tem como resultado um alto endividamento e uma crescente dependência financeira. Essa posição só virá a melhorar anos depois da guerra ocupando o café, em 1924, três quartos do total da exportação.

Uma consequência vindoura desse quadro é o despertar de paixões nacionalistas que defendem que o Brasil não deve copiar os modelos estrangeiros, e sim valorizar sua própria capacidade. Isso leva muitos membros da classe dominante à conclusão de que o Estado deve assumir uma posição mais ativa na proteção e desenvolvimento da economia brasileira. Em consequência desta mudança de mentalidade, a intervenção federal, especialmente através do Banco do Brasil, aumenta drasticamente durante e depois da guerra²⁸. Além disso, empresários brasileiros que se destacaram como importadores transformam-se em industriais: Matarazzo, Diederichsen, Lundgren, Jafet, Weissflog, Klabin, Crespi e outros. A guerra abre-lhes novas oportunidades. Em 1919, a Ford instala-se no Brasil e com ela a primeira linha de montagem de veículos automotores da América Latina; a Companhia Nacional de Navegação Costeira lança ao mar o navio *Itaquatiá*, com casco de aço de 87 m de comprimento, marco da indústria naval brasileira; Augusto Joaquim Pereira funda a Rádio Clube de Pernambuco, e Edgar Roquete Pinto, com apoio da Academia de Ciências, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro; logo se segue a Rádio Sociedade de São Paulo. A década de 1920 testemunha diversas iniciativas importantes na área industrial, sendo a Grande Exposição Universal, comemorativa do Centenário da Independência (que será visto posteriormente), expressão do desenvolvimento e do espírito de modernidade futurista que nasce em São Paulo e chega ao Rio de Janeiro na década seguinte, graças à

²⁸ TOPIK, Steven. **A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1987. p.56.

influência de artistas e políticos.²⁹ Percebe-se que a Guerra não traz apenas coisas negativas, mas também desperta o país para situações novas.

Duas questões ainda permeiam os acontecimentos relativos à guerra. Os artigos 231 e 232 e o anexo nº.1 parte 8 do Tratado de Versalhes consideram as reparações de guerra, que dão aos signatários desse ato, o direito de cobrar da Alemanha todos os danos causados. O Governo brasileiro apresenta uma “lista de reclamações” e ainda lança outras relativas aos navios alemães apreendidos na costa brasileira. O Brasil, antes mesmo de ter entrado na guerra, ordenou a posse fiscal de navios alemães que estavam em águas brasileiras como um ato de defesa, pois de acordo com o governo esses navios estavam destruindo unidades navais do país. Agora, sob a posse brasileira, esses navios são fretados à França por meio de um convênio o qual o país europeu se compromete a adquirir sacas de café para aliviar os eventuais prejuízos que o Brasil possa ter em suas exportações³⁰. A questão dos navios é levada às discussões de Versalhes, pois a partir do momento em que o governo brasileiro declara guerra à Alemanha esses navios são confiscados. Como resultado, o Brasil tem sua tese vitoriosa e como medida de reparação, contida no artigo 297 do Tratado de Paz, nosso país tem reconhecido o direito de propriedade de tais navios³¹.

A segunda categoria refere-se ao café que o Brasil tem depositado em portos europeus como garantia de alguns empréstimos contraídos por ele. Quando este café é vendido, o dinheiro fica retido em Berlim, pois com o deflagrar da guerra a Alemanha quer evitar que esse depósito seja encaminhado para país inimigo. Entenda-se país inimigo como sinônimo de Inglaterra, pois este país pode querer reverter o dinheiro para seus cofres, já que é o grande fornecedor de capitais ao Brasil. Assim, o valor da venda dos produtos só deverá ser devolvido ao Brasil no pós-guerra. A questão é, então, apresentada na Conferência de 1919 e decide-se incluí-la nos tratados de paz.

²⁹ NO CENTENÁRIO da Independência, a modernidade é apropriada. Exposição Nacional de 1908. Fachada Principal do Palácio da Exposição. Casa França-Brasil, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2007. (Coleção particular – Pavilhão da Bahia).

³⁰ Posteriormente, essas “unidades de marinha mercante foram restituídas ao Brasil e reguladas as reparações que a França ficaria obrigada a fazer-lhes, para entregá-las em condições de navegabilidade”. APM. Belo Horizonte, 1923. (Mensagens presidenciais).

³¹ A Comissão decide na sessão de 28 de Julho de 1921. por unanimidade, que os navios em questão não são daqueles que devem ser tratados de acordo com o Anexo III da Parte VIII do Tratado e que, por conseguinte, nenhum crédito deve ser levado por conta deles em favor da Alemanha. E, mais do que isto, reconhece, *apesar de declarar-se incompetente para tratar dessa questão* – como sempre há sido a tese brasileira – que o art. 297 pode ser aplicado para regular a situação desses navios. Tanto vale dizer que o Brasil tem o direito de apropriar-se deles, em conformidade com os dispositivos desse artigo. Nessa hipótese, a Comissão só seria interessada na questão de saber si há um saldo a favor da Alemanha, depois de deduzidas as reclamações e dívidas definidas pelo dito art. 297 ou pelo § 4º do mesmo artigo, pelo qual a Alemanha ou os seus nacionais estaria ou estariam na obrigação de indenizar o Brasil ou os seus nacionais. APM. Belo Horizonte, 1923. p. 67. (Mensagens presidenciais).

Todavia, o recebimento desse dinheiro se torna um problema, pois alguns países querem que a quantia seja rateada nas reparações e outros ainda defendem que a questão deve ser discutida juntamente com o confisco dos navios alemães. Por fim, as decisões inscritas no artigo 263 do Tratado de Versalhes favorecem ao Brasil e firmam que o país receberá o valor referente às vendas de café com as diferenças do câmbio do dia do depósito e que o restante do produto das vendas dos navios será entregue a São Paulo.³² Com efeito, o Brasil revolve, a seu favor, essas duas contendas pendentes com a Alemanha.³³

2.2 Modernismo

A Semana de Arte Moderna em 1922 em São Paulo é o evento que divulga amplamente o movimento modernista tornando-se sua referência no Brasil. Entretanto, convém ter em mente que esse movimento não está preso no tempo nem no espaço, pois já havia “sinais de modernidade”³⁴ despontando em outras cidades e em épocas anteriores, desde a virada do século XIX, devido a uma série de modificações técnico-industriais alterando, por vez, as “sensibilidades sociais”. No contexto internacional esse movimento dinâmico ocorre em meados do século XIX com a aceleração do processo urbano industrial. Karl Frederick afirma que “o sentido do moderno e do modernismo em qualquer época é sempre o de um processo de tornar-se. Pode ser tornar-se novo e diferente; pode significar subverter o que é velho” assumindo, assim, um sentimento de ruptura com o passado, mas uma ruptura com uma “perspectiva de simultaneidade.”³⁵

O movimento modernista brasileiro objetiva aproximar a cultura e o povo na dinâmica do cotidiano, “sintonizando a arte e a realidade brasileira”, o erudito e o popular. Há uma preocupação com o nacional e com o tema do popular, e o resultado desse processo é um

³² O Brasil faz um acordo com a Alemanha em 5 de outubro de 1921 no qual além do que foi dito acima ainda está “claramente previsto que, si as Potências Aliadas o consentirem, o saldo eventual que houver a favor da Alemanha na nossa liquidação de contas será aplicado à amortização da dívida de diferenças de câmbio”. APM. Belo Horizonte, 1923. (Mensagens Presidenciais).

³³ As relações diplomáticas com a Alemanha são retomadas a partir da assinatura do Tratado de Versalhes. As relações comerciais vão sendo retomadas de pouco a pouco e em 1929 se normalizam colocando a Alemanha entre os principais correspondentes comerciais do Brasil.

³⁴ FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 354.

³⁵ FREDERICK apud FERREIRA; DELGADO, op. cit., p. 353.

encontro de diferentes percepções e valores. Os ideais modernistas inserem um novo ponto de vista no qual é invocado o nacionalismo como condutor deste movimento estético. Poder-se-á dizer que há uma crise de identidade entre a intelectualidade que procura buscar nas suas próprias raízes o auto-reconhecimento. Tenta-se definir a nacionalidade através de indagações como “quais os elementos que definem o Brasil” e “que configura a especificidade de ser brasileiro?” Com essa tentativa de compreensão do significado de ser brasileiro, o que se almeja é afastar a idéia de inferioridade brasileira e “atraso cultural” e integrar o país no contexto internacional colocando-o numa situação de destaque e prestígio através do resgate da originalidade cultural brasileira e das “coisas de nossa terra.”³⁶ Conclui-se, então, que é o “estilo tropical e a mistura étnico-cultural que fundamenta a nossa literatura”; reconhecendo-se, admiravelmente, a nossa identidade mestiça.³⁷

Diante desse processo, as contradições da sociedade vêm à tona. Existe uma vontade sufocada de ser moderno, uma necessidade de ruptura; a cada vez que se revela o atraso essa ânsia se acentua, principalmente, quando se tornam aparentes as “dissonâncias entre padrões burgueses e realidades derivadas do patriarcado rural”. No panorama intelectual surgem diagnósticos referentes à falta de patriotismo, injetando contra esse mal, um nacionalismo que deve ser resgatado na originalidade brasileira propondo, por fim, o abandono das influências européias (visão bem diferente da experimentada na época da *Belle Époque* marcada pelo “vício da imitação”). A elite brasileira “gostaria de ser européia, mas a infelicidade do destino a fez nascer nos trópicos.” É preciso nesse momento inventar a autenticidade, reformar a sociedade, renovar, “quebrar o constrangimento externo e voltar-se para as raízes brasileiras,”³⁸ buscar um passado histórico ou imemorial através dos mitos.³⁹

O movimento modernista paulista da década de 1920 não é homogêneo, ao contrário, produz as mais distintas visões sobre nossa nacionalidade. E é justamente esse contraste, essa comparação com o outro, que desperta no país a noção de suas singularidades e especificidades. É esse processo de identificação, ligando experiências novas e antigas, que produz “familiaridade

³⁶ FERREIRA; DELGADO, op. cit., p. 355.

³⁷ Uma figura que simboliza muito bem o Movimento Modernista pode ser visualizada no personagem Macunaíma, sendo ao mesmo tempo negro, índio e branco, representando a mestiçagem brasileira. Outro personagem invocado, bem diferente de Macunaíma, é o Martim Cererê, que exalta o Brasil grande, impávido colosso. Ibid., p. 383.

³⁸ OLIVEIRA, Lucia Lippi. Questão Nacional na Primeira República. In: COSTA, Wilma Peres de; LORENZO, Helena Carvalho de (Org). **A década de 1920 e as origens do Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p. 189.

³⁹ Cf. LAHUERTA, Milton. Os Intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização; OLIVEIRA, op. cit.

e/ou estranhamentos e distinções.”⁴⁰ Nesse quadro, duas vertentes se destacam no movimento modernista de São Paulo: os Verde-Amarelos e o Antropofágico⁴¹. O que ambos tem em comum é a busca por “entender a brasilidade, sobretudo entendê-la num contexto de mudança”⁴². Busca-se, assim, “firmar uma experiência ímpar e original para, através dela, o país apresentar-se no concerto das nações consideradas civilizadas.”⁴³ Ser moderno significa “comparecer ao cenário internacional, mas adotando a mediação do nacional.”⁴⁴ O Brasil utiliza-se desses preceitos para fomentar sua política de prestígio e apresentar-se na cena internacional, especialmente, na Liga das Nações. Dessa maneira, o governo Bernardes explora os acontecimentos na política interna para promover sua política exterior.

Para complementar o nacionalismo brasileiro, o país recebe várias missões científicas de institutos particulares ou em missão de seus Governos “com o objetivo de estudar *in loco* certas especialidades” brasileiras, o que eleva sua valorização. Regiões como a Amazônia são procuradas devido à sua riqueza em “material biológico e antropológico”; outra leva se dedica “a estudar a flora e a fauna insular do Atlântico”. O Governo federal procura sempre “auxiliar esses estudos e pesquisas, de real interesse para o país” e que tanto valorizam as coisas naturais de nossa terra.⁴⁵

2.3 Aproximação do Brasil com os Estados Unidos e o Pan-Americanismo

A Primeira Guerra Mundial, como fator externo, vem para abalar valores e crenças e implementar a idéia de que o progresso, a paz e a tranqüilidade devem ser mecanismos de presença constante no anárquico sistema internacional. Todavia, como a Segunda Grande Guerra

⁴⁰ OLIVEIRA, op. cit., p. 186.

⁴¹ O grupo dos Verde-Amarelos representa a vertente conservadora do modernismo paulista. Está diretamente relacionado com a idéia de Brasilidade que defende o passado “como o reduto das nossas tradições mais puras e verdadeiras” que explicariam, por fim, nossa nacionalidade. Sua idéia regionalista - na qual o interior representa a autenticidade, o espírito empreendedor e o litoral, por outro lado, está associado à idéia do cosmopolitismo - revela esse conservadorismo. O Folclore é geralmente invocado, representando a valorização pelas crenças e mitos, típicos do interior. A outra vertente do Modernismo, o Movimento Antropofágico, preconiza uma “apropriação das influências européias pelo canibalismo cultural”; o antropófago “come a carne de seus inimigos para captar suas energias”. Seria, na verdade, uma devoração crítica das influências culturais tentando destacar as influências culturais desejáveis. Tradição *versus* futuro é o principal norteador desse movimento propondo um debate para acordar o Brasil e recriar a Nação. FERREIRA; DELGADO, op. cit., p. 374-378.

⁴² Ibid., p.382.

⁴³ Ibid., p.382.

⁴⁴ Palavras de Mário de Andrade Moraes apud FERREIRA; DELGADO, op. cit., p.379.

⁴⁵ APM. Belo Horizonte, 1926. p. 132-133. (Mensagens Presidenciais).

vem comprovar, esses benefícios adquiridos, temporariamente, não são inquestionáveis. O *slogan* moral do conflito: “fazer uma grande guerra para acabar com todas as outras” é logo desmascarado.⁴⁶ Portanto, é com essa perspectiva que deve ser visto o momento posterior ao conflito mundial marcado pela ambigüidade dos discursos teóricos e das realizações práticas.

O conflito reorganiza as agendas dos Estados e abre brechas para um novo modo de pensar não apenas as relações entre esses Estados, mas também, os próprios valores internos de cada Nação, além de abrir “novas oportunidades para o estabelecimento de novas regras.”⁴⁷ O Brasil, aproveitando-se da euforia do momento que valoriza caracteres pacifistas e legalistas, procura ressaltar características de sua política exterior que estejam de acordo com esses princípios como seu caráter pacifista, sua preferência pelas relações amistosas e pela via diplomática,⁴⁸ a fim de aproximar sua linha de conduta com o projeto idealizado para esse momento. Estas postulações, inclusive, serão utilizadas nas negociações brasileiras por um lugar permanente no Conselho de Segurança da Liga.

Uma mudança significativa para o Brasil no pós-guerra se deve ao fato de a Europa perder, gradualmente, seu lugar como centro do mundo. Com a acomodação das conseqüências do conflito, novas nações despontam como concorrente para o domínio europeu. Os Estados Unidos aparecem como forte candidato à supremacia mundial. As virtudes que permitem esse destaque para o país americano se devem à sua dimensão continental, aos recursos naturais, à posição insular sem vizinhos para ameaçá-lo e com projeção para dois oceanos, a uma política comercial protecionista e a uma abertura para investimentos de capitais e imigrantes.⁴⁹

Essa mudança de parâmetro tem duas ramificações no Brasil, uma de política interna outra de política externa. A primeira delas se refere ao fato de o Brasil desconcentrar sua referência européia e elevar seus pensamentos a uma interiorização buscando conhecer melhor seu país como nação. O país, antes guiado pelo estilo de vida europeu, tendo este continente o

⁴⁶ KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Tradução: Saul S Gefter. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2001. passim.

⁴⁷ BARACUHY, Braz. **Vencer ao perder**: a natureza da diplomacia brasileira na crise da Liga das Nações (1926). Brasília/DF: FUNAG, 2005. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Instituto Rio Branco, 2003. p. 29.

⁴⁸ Além dessas características, a política exterior republicana herda da Monarquia um espírito de continuidade, burocracia e formalismo. Uma mudança nos primeiros anos da República é percebida na diminuição do papel do parlamento, na formulação da política exterior e também na diminuição da autonomia dos agentes internacionais influenciados, cada vez mais, pelo poder Executivo. BREDA DOS SANTOS, 1996, op. cit., p. 23-25.

⁴⁹ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Manual do candidato**: história mundial contemporânea (1776-1991). Brasília/DF: FUNAG, 2006. p. 138.

papel de centralizador das atenções e “modelo civilizatório,”⁵⁰ cede lugar a uma nova perspectiva. A nação brasileira busca reconhecer-se diante do sistema global e tem como suporte para tal empreitada o movimento modernista, como visto anteriormente. Concomitante a essa mudança de caráter interno, o Brasil renova sua política exterior intentando uma maior aproximação com os países americanos, especialmente os Estados Unidos - política esta iniciada pelo Barão do Rio Branco - devido à história comum desses países marcada pela tendência a solucionar pacificamente os conflitos internacionais sustentando-se no primado do direito. O ideal americano de Woodrow Wilson e seu discurso nacionalista contagiam o Brasil. A Europa vai perdendo espaço e sua imagem vai sendo constantemente relacionada com crises e confusões, enquanto a América é vista como o espaço da nova civilização e do futuro. Essas circunstâncias favorecem o Pan-Americanismo, além de que a identificação progressiva da política exterior brasileira com a política norte-americana representa uma significação cada vez mais evidente para a diplomacia brasileira. Todavia, isso não configura uma ruptura com a Europa, apenas uma tendência, um ingrediente continental a mais nas relações brasileiras. O modelo cultural ainda tem inspirações vindas do Velho Mundo.

Uma situação que demonstra a relação harmoniosa mantida pelo Brasil com a América e com a Europa é sua concomitante participação nas reuniões pan-americanas e na Liga das Nações. Esse relacionamento equilibrado é uma manifestação peculiar da política exterior brasileira. Diferente é, pois, a situação de outros países americanos que “manifestam certa tendência de desafeto a respeito da Sociedade das Nações em favor da realização de um início de regionalismo”⁵¹, como exemplo, a Argentina que não chega nem a ratificar o Pacto da Liga. Outro exemplo são os Estados Unidos, que não têm grande interesse em favorecer as relações políticas das instituições pan-americanas com a Sociedade das Nações, evidentemente para preservar sua influência no continente. Planas-Suarez explica a relativa distância dos países latino-americanos com a Liga pelo fato dos assuntos dessa organização não “afetarem os interesses vitais” dos países americanos, além da constatação de que a América Latina não possui armamentos significantes.⁵²

⁵⁰ FERREIRA; DELGADO, op. cit., p. 372.

⁵¹ Cf. Prefácio de M. George Scelle. GUERRERO, Manuel Perez. **Les relations des États de l'Amérique latine avec la Société des Nations**. Paris: Editions A. Pedone, 1936. p. II.

⁵² PLANAS-SUAREZ, Simon. **La Sociedad de las Naciones del Tratado de Versalles**. Barcelona: Gustavo Gili, 1958. p. 15.

As relações provocadas entre as duas concepções paralelas – Liga das Nações e Pan-Americanismo - não ultrapassam o “domínio técnico”. Inclusive o Protocolo de Genebra, que põe em evidência a arbitragem obrigatória e as sanções contra o agressor, representa uma ameaça na hipótese de envolver conflitos com países latino-americanos. A convocação de uma conferência de desarmamento pode significar para a política norte-americana uma “ingerência no domínio que interessa diretamente aos Estados Unidos”⁵³. Opinião diferente e estratégica tem o Sr. M. Zaldumbide, Ministro das Relações Exteriores do Equador, que defende que a Sociedade das Nações “favorece e estimula a formação de ententes regionais que se organizam harmoniosamente.” Sua análise vai mais longe afirmando que o poder capaz de moderar a influência dos Estados Unidos nos países americanos é a Liga das Nações.⁵⁴

A aproximação do Brasil com os países americanos e sua participação nos assuntos globais revela a emergência de um espectro que combina elementos de americanismo e globalismo cujo germe está certamente nesse recorte temporal da participação do Brasil na Liga, o qual se intensifica anos depois na década de 1970 com o avanço da globalização e das relações não apenas americanas, mas também intercontinentais. Até a década de 1960 predominará o paradigma americanista, mas assistirá nesse instante a emergência do paradigma globalista que tem raízes justamente nesse recorte temporal estudado, marcado pela participação brasileira em assuntos provenientes de outro continente.⁵⁵ Isso demonstra que a Política de Estado brasileira sabe utilizar os instrumentos de barganha revelados no plano externo, permitindo manobrar a “ambigüidade entre um realismo pragmático e um idealismo principista.”⁵⁶

Diante de todas essas considerações, nota-se que a linha de política externa brasileira assume uma posição de defesa do direito internacional ancorando os ideais da Liga, de aproximação continental e de promoção da imagem do país no exterior. A ação política de Rio Branco, defendendo o estreitamento das relações com os Estados Unidos e, por extensão, com os países americanos a fim de assegurar um melhor progresso para o continente, passa por períodos de maior ou menor aproximação. A ambivalência do pós-guerra está modelada na força da

⁵³ Duroselle chega a afirmar que a Inglaterra não ratifica o Protocolo, porque entre a prioridade da amizade aos Estados Unidos e o Protocolo a Inglaterra dá preferência ao primeiro. DUROSELLE apud BREDA DOS SANTOS, 1996, op. cit. Cf. nota 135. p. 211.

⁵⁴ GUERRERO, op.cit., p. 213.

⁵⁵ SILVA, Alexandra de Mello e. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. **Revista Brasileira de Política internacional**. Brasília/DF, ano 41, n. 2, p. 141, 1998.

⁵⁶ GARCIA, Eugenio Vargas. A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília/DF, ano 37, n. 1, p.19, 1994.

tradição desafiada e pressionada pela mudança de valores. Contradições e ambivalência estão presentes tanto na arena internacional quanto na perspectiva da política nacional brasileira que se engaja na aproximação com os Estados Unidos sem abandonar, na outra via, a admiração e o contato com a cultura e civilização européia.

Os termos que facilitam o contato americano estão centrados nos princípios “continentalista” e “legalista” usados pelo Brasil, por exemplo, nas soluções territoriais pacíficas executadas com o vizinhos latino-americanos.⁵⁷ A predominância no meio diplomático é que a ação continental deve ser motivada para um ideal de paz e de democracia cujos ingredientes elevariam o país ao patamar de um padrão civilizado e auxiliariam, por sua vez, o progresso almejado. Dessa maneira, a aproximação com os países americanos é vista como uma maneira de se ampliar as vantagens comparativas num processo de maior integração global.

A “idéia de hemisfério ocidental”⁵⁸ prega que as nações americanas estão “ligadas por uma história comum, pela resistência ao colonialismo, pela adoção de instituições republicanas, moralmente superiores, enraizadas no *monroismo*”.⁵⁹ Essa ideologia é defendida por Wilson que acredita que os Estados americanos estão unidos pelos ideais da paz. Desde a Doutrina Monroe até o corolário Roosevelt – políticas que atribuem um poder internacional aos EUA permitindo-lhes intervir no continente americano a fim de evitar qualquer ingerência extracontinental – o Brasil tem momentos de sua política exterior orientada para a América. A Grã-Bretanha - que desde a independência brasileira mantém posição forte no país destacando-se como o maior fornecedor das importações brasileiras, a principal fonte de capital e o maior investidor estrangeiro - tem de concorrer, no período pós Guerra, com esse outro país americano que emerge, potencialmente, no cenário internacional.

Nessa moldura, o ideal pan-americano é retomado várias vezes na elaboração da política externa do país e nos discursos nacionais como mostra o Ministro das Relações Exteriores, Felix Pacheco:

É um caso sem parêntese na vida universal. Aqui há, na verdade, uma família de nações, com impressionantes similitudes de fisionomias e com perfeita identidade de interesses. As nossas pátrias, por assim dizer, nasceram todas de uma só vez e sob inspiração dos mesmos princípios altos e generosos. Não

⁵⁷ BREDA DOS SANTOS, 1996, op.cit., p. 9.

⁵⁸ GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre América e Europa**: a política externa brasileira na década de 1920. Brasília/DF: Ed. UnB, 2006. p.578.

⁵⁹ Ibid., p. 35.

importa que o progresso de umas se avantajasse ao de outras. A desigualdade no crescimento de todas não quebra de modo nenhum o ritmo harmonioso do grupo inteiro. A doutrina de Monroe pode ser tida e é, na realidade, a fórmula exterior concreta dessa vitalidade íntima da América [...] vem a ser a união do pensamento político do Continente, definindo uma linha de ética internacional, que não nos isola, mas nos resguarda e nos defende com segurança [...].⁶⁰

O início das idéias pan-americanas surge no Congresso em Panamá em 1826. Todavia, o conceito pan-americanista só é retomado na I Conferência Internacional Americana realizada em 1889⁶¹. A partir desse encontro, realizam-se diversas conferências para tratar de assuntos ligados à solidariedade continental utilizando-se de instrumentos como recomendações, doutrinas e tratados⁶². O “denominador comum” de tais conferências tem como objetivo, na visão política norte-americana, “liberalizar as trocas comerciais com os países latinos americanos e dar um caráter de cooperação técnica às relações do interior do continente”⁶³. O pan-americanismo e a “política de cordialidade e de cooperação” das nações do Novo Mundo, na visão de Artur Bernardes, devem “assumir expressões práticas e reais, para se consolidarem em preceitos gerais aceitos por todos e fixados em Códigos”; somente com essa racionalização segura é que se traduzirá uma “concordância unânime e completa no sentido da paz, pelo direito e pela justiça”⁶⁴. Essa política é bem aceita no Brasil, como visto, que soube equilibrar o jogo político, todavia não é recebida da mesma maneira por outros países latino-americanos que a vêem como uma intervenção americana – visão esta alterada a partir de 1929 com a política de boa vizinhança de Roosevelt. Mais uma vez, o Brasil aproveita-se da situação e assume um papel de “mediador” dos Estados Unidos e países americanos tirando proveito dessa “solidariedade”⁶⁵.

Entretanto, essas fases de maior convergência no hemisfério ocidental coexistem com períodos de afastamentos e “desconfianças”. As complexas relações de cooperação e conflito determinam diferentes posições assumidas pelo Brasil no sistema internacional. O não-

⁶⁰ GARCIA, 2006, op.cit., p. 577-578.

⁶¹ A sede da União Pan-Americana (UPA) está localizada em Washington.

⁶² Realizam-se nesse período várias conferências das quais o Brasil se faz participar. Comissão Interamericana de Comunicações Elétricas, Congresso Americano da Criança, Conferência Sanitária Pan-Americana, Congresso Científico Pan-Americano. APM. Belo Horizonte, 1925. (Mensagens Presidenciais).

⁶³ GIL apud BREDA DOS SANTOS, 1996, op.cit., p. 31.

⁶⁴ APM. Belo Horizonte, 1925. p.106. (Mensagens presidenciais).

⁶⁵ *Ibid.*, p. 31. Essa posição brasileira é explicável pelo fato da intervenção dos Estados Unidos não ser tão impositiva no Brasil como em outros países, principalmente da América Central, países mais fracos. Os yankees não têm tanta força no Brasil, sendo o apoio da recém República firmado através de uma “aliança não-escrita,” o que não impede uma penetração financeira e comercial americana para contrabalançar a presença inglesa no Brasil. VIZENTINI, op.cit., p. 144.

alinhamento com os EUA mostra-se notório, por exemplo, em sua decisão de não se retirar da Liga das Nações como fizera o Estado Americano ao não ratificar o Tratado de Versalhes. As divergências surgem também no plano econômico, como será visto na Campanha Hoover. Sob esse aspecto, verifica-se que a diretriz republicana vislumbra uma possibilidade de progresso elevando seu engajamento na América, todavia não concretiza uma ruptura com as tradicionais relações com os países europeus. Com efeito, a ambivalente Primeira República delinea a simultaneidade de um ideal pan-americano com a participação nos assuntos globais, sendo a intensa participação na Liga das Nações seu melhor exemplo.

Deslocando-se agora para outra esfera, veremos como se relaciona a dicotomia Estados Unidos *versus* Europa no plano econômico. Em relação à obtenção de créditos no exterior, o Brasil ainda continua sendo cliente assíduo de Londres⁶⁶, entretanto, não são raras as vezes em que o Brasil recorre também a créditos em outras casas como as de Nova York, por exemplo. Há uma ampliação e diversificação das fontes de financiamentos. A partir da Primeira Guerra, a expansão norte-americana nas finanças da América Latina é visível, apesar de ter tido alguns entraves como no caso Hoover⁶⁷. Inclusive, é realizada em Washington, de 24 a 29 de maio de 1915, a I Conferência Financeira Pan-Americana. Dessa maneira, pode os EUA aproveitar a oportunidade e avançar nos assuntos financeiros do continente. Vários bancos norte americanos instalam-se no Brasil, *National City Bank, First National Bank of Boston, Mercantile Bank of the Americas*. Alguns desses bancos são fechados assim que passa o *boom* inicial dos bons negócios, mas já em janeiro de 1920 é realizada a II Conferência Financeira Pan-Americana e novos empreendimentos são feitos. A partir de 1925, o valor dos empréstimos feitos em bancos americanos triplica se comparado aos 4 anos anteriores. Wall Street vive seus “anos dourados” até a quebra das bolsas em 1929. Percebe-se que esses investimentos são direcionados aos mais

⁶⁶ O Brasil desde a Independência recorre aos bancos ingleses. Na Primeira República fica evidente esse fornecimento de capital, principalmente, da Casa dos Rothschild, para financiar a produção cafeeira e todo o sistema ligado a essa produção como transportes, comercialização, políticas de valorização do café, etc. Sem o capital inglês o Brasil não teria alcançado o grau de produção suficiente para articular favoravelmente seu comércio internacional. Os capitais estrangeiros dominam, assim, toda a comercialização exterior dos produtos agrícolas brasileiros.

⁶⁷ Destaca-se, dentre esses problemas de fornecimento de crédito americano, o caso Hoover. Nesse episódio, os EUA recusam oferecer créditos ao Brasil para a Defesa Permanente do Café. Hoover acredita que empregar dinheiro na defesa do café contribui para aumentar a especulação e isto prejudica o comércio exterior americano, grande importador do produto. Justamente nessa ocasião, final de 1925, a Grã-Bretanha havia auto-imposto um embargo a empréstimos estrangeiros. Assim, o Brasil se vê numa situação desconfortável para obter crédito. Apenas depois de dois meses a situação é resolvida, pois Londres suspende o embargo e o Brasil pode fazer o empréstimo. A situação nesse momento não é nada boa para os EUA que perdem uma lucrativa operação de créditos. Várias críticas internas nos EUA surgem contra a política anti-empréstimos de Hoover. GARCIA, 2006, op.cit., p. 328-330.

variados tipos de serviços e negócios no Brasil transformando o que antes era uma “inversão esporádica” em uma categoria permanente de empréstimos.⁶⁸

Nota-se, assim, certa deterioração da posição dominante britânica, conquistada desde a Independência⁶⁹, frente à concorrência com o capital americano. Além dos investimentos, a guerra diminui as exportações europeias e a comunicação marítima com o ocidente. As dificuldades para obtenção de créditos europeus são evidentes durante a guerra, momento no qual o Brasil vive uma difícil situação financeira e necessita com urgência de empréstimos. Diante da impossibilidade de obtê-los de bancos europeus, o governo brasileiro proclama, através de um decreto de 3 de Julho de 1914, um período de congelamento oficial por duas semanas. A inatividade dos bancos e do comércio favorece o retorno de uma relativa calma, amenizando a situação. Este é apenas um exemplo das dificuldades encontradas nas transações financeiras com a Europa no período do conflito e o Brasil, não apenas para diversificar, mas também garantir empréstimos em ocasiões de urgência, estreita suas relações financeiras com os Estados Unidos. Assim, o Brasil pode manter seu consumo regular e também prosseguir na exportação de produtos agrícolas. Posteriormente veremos que o veto brasileiro à entrada da Alemanha no Conselho da Liga das Nações, coloca o Brasil e a Inglaterra em lados opostos ocasionando certo receio na concessão de empréstimos por parte dos Rothschilds e marcando mais uma crise entre esses dois países.

É mister notar que essa constante e crescente busca brasileira por capital estrangeiro pode ser justificada, em parte, pela descentralização política proporcionada pela Constituição Republicana que possibilita não somente à União adquirir créditos no exterior, mas também aos Estados e Municípios aumentando, progressivamente, a dívida externa do país. A Constituição de 1889 estabelece como critério o Estado Federativo no qual o poder é dividido entre uma ordem jurídica central e várias ordens jurídicas regionais, cristalizando uma pluralidade de autonomia. Assim, os Estados podem, em grande margem, usufruir dessa garantia. Não obstante, de outro lado, está a preocupação de Bernardes com o crescente aumento da dívida, como visto repetidamente nas suas mensagens presidenciais as quais denunciam que a Constituição “excede as autonomias locais”, no que se refere aos empréstimos adquiridos no exterior, pois as

⁶⁸ GARCIA, 2006, op.cit., p.334-335.

⁶⁹ As negociações da Independência com Portugal e o processo de reconhecimento pelos outros países europeus são, em grande parte, obtidas pela pressão inglesa. Uma fricção entre o Brasil e a Inglaterra começa, entretanto, a partir da pressão inglesa pela proibição dos tráficos de escravos.

“impontualidades de alguns Estados na satisfação dos seus compromissos externos” enfraquecem muitas vezes a União⁷⁰.

Além da influência na área financeira e de créditos, os Estados Unidos representam, em 1920, a posição de primeiro país importador do Brasil e também o principal exportador. O café, juntamente com outros produtos primários, entra nos EUA, desde 1872, sem pagar tarifas alfandegárias⁷¹. Essa situação evolui e é firmado um acordo entre os dois países no qual o Brasil concede reduções tarifárias de 20% a 30% em favor de inúmeros produtos.⁷² A Argentina, Espanha, Bélgica e, principalmente, a Grã-Bretanha reclamam dessa situação e querem negociar com o Brasil em busca de benefícios comerciais. Por causa dessas reiteradas queixas, o Brasil decide articular uma nova política aduaneira que ocasiona no entendimento comercial recíproco de “tratamento incondicional de nação mais favorecida” com os Estados Unidos, em 18 de outubro de 1923, no governo de Artur Bernardes,⁷³ que estabelece uma taxa mínima⁷⁴ nas transações comerciais. Os produtos “naturais, agrícolas e manufaturados dos Estados Unidos e do Brasil pagam as tarifas de importação ‘mais baixas’ que são ‘possível cobrar’”. Com esse acordo intensifica-se o intercâmbio comercial entre os dois países e em 1924 as importações brasileiras aumentam em US\$ 20 milhões em relação a 1923. Bernardes afirma que empregará todo o esforço necessário “em favor de um entendimento conciliador de vantagens recíprocas” e, através desse critério aduaneiro, “manter sem prejuízo uma larga e liberal política, de grande vantagem para a nossa expansão econômica e com a possibilidade de celebrar todos os acordos que nos parecerem convenientes, desde que eles não nos obriguem a ir além da taxa mínima”, podendo,

⁷⁰ APM. Belo Horizonte, 1925. p.6-7. (Mensagens presidenciais).

⁷¹ Essa vantagem facilita o acesso às fontes de matéria-prima de que os EUA tanto dependem.

⁷² Quando o Brasil concede, pelo decreto nº14.342, de 3 de setembro de 1920, 20% nos direitos de importação para alguns produtos de origem Belga, a Grã-Bretanha se queixa da medida, ficando indignada, uma vez que há tempo ela reivindica atitude semelhante. (1920 a 1922) Cf. GARCIA, 2006, op.cit., p.282-293. Mas, em começo de 1923, o Governo já não se utiliza da autorização orçamentária para renovar as reduções de direitos, quer em favor da Bélgica, quer dos Estados Unidos, tendo iniciado, nessa época, negociações com os Estados Unidos para o entendimento concluído, a 18 de outubro, vide abaixo. APM. Belo Horizonte, 1924. p. 92-3. (Mensagens Presidenciais).

⁷³ “O Governo consegue iniciar a nova política aduaneira, em 18 de outubro de 1923 com a assinatura de um entendimento comercial recíproco, de nação mais favorecida, entre o Brasil e os Estados Unidos, - aliás, o primeiro acordo, com que a grande nação irmã inicia uma nova política alfandegária. Esse entendimento vem substituir um acordo, que tínhamos com os Estados Unidos, pelo qual concedíamos a este país reduções de tarifas, de 20 e 30%, em favor de inúmeros produtos”. Assim, encerra um longo período de favores especiais na tarifa brasileira, que vinham determinando, durante mais de 20 anos, reiteradas queixas e reclamações de vários países que permutam os seus produtos conosco e pesam efetivamente na nossa balança comercial. APM. Belo Horizonte, 1924. p. 92-93. (Mensagens Presidenciais).

⁷⁴ O Brasil adota um critério de taxas máxima e mínima.

se conveniente para o comércio, estender os acordos com outros países desde que respeitem o limite da taxa mínima.⁷⁵

Em resumo, há uma gradual penetração da economia norte-americana coexistindo com a tradicional influência inglesa,⁷⁶ envolvendo relações comerciais e financeiras. Além disso, a “amizade com os Estados Unidos” também é importante em outros aspectos como a “consolidação da posição do Brasil no plano subcontinental e a resolução definitiva de algumas questões lindeiras,”⁷⁷ pois com o “respaldo norte-americano” o Brasil pode “incorporar áreas em litígio e firmar tratados de limites com países vizinhos sem recorrer à força”⁷⁸. O resultado dessa demarcação fronteiriça, de maneira pacífica, além de angariar território considerável para o Brasil, acarreta um reforço à confiança e nacionalismo brasileiro incrementando elementos na política de prestígio do país. O que não se pode perder de vista em todas essas relações é que o Brasil sempre soube jogar com essa dupla fonte de poder Estados Unidos/América *versus* Inglaterra/Europa na promoção de seus interesses.

2.4 A Missão Militar Francesa e a questão desarmamentista

No período em que este trabalho está inserido é realizada a Conferência Pan-Americana de Santiago em 1923⁷⁹ cujo objetivo é discutir temas relativos ao desarmamento, uma grande preocupação nesse momento pós-guerra tanto na Liga das Nações como em outras organizações regionais. O Brasil, nesse momento, assume uma posição contrária perante a pauta geral das negociações internacionais. Devido à sua participação na guerra, o Governo brasileiro tem parâmetro para avaliar sua debilidade militar e, por essa razão, tenciona se atualizar. Se comparado com outros países na América do Sul e em relação ao número de seus habitantes e sua superfície, o Brasil “é o país de menor exército na América do Sul” e tem os menores “gastos

⁷⁵ APM. Belo Horizonte, 1924. p. 93. (Mensagens Presidenciais).

⁷⁶ Até a Primeira Guerra Mundial é incontestável a predominância britânica no setor econômico. Tarifas preferenciais foram acordadas em 1810 e confirmadas por tratados em 1927 bancos ingleses financiam ferrovias e a instalação de vários serviços urbanos, navios ingleses detêm mais de 60% do comércio marítimo, além da exportação de importantes produtos para o Brasil. BRENDA DOS SANTOS, 1996, op.cit., p. 20.

⁷⁷ O Brasil tem questões fronteiriças resolvidas na região do Acre com a Bolívia e Peru, tratados bilaterais com a Colômbia, Uruguai, Guianas. Ibid., p. 34-40.

⁷⁸ VASCONCELOS, Rui Pinheiro. **A retirada do Brasil da Liga das Nações**. 1993. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. p. 18.

⁷⁹ Note que desde 1910 não se reunia nenhuma conferência por causa da guerra.

militares para as forças de terra e mar”. Ademais, o pensamento brasileiro complementa que as nossas forças têm como único destino a “defesa da pátria no exterior e a manutenção das leis no interior.”⁸⁰ Como apoio para defender esses argumentos, o governo brasileiro toma por base o artigo 8º do Pacto da Liga das Nações, do qual é signatário, que afirma que os armamentos devem ser “fixados no mínimo compatível com a segurança nacional e com a execução das obrigações internacionais” levando em consideração a “situação geográfica e as condições especiais de cada Estado”.⁸¹ Em suma, o Brasil argumenta que precisa atualizar suas forças para atingir esse mínimo necessário à sua segurança, gerando divergências com outras nações tanto no âmbito regional quanto no seio da Comissão de Desarmamento da Liga das Nações.

2.4.1 Missão Militar Francesa

Antes de discorrer sobre a Conferência Pan-Americana de Santiago e sobre a questão desarmamentista na Liga das Nações convém abordar a Missão Militar Francesa contratada pelo Brasil em 1920. Essa missão é convocada no Governo de Epitácio Pessoa⁸² e tem como dirigente o General Maurice Gamelin, comandante de uma divisão de infantaria na França durante a guerra, que vem servir junto ao Chefe do Grande Estado-Maior como seu Assistente Técnico para a Instrução e a Organização. A missão assume a “direção intelectual das escolas do exército.”⁸³ O Brasil contrata essa missão de instrução⁸⁴ por ter averiguado que a situação de seu Exército está precária, principalmente diante da atualização de outros países na Guerra Mundial. O Exército não sofre, desde a Guerra do Paraguai, uma atualização consistente. Ele está despreparado, desorganizado, além da superioridade da força militar da Argentina ser visível. Este país tem “orçamento de guerra superior ao do Brasil, pessoal combatente em maior número e melhor

⁸⁰ APM. Belo Horizonte, 1923. p. 50-55. (Mensagens Presidenciais).

⁸¹ SOARES, José Carlos de Macedo. **O Brasil e a Sociedade das Nações**. Paris: A Pedone Editor, 1927. p. 240-241.

⁸² As gerações de cadetes da Escola Militar do Realengo, até a turma de aspirantes de 1945, ainda foram instruídos segundo os métodos franceses.

⁸³ CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 489. BN.

⁸⁴ A missão de instrução é organizada num país, por solicitação de outro, para neste último e mediante um acordo ou contrato firmando entre os dois governos, prestar assistência e transmitir ensinamentos visando, através de organização adequada, doutrina conveniente e eficiente preparo, tudo devidamente adaptado às finalidades conjunturais e aos recursos disponíveis, a tornar o mais objetivo possível, o organismo bélico do país assistido. MALAN, General Alfredo Souto. **Missão militar francesa de instrução junto ao exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. p. 10. BN.

instruído, além de capacidade mais rápida de mobilização.”⁸⁵ Portanto, faltam armas, munição de guerra, fardamento, recursos de transporte e comunicação, o que exige um trabalho de recuperação imediato para a defesa da existência nacional. O General Gamelin vê a necessidade de “melhorar a distribuição das tropas no território nacional” e “dar particular atenção à defesa das fronteiras meridionais” além de “aumentar as instalações de fuzis e artilharia de campanha.”⁸⁶

Jayme Araújo expõe a situação da esfera militar de nosso país:

Logo após a Guerra da Tríplice Aliança, o espírito pacifista, característico dos brasileiros e, ainda mais, sob a influência ascendente do positivismo, passou a prevalecer de maneira tão exagerada e, até, incongruente, que se pode assinalar como que um consenso tácito, no sentido da desvalia, ou mesmo do menosprezo, das atividades típicas militares, arranhando o prestígio da classe e afetando a auto-estima do pessoal militar.⁸⁷

Bastos resume a situação militar do país em três tópicos: “uma desorganização moral, material e instrumental.”⁸⁸ Grande parte da oficialidade, “embora com elevada cultura teórica e técnica, adquirida nas escolas, não possui nenhum preparo profissional.”⁸⁹ Mesmo o país tendo presenciado um avanço militar, quando esteve à frente do Ministério da Guerra o Marechal Hermes da Fonseca, “com a construção de quartéis e residências para oficiais da Vila Militar no Rio de Janeiro, aquisição de material de guerra moderno, instituição do serviço militar obrigatório e criação de Grandes Unidades Estratégicas,”⁹⁰ ainda assim, o balanço não é suficiente para a defesa nacional do país pensando em termos territoriais e populacionais. Por essa razão, o Brasil avalia sua peculiar situação internacional e decide contratar a Missão Francesa.⁹¹

⁸⁵ GARCIA, Eugênio Vargas. A diplomacia dos armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n 46, v. 23, 2003. Não paginado.

⁸⁶ BREDAS DOS SANTOS, 1996, op. cit., p. 139.

⁸⁷ Cf. Prefácio. BASTOS FILHO, Jayme Araújo. *A missão militar francesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. (Coleção General Benício). BN.

⁸⁸ BASTOS FILHO, op.cit., p. 35.

⁸⁹ CASTRO E SILVA, Egdio Moreira de. *À margem do ministério Calógeras*, Rio de Janeiro: Melso, 1961. p. 65. BN.

⁹⁰ MALAN, op.cit., p. 33.

⁹¹ Além dessa Missão Militar o país já havia retomado em 1919 a indústria naval brasileira, em crise desde o império, com o lançamento do navio Itaqui. NO CENTENÁRIO da Independência, a modernidade é apropriada. Exposição Nacional de 1908. Fachada Principal do Palácio da Exposição. Casa França-Brasil, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2001. (Coleção particular – Pavilhão da Bahia).

Uma discussão acerca de qual missão a ser contratada é duramente assentada no Congresso⁹². Há, por um lado, a defesa de se contratar uma missão alemã e, por outro, os que defendem uma missão francesa. Os que estão do lado desta afirmam que somos muito parecidos com os franceses, que esse país é o mais ativo foco disseminador de cultura⁹³ do mundo no momento, além de termos em comum uma “sentimental dedicação filial, moldura envolvente da disciplina do coração e da amizade.”⁹⁴ Por fim, ainda tem o fato da França, vitoriosa da Grande Guerra, trazer todas as inovações do conflito.

A corrente alemã conta, principalmente, com os oficiais estagiários do exército alemão⁹⁵, com Hermes da Fonseca e também com o Barão do Rio Branco. Todavia, após o Tratado de Versalhes, verifica-se ser impossível contratar uma missão alemã devido à derrota deste país na guerra. Decide-se, por fim, pela Missão Francesa.⁹⁶

As principais medidas adotadas pela Missão Francesa são: adoção e aplicação da Lei do Serviço Militar obrigatório, ampliação dos efetivos, renovação dos armamentos, melhoria das instalações militares, reforma completa do ensino e adoção de novas regras de promoção hierárquica.⁹⁷

Muitas dessas medidas já haviam sido defendidas antes mesmo da chegada da Missão pela “A Defesa Nacional” fundada no Brasil em 1913 pelos oficiais brasileiros que foram estagiar no exército alemão.⁹⁸ Os artigos publicados nessa revista traçam uma luta pela “transformação dos costumes e modernização das técnicas e táticas” usadas. Além disso, é uma “difusora dos

⁹² A Câmara dos Deputados preocupa-se especialmente se existe compatibilidade constitucional de uma missão estrangeira para dirigir o Exército nacional. Prevalece, por fim, o ponto de vista de que sendo a missão de “instrução” e não de “comando” ela está dentro da lei.

⁹³ BASTOS FILHO, op.cit., passim.

⁹⁴ MALAN, op.cit., p. 36.

⁹⁵ Oficiais brasileiros foram mandados à Alemanha para estagiarem em seu Exército. Ao regressarem esses oficiais transmitem os conhecimentos adquiridos através da “A Defesa Nacional,” criada em 1913, que discute questões militares e difunde técnicas e táticas em uso.

⁹⁶ A primeira Missão Militar de Instrução no Brasil foi francesa e foi contratada pelo Governo do Estado de SP em 1905 cujo conteúdo era: Artigo I: essa missão militar está a disposição do Governo do Estado de São Paulo por um período de dois anos que se encerra no fim do mês de março de 1908. Artigo II: a missão é exclusivamente uma missão de organização e instrução, seus membros não podem em qualquer caso tomar parte das operações militares. Este é um dos fatores que influencia a decisão de se contratar uma missão francesa em vez de uma alemã, pois o Brasil já teve a experiência de uma missão francesa em São Paulo. Além dessa missão ainda tem outra: a Missão Francesa de Aviação encarregada de organizar e desenvolver os Serviços de Aviação Militar do Exército Federal Brasileiro, em 10 de outubro de 1918, ainda durante a guerra. AHI. Rio de Janeiro, [19--?]. (Lata 192, maço 3298).

⁹⁷ ROUQUIÉ apud MAIER, Felix. **Nacionalismo e esquerdismo nas Forças Armadas**. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/noticias/ricardobergamini/hp64/hp64/felix_3.html>. Acesso em: 10 out. 2007.

⁹⁸ Idéia da criação partiu de Estevão Leitão de Carvalho e Bertoldo Klinger.

armamentos em uso na Europa e principalmente na Alemanha,”⁹⁹ em vésperas da guerra, e desenvolve uma propaganda em favor do serviço militar obrigatório e do reaparelhamento das Forças Armadas. A revista é uma defensora da contratação de uma missão estrangeira para modernizar a técnica operativa do exército brasileiro. A princípio é defensora de uma missão alemã, influência de seus fundadores, mas não demora a aceitar a missão francesa até mesmo por causa do Tratado de Versalhes. A missão, juntamente com A Defesa, são responsáveis pelo grande impulso da bibliografia militar com numerosas obras difundindo uma doutrina de guerra. Além da revista é formada em 1916, por Olavo Bilac, a “Liga da Defesa Nacional” cuja finalidade é “robustecer na opinião pública nacional um elevado sentimento de patriotismo.”¹⁰⁰ Juntas elas representam a consciência nacionalista que havia ganhado força com a Primeira Guerra.¹⁰¹

A alguns olhos nacionais da época, a Missão se revela um sucesso. Artur Bernardes mostra-se um defensor da missão contratada. Nos seus discursos presidenciais, ele relata: “têm-se feito sentir de modo sumamente profícuo os ensinamentos da Missão Militar Francesa que, pela provada competência e incansável dedicação de seus membros, têm prestado ao Exército serviços da maior valia.”¹⁰² Todavia, essa posição conta com adversários inclusive no próprio meio militar no qual as gerações mais graduadas são contra a vinda de uma missão de instrução por se acharem demasiadamente velhos para reiniciarem seus estudos.¹⁰³ Combinando com essa postura assumida, alguns diplomatas ingleses no país afirmam que a “apatia oficial” e a “firme determinação da parte dos políticos a conservar o Exército como um instrumento político”¹⁰⁴ dificultam os resultados práticos da missão. De acordo com Ernest Scott no Foreign Office a Missão exerce uma influência “mais junto dos oficiais de grades inferiores, pois os órgãos centrais de comando do Exército lhe são hostis” e “não produz efetivamente os resultados práticos desejados pelos reformistas.” Esta situação permite, assim, “reunir as diversas

⁹⁹ CIDADE, op.cit., p. 413.

¹⁰⁰ LIGA da Defesa Nacional: síntese do histórico. Disponível em: <<http://www.ligadedefesanacional.org.br/principal.htm>>. Acesso em: 10 out. 2007.

¹⁰¹ São fundados também em São Paulo o “Centro Nacionalista” sob influência de Olavo Bilac e Alberto Torres e a “Revista do Brasil” por Plínio Barreto e Júlio de Mesquita representando a consciência nacionalista no país. PINHEIRO apud MAIER, op. cit., on-line..

¹⁰² APM. Belo Horizonte, 1923. (Mensagens presidências).

¹⁰³ CIDADE, op. cit., passim.

¹⁰⁴ BREDA DOS SANTOS, 1996, op. cit., p.140.

insurreições militares que têm lugar no decorrer dos anos 1920.”¹⁰⁵ Esse é um paradoxo, pois durante o funcionamento da Missão Francesa irrompe no país os movimentos de 1922 e 1924.

Essa é uma das questões relativas à Missão que deve ser levantada nesse momento. Há uma diferença de posição entre os “tenentes” (que será abordado no capítulo três) e os defensores da Missão de Instrução no que concerne ao papel dos militares na vida nacional. Num editorial da “A Defesa Nacional” a situação é exposta da seguinte forma: os defensores da Missão como Leitão, Bertholdo Klinger¹⁰⁶ propõem que “o Exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam”, o que quer dizer que deve haver “uma intervenção controlada, ou ‘moderadora’, a ser levada a efeito pela organização como tal, orientada por seu órgão de cúpula, o Estado-Maior”. Já os tenentes propõem uma “intervenção reformista, a ser feita pelo militar independentemente, ou mesmo contra à organização.”¹⁰⁷ Essa aparente contradição encerra-se de maneira apenas simbólica, pois como afirma Bastos a “mudança foi lenta, mas ainda permitiu que os mesmos tenentes de 1922, interventores reformistas fossem, como generais, interventores moderados”.¹⁰⁸

A outra questão conseqüente da contratação da Missão Militar é correlata ao debate internacional motivado pelo pacifismo. Se por um lado os ensinamentos da guerra pautam-se por um pedido de paz, por outro, ditam a necessidade de alguns países, como o Brasil, de aperfeiçoar seu poderio militar.¹⁰⁹ Essa aparente contradição brasileira que defende na política interna uma reorganização militar e na política exterior manipula um discurso pautado pelo pacifismo é articulada e apoiada, segundo Malan, no Artigo 8º do Pacto da Liga que prega um contingente armamentístico capaz de assegurar um mínimo compatível com a segurança nacional.¹¹⁰ Pacifista, mas também realista, o Brasil procura defender sua posição militar na América Latina e garantir a segurança interna de seu território nacional. Sob esse ponto de vista, o Brasil vive um dilema de segurança, no qual existe o “choque do realismo trazido pela guerra” inserido “num contexto

¹⁰⁵ BREDA DOS SANTOS, 1996, op. cit., Cf. nota 31, p. 140.

¹⁰⁶ Jovem turco e líder do grupo de A Defesa Nacional.

¹⁰⁷ BASTOS FILHO, op.cit., p. 135.

¹⁰⁸ Ibid., p. 136.

¹⁰⁹ Marechal Castello Branco chegou a discursar que a Missão Francesa “foi o que o Exército realmente aproveitou da Primeira Guerra Mundial.” CASTELLO BRANCO apud MALAN, op.cit., p. 186.

¹¹⁰ MALAN, op.cit., p. 145.

internacional que aponta em sentido oposto.” Há, portanto, uma aparente incoerência na política nacional que vive uma realidade pragmática e um discurso idealista.¹¹¹

Esse descompasso enfrentado pela diplomacia brasileira que pretende “bloquear as propostas que tolhem sua liberdade de ação estratégica, mesmo que para tanto precise desempenhar o papel de opositor ferrenho do desarmamento” desperta na imprensa argentina o caráter contraditório da atitude brasileira em meio a conferências de paz e desarmamento.¹¹² Assim, o Brasil com seu ascendente nacionalismo começa a aparecer como o “propugnador de armamentos, adversário de sua limitação e criador, na América do Sul, do princípio da Paz Armada.”¹¹³ Um fato que comprova essa paixão militarista está patente durante as festas do Centenário com a “espetaculosa exibição de luzidas e numerosas tropas de parada, em que avultam, ao lado de armas conhecidas, os novos tanques e os aviões de guerra de terra e mar, cujas descobertas e aperfeiçoamento se tinham assinalado na grande guerra de 1914-1918.”¹¹⁴

O governo brasileiro rebate a acusação de que implementa uma política armamentista. Na sua visão, o país busca uma atualização para a defesa, muito diferente do preceito armamentista, que não é cogitado nem pelo Chefe de Estado nem pelo Ministro da Guerra. Há, na verdade, uma complementação aos materiais e instruções obediente ao “mínimo indispensável à instrução, aos exercícios e às manobras militares; dando-lhes, assim, eficiente existência.”¹¹⁵ Em si mesma a “força armada nada tem de mau. O seu excesso, sim, substituindo-se ao direito, constitui o despotismo ou a tirania; assim como, a sua aplicação indevida converte-a em instrumento do mal e do crime”. E não é essa a intenção do Brasil que, pelo contrário, condena institucionalmente a fabricação e utilização indevida. O objetivo essencial e direto do Ministério Calógeras, especialmente, é apenas complementar e integralizar tais instrumentos. Pois a força armada dos Estados representa uma “necessidade pública indiscutível” que serve para “reprimir o crime e fazer respeitar as decisões da justiça” na ordem interna, e, na ordem externa, “para garantir a

¹¹¹ GARCIA, 2003, op.cit., não paginado.

¹¹² Ibid. Não paginado.

¹¹³ Hélio Lobo, apud GARCIA, 2003, op.cit., não paginado.

¹¹⁴ GARCIA, 2003, op.cit., não paginado.

¹¹⁵ CASTRO E SILVA, op.cit., p.85.

independência da nação e fazer respeitar a integridade territorial dela.”¹¹⁶ O Brasil nada mais faz que defender e preservar sua soberania o que é práxis em sua política exterior.¹¹⁷

Diante desse quadro, nota-se o Brasil possui dois contratempos em relação a seu projeto militar expansionista. Um de ordem internacional que é a oposição de países, como a Argentina, que se sentem ameaçados com a atualização brasileira e acusam o Brasil de implementar uma política armamentista confundindo o discurso brasileiro e sua ação prática. Outro contratempo é de ordem interna cuja condição financeira não é suficiente para arcar com o aumento das despesas militares. Essa política brasileira tem dupla significação na opinião de Hélio Lobo: na política nacional a busca da “segurança militar” e na política externa a “realização diplomática.” No mesmo sentido está a visão de Jorge A. Mitre que pondera que a “teoria brasileira reedita a política de ‘imperialismo pacífico e hegemonia efetiva’ com que sonhava Rio Branco.”¹¹⁸ Em suma, os ensinamentos que encerram essa política referem-se ao fato de o Brasil ser realista quanto à necessidade de uma atualização militar tendo como suporte para tal empreendimento o artigo 8º do Pacto da Liga das Nações sem abandonar, contudo, sua marca externa de defesa do pacifismo.

Além dessa missão militar francesa, em julho de 1922, o Brasil comunica a aceitação de uma missão naval dos Estados Unidos por um período de quatro anos. Como a missão francesa no campo do Exército, a missão americana avalia de maneira negativa a marinha brasileira. Um programa naval é proposto a fim de atender à real necessidade brasileira no que concerne a sua marinha. Todavia, esse programa é abandonado por questões financeiras e também pelo fato do Departamento do Estado Americano desaprovar tal iniciativa devido à reação negativa de outros países latino-americanos. O Departamento pondera afirmando que não pode estimular tal tipo de programa num momento em que o mundo caminha a favor do desarmamento e da Conferência de Washington.¹¹⁹

Por fim, é lícito ressaltar a preparação de um relatório brasileiro para o Anuário Militar da Sociedade das Nações em 1924 apresentando um resumo da situação militar do país. O Relatório

¹¹⁶A SOCIEDADE das Nações. Exposição lida na Sociedade Brasileira de Direito Internacional pelo seu presidente Dr. Amaro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. n. 6, v. 156,6,5. p.50.

¹¹⁷AMORA, Paulo. **Bernardes, o estadista de Minas na República**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. p. 71.

¹¹⁸ LOBO; MITRE apud GARCIA, 2003, op. cit., não paginado.

¹¹⁹ BREDA DOS SANTOS, 1996, op. cit., p. 141-142.

retrata a Constituição do Exército Brasileiro¹²⁰ cujo comando das forças de terra e mar “pertence ao Presidente da República, que o exerce, em tempo de paz, por intermédio do Ministro da Guerra, e pode, em caso de guerra, designar quem o deve exercer”. O Estado Maior do Exército é o “centro de direção suprema do serviço de estado maior e dos estudos concernentes à preparação para a guerra”. Além disso, ainda existem os estabelecimentos de instrução do Exército: Escola Militar de Realengo; Escola de Estado Maior; Escola de Aperfeiçoamento; Escola de Aviação Militar; Escolas Superior de Intendência e de Administração; Escola Veterinária do Exército; Escola de Sargentos de Infantaria; Escola de Aplicação dos Serviços de Saúde; Os Colégios Militares; a Diretoria Geral do Tiro de Guerra.¹²¹ Esse relatório, nesses termos, com uma quantidade considerável de estabelecimentos de instrução, só foi possível devido ao trabalho da Missão Francesa.

2.4.2 *Desarmamento na Liga das Nações*

As discussões sobre desarmamento já constam entre um dos principais temas discutidos na pauta das reuniões da Liga das Nações. Comissões são criadas a fim de estudar e apresentar proposições úteis para a importante questão da redução dos armamentos prevista pelo artigo 8º do Pacto de Versalhes, como a Comissão Permanente Consultiva (CPC) e a Comissão Temporária Mista para a Redução dos Armamentos.¹²²

A CPC é encarregada de examinar todas as questões de ordem militar e de “estudar a forma mais eficaz sob que convém dirigir-se à cada país os pedidos de informações relativos ao plano dos seus armamentos, a seus programas militar e naval,”¹²³ caracterizando o Direito de Investigação.¹²⁴ Esse direito é visto por alguns como “incompatível com o direito de soberania” –

¹²⁰ Exército formado de duas grandes organizações: a) o exército de 1 linha (destinado a formar os exércitos de campanha e tem por missão defender o território nacional, manter as leis e a forma de governo republicana federativa) composto do exército ativo ou permanente (é a escola de preparação militar dos jovens recrutados mediante sorteio no contingente anual), da reserva de 1 linha (fornece os efetivos para a mobilização do exército ativo) e das forças auxiliares (representadas pelas policias militares dos Estados e DF); b) o exército de 2 linha (reforçar o de 1 linha, fornecer as unidades para a ocupação das zonas de retaguarda, as guarnições das fortalezas e os serviços suplementares das forças combatentes). AHI. Rio de Janeiro, 1924. (Cx. 274/2/07).

¹²¹ AHI. Rio de Janeiro, 1924. (Cx. 274/2/07).

¹²² Há na Assembléia diversas comissões cada uma responsável por um determinado assunto. AHI. Rio de Janeiro, 1920. (Cx. 274/2/1).

¹²³ Ibid.

¹²⁴ O direito de investigação é a prerrogativa confiada pelos tratados de paz à Sociedade das Nações para fiscalizar o cumprimento, por parte dos países vencidos na grande guerra, das cláusulas militares, navais e aéreas constantes dos ditos tratados. AHI. Rio de Janeiro, 1924. (Cx. 274/2/07).

sendo mais uma questão política que militar – diferente dos compromissos tomados pelo artigo 8º que são “baseados na confiança da palavra dada”¹²⁵ e não admite fiscalização. São através dessas informações estatísticas sobre a fabricação do material de guerra, tanto pelos particulares quanto pelo Estado, somado à “execução integral das cláusulas militares” do Tratado de Paz e da “organização prática e rápida de uma ação comum da parte da Liga das Nações” que a Comissão irá preparar a redução dos armamentos.¹²⁶ A CPC ainda levanta outra questão ponderando que enquanto todas as Grandes Potências não fizerem parte da Liga os países não darão “voluntariamente todas as informações” sobre sua situação militar. Com efeito, não adianta controlar apenas algumas potências, por isso a importância de países como a Alemanha compor o quadro da Liga para buscar um estágio de equilíbrio de paz.

A Comissão Temporária Mista de Desarmamento é criada para discutir assuntos referentes à fiscalização do comércio internacional das armas, munições e material de guerra. O Brasil, desde o início mostra suas ressalvas em relação à fiscalização desse comércio, pois “não dispondo de manufaturas de Estado, nem de indústria particular para se fornecerem das armas, munições e material de guerra, indispensáveis à respectiva defesa e segurança, são obrigados a importá-los dos Estados produtores”. A preocupação do Brasil, então, recai sobre o fato de que o “disfarce de uma fiscalização” pode “encobrir uma situação de dependência desses Estados não produtores em face dos Governos dos Estados produtores, e essa situação precisa ser combatida.”¹²⁷

Uma “mútua confiança entre as nações” e um “senso de mútua segurança” precisam ser construídos. Para tal é criado o Tratado de Assistência Mútua de 1922¹²⁸ para garantir uma gradual redução de armamentos e ao mesmo tempo uma ação conjunta em favor de algum estado que seja atacado. As principais características do Tratado de Assistência Mútua são: garantir que os Estados signatários assistam um outro que seja atacado numa guerra de agressão e o estado agressor é declarado fora-da-lei; o tratado entra em vigor quando for ratificado por quatro das seguintes nações européias: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Rússia, por dois asiáticos, sendo um o Japão e por dois americanos, sendo um os Estados Unidos; e assim que o tratado for

¹²⁵ AHI. Rio de Janeiro, 1921. (Cx. 274/2/2).

¹²⁶ AHI. Rio de Janeiro, 1920. (Cx. 274/2/1).

¹²⁷ APM. Belo Horizonte, 1925. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

¹²⁸ “Para uma efetiva redução dos armamentos, é preciso instituir um regime de auxílio mútuo, de cooperação internacional, que, compense, pela ação conjunta de todos, a diminuição dos recursos bélicos sofrida por cada um. Daí, a elaboração do Tratado de Garantia Mútua, rejeitado pela Assembléia de 1924”. A Fiscalização do comércio das armas e das munições. AHI. Rio de Janeiro, [19--?]. (Cx. 274/2/9).

ratificado, uma conferência deve ser convocada para preparar planos de redução de armamentos.¹²⁹ A Comissão Temporária Mista defende que o Tratado de Mútua Garantia para ser eficaz, tem que aplicar uma política de desarmamento na qual todos os Estados mais importantes adotem tal política. É “injusto”, por exemplo, que apenas os países europeus diminuam seus armamentos enquanto outros Estados como Rússia e Estados Unidos não façam o mesmo.

Um fato interessante de se observar é que o Conselho, diferentemente da Assembléia, não empenha muito esforço no desarmamento, mesmo porque é composto de Estados fortes que não têm, na profundidade dos fatos, interesse em manter essa política desarmamentista. Um dos motivos para tal posição reside ainda no receio de um “contra golpe” da Alemanha; a classe militar alemã não esconde seu desejo de “revanche”. A França é o principal país a temer essa revanche, devido às disputas territoriais com o país germânico. Ela defende um desarmamento, mas “acompanhado de garantias de segurança contra a Alemanha”.¹³⁰

A posição do Brasil nos debates estaciona-se no suporte do artigo 8º do Pacto, ou seja, redução de armamentos ao mínimo compatível com a segurança nacional. Os argumentos brasileiros para tal defesa são relatados pelo representante naval brasileiro na segunda Assembléia da Liga das Nações, em 8 de Março de 1921:

Os orçamentos naval, militar e aéreo do Brasil são atualmente muito reduzidos, em razão da crise financeira, e insuficientes quanto às necessidades da segurança e defesa do país.

O Brasil não está nas mesmas condições da maior parte das grandes potências que, no decurso da recente guerra, renovaram completamente seu material e melhoraram as condições de suas defesas nacionais, de acordo com os ensinamentos e as necessidades da guerra.¹³¹

Por essa razão, o Governo brasileiro é contra a redução dos armamentos nos termos iniciais propostos alegando a necessidade de se respeitar o artigo 8º do Pacto. Com efeito, o delegado brasileiro já na Primeira Assembléia vota contra uma moção tendente a não serem aumentados nos dois exercícios seguintes os orçamentos militares de diversos países. A justificativa brasileira recai sobre o mesmo discurso utilizado em outras ocasiões referentes à questão militar: “por certo o Brasil é um país liberal e pacífico, não tendo nada de imperialista ou

¹²⁹ BASSET, John Spencer. **The League of Nations**: a chapter in world politics. New York: Longmans, 1930. p. 228-230. BN.

¹³⁰ Ibid., p. 227.

¹³¹ APM. Belo Horizonte, 1921. p.56. (Mensagens Presidenciais).

de militarista. Mas seu território é considerável, suas costas são muito extensas e por suas necessidades interiores, é necessário que o país tenha um exército e uma marinha de guerra.” E considerando que as forças armadas do Brasil são bastante limitadas e tem pouco tempo que o país começou a reorganizar suas forças, com a assistência de uma missão militar francesa, que a posição brasileira é contra qualquer projeto que o coloque em situação de desvantagem. O que não significa que o país seja contra um alívio nas despesas militares, mesmo porque seu caráter liberal e defensor da arbitragem está presente inclusive em sua Constituição, além das já conhecidas boas relações com seus vizinhos e fronteiras estáveis, mas a situação de cada país deve ser colocada e tratada de maneira diferente, levando em conta a segurança nacional, a situação geográfica e as não atualizações sofridas na Primeira Guerra.¹³² Esse ponto de vista brasileiro é mantido e levado em várias convenções realizadas para tratar do assunto como a Convenção Saint Germain, o Tratado de Washington, a Convenção de Roma e o Protocolo de Genebra.

A Convenção de Saint-Germain, assinada em 1919, implica a implementação de medidas para “fiscalizar o tráfico internacional das armas e obrigar uma máxima publicidade”¹³³ da fabricação privada a fim de regular a questão da produção bélica. Ela objetiva controlar o comércio internacional de armas através de duas condições: “de um lado, o exportador deve obter das autoridades competentes de seu país uma autorização para vender seus produtos ao estrangeiro e, de outro, a exportação pode somente ser feita à destinação de países signatários da convenção.”¹³⁴ Pelos termos do artigo 3º da Convenção de St. Germain, as potências incapazes de produzirem seus próprios armamentos militares e navais necessários à sua defesa externa e manutenção da ordem interna ficam “inteiramente na dependência da vontade e do arbítrio dos governos das potências produtoras e vendedoras de material de guerra”. O resultado dessa “aplicação unilateral” é uma dependência dos países não produtores e um “risco para sua segurança e defesa.”¹³⁵

O Brasil “sem refletir e precipitadamente” assina, em 1922, a Convenção de St. Germain, pois “precisa receber armamento fabricado e pago na França” aceitando, dessa maneira, “essa

¹³² AHI, Rio de Janeiro, 1921. (Cx. 274/2/1).

¹³³ APM, Belo Horizonte, 1925. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

¹³⁴ BREDA DOS SANTOS, 1996, op.cit., p. 154.

¹³⁵ AHI, Rio de Janeiro, 1924. (Cx. 274/2/03).

dependência em que fica a nossa defesa nacional, da licença de um governo estrangeiro.”¹³⁶ A produção e reserva bélica brasileira está estacionada e insuficiente, colocando o país numa situação de improvisação, ao mesmo tempo em que as nações produtoras “escapam inteiramente a toda e qualquer fiscalização sobre a aquisição e aumento dos seus armamentos”, e adquirem um “verdadeiro monopólio da faculdade de aparelharem livremente sua defesa e sua segurança sem nenhuma restrição ou intervenção por parte da Liga.”¹³⁷ Para o alívio brasileiro, os Estados Unidos recusam ratificar a Convenção. Assim, o Brasil pode formular uma linha geral que oriente sua política externa no sentido de buscar o “estabelecimento de um regime de igualdade entre Estados produtores e não produtores”¹³⁸ e implantar uma disposição que generalize a “publicidade a todos os armamentos, qualquer que seja sua origem” e não somente no comércio de armas, mas também não sua fabricação.¹³⁹

Com o fracasso de St. Germain fica decidido que a fiscalização deve ser deixada aos próprios Governos encarregados de “impedir qualquer fabricação clandestina, prevenir quaisquer práticas irregulares ou qualquer tentativa de corrupção nas transações relativas à aquisição do material de guerra pelos Estados.”¹⁴⁰

Uma outra tentativa de controlar os armamentos é o Tratado de Washington,¹⁴¹ que propõe o *status quo* e uma trégua naval de dez anos, o que representa a proibição da construção de navios de linha para substituir a frota que já “alcançou o limite máximo de existência útil.”¹⁴² Dessa vez, o Brasil não aceita tal tratado pelas seguintes razões expostas por Penido:

Achando-se os países da América do Sul em situação muito diferente dos da Europa, Estados Unidos e Japão que construíram, melhoraram e aperfeiçoaram durante a última guerra o seu material naval, parecem-me inaceitáveis as referidas bases do Acordo que virá limitar uma tonelagem que julgo como técnico, insuficiente às necessidades prementes da nossa defesa naval.”¹⁴³

¹³⁶ AHI, Rio de Janeiro, 1924. (Cx. 274/2/03).

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ AHI, Rio de Janeiro, 1925. (Cx. 274/3/5).

¹³⁹ AHI, Rio de Janeiro, 1925. (Cx. 274/3/5).

¹⁴⁰ APM, Rio de Janeiro, 1925. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

¹⁴¹ Conferência realizada em novembro de 1921 a fevereiro de 1922. Tratado assinado em fevereiro de 1922 pelos Estados Unidos, a Grã Bretanha, a França, a Itália e o Japão. Impugnado pelo Brasil e pela Espanha na Comissão Permanente Consultiva e na 3º Assembléia e sobre o qual o Chile fizera reservas na 3º Assembléia. Fixa a tonelagem para cada potência no pacífico, mantendo o status quo, assegurando a independência da China e limitando o Japão.

¹⁴² AHI, Rio de Janeiro, 1922. (Cx. 274/2/2).

¹⁴³ AHI, Rio de Janeiro, 1922. (Cx. 274/2/2).

Em suma, esses são os motivos pelos quais o Brasil não “adota o voto da assembléia, relativo à redução dos orçamentos militares”, por estar certo que a Convenção de Washington tem sido realizada “entre nações que hão alcançado o mais alto grau de potência naval e que por conseqüência podem reduzi-la sem sair dos princípios estabelecidos no art. 8º do Pacto”¹⁴⁴ e diferente é, sobremaneira, a situação do Brasil. Os princípios básicos propostos por tal Tratado “deixaria os países fracos praticamente desarmados e a mercê dos fortes.”¹⁴⁵ A política externa brasileira defende, portanto, que todos os membros da Sociedade devem pautar a sua conduta segundo os preceitos aprovados na questão da limitação e não da redução dos armamentos. Esses preceitos não podem negligenciar o Pacto da Liga, respeitando as diferenças geográficas e situacionais do estoque bélico de cada país sempre pensando na segurança mínima necessária a cada um.

Nessas circunstâncias, revela-se a situação brasileira diferente da de outros países que atualizaram seus armamentos, pois o Brasil ainda não conseguiu executar seu programa naval devido a dificuldades de ordem financeira e técnica. A defesa da República brasileira está vinculada à sua situação geográfica, étnica e política, tornando suas exigências diferentes.¹⁴⁶ Assim, o país busca um reaparelhamento e não a aceitação do *status quo*.¹⁴⁷ Para complementar, o Governo brasileiro declara impossível reduzir os armamentos e que deve falar só em “limitação” e ainda assegura que “não promove política armamentista, sendo sua principal preocupação atual normalizar sua situação financeira.”¹⁴⁸ O Brasil não quer abandonar sua orientação pacífica, tenciona manter suas boas relações com seus vizinhos e continuar defendendo a arbitragem; apenas precisa reaparelhar-se para a defesa de seu território e de sua costa.

Uma tentativa de aplicar e estender os princípios do Tratado Naval de Washington aos países não signatários do acordo, dentre eles o Brasil, ocorre na Conferência Naval preliminar de

¹⁴⁴ APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

¹⁴⁵ AHI. Rio de Janeiro, 1922. (Cx. 274/2/2).

¹⁴⁶ O Delegado Chileno Edwards mostra como são diferentes as condições da Europa e da América Latina em relação ao problema do desarmamento, apoiando suas afirmações em dados estatísticos que tornam evidentes que os 3 mais fortes países sul-americanos gastam menos por ano com sua força armada, que os 3 mais fracos da Europa, - os que não tomaram parte na guerra, Espanha, Suécia e Noruega. AHI. Rio de Janeiro, 1923. (Cx. 274/2/2).

¹⁴⁷ A tonelagem atribuída ao Brasil e à Espanha foi julgada pelos representantes desses países como não correspondendo à sua situação geográfica, importância e segurança nacional.

¹⁴⁸ APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

Roma¹⁴⁹. Duas únicas emendas são apresentadas nessa Conferência, uma pelo Brasil e outra pela Inglaterra. A Inglaterra visa a aplicação ainda mais rígida do *statu quo* e da trégua naval e observa que a “Conferência deve considerar a redução e nunca o aumento dos armamentos navais.”¹⁵⁰ Contrária à tese inglesa está a proposta brasileira que não defende o *statu quo* e a trégua naval e ainda quer o “aproveitamento dos navios velhos para fins de instrução ou de defesa local fixa, o aumento da tonelagem total proposta para os navios porta aéreo-planos e a incorporação na Convenção do Tratado n.º 2 de Washington sobre os submarinos e os gases.”¹⁵¹ Os representantes brasileiros defendem que o Brasil deve declarar que está “disposto a aceitar o princípio da fixação de uma tonelagem total para os navios de linha desde que esse limite esteja em justa proporção com as necessidades de sua defesa naval e de acordo com as disposições do Art. 8º do Pacto.”¹⁵²

Nessa atmosfera, as quatro Grandes Potências tomam a iniciativa de propor ao Brasil¹⁵³ que ele fixe sua tonelagem em 80.000 toneladas¹⁵⁴ - limite sugerido anteriormente pelo Brasil na V Conferência Pan-Americana de Santiago. O Brasil aceita a proposta tornando-se a “única Potência a quem a Conferência confere unanimemente a liberdade de elevar a tonelagem de seus navios de linha atingindo o limite adotado.” A Argentina, devido à sua abstenção não é incluída no projeto. Com esse limite estabelecido, o Brasil fica na “proporção de três para dois, em número navios, no que respeita ao Chile, e de três para dois no que respeita a nova tonelagem, e sem nada destruir, em relação à Argentina, que terá de destruir um terço do que possui.”¹⁵⁵

Dois resultados dessa Conferência são favoráveis ao ponto de vista da política externa brasileira. Primeiro, a Conferência “sanciona a política do Itamaraty, fazendo uma Conferência Preliminar somente entre as Nações mais interessadas, as que possuem navios capitães.”¹⁵⁶ Esse

¹⁴⁹ Realizada de 14 a 25 de fevereiro de 1924.

¹⁵⁰ AHI. Rio de Janeiro, 1924. (Cx. 274/2/03).

¹⁵¹ Ibid.

¹⁵² AHI. Rio de Janeiro, 1923. (Cx. 274/2/2).

¹⁵³ No novo projeto são admitidas exceções ao *statu-quo* e a trégua naval, concedendo-se novas construções para substituição de navios velhos e para complemento da tonelagem total. AHI. Rio de Janeiro, 1924. (Cx. 274/2/03).

¹⁵⁴ Essa declaração é levada à conferência pelo Contra-Almirante Aubrey Smith, delegado da Grã-Bretanha e o Brasil aceita essa proposta ao invés de 105.000 tons que havia estipulado. O Chile concorda. A conferência resolve que não será indicado nenhum limite para a Argentina e que essa potência não será incluída no Projeto de convenção. Devido a sua abstenção, a Argentina não é incluída no projeto. A atitude da Argentina é muito desfavoravelmente comentada, sendo a Argentina francamente acusada de colocar a Conferência na impossibilidade de tornar definitiva a solução sugerida para as três Potências da América do Sul, e de assim contrariar os esforços e os intuítos da Liga das Nações. Ibid.

¹⁵⁵ Cf. nota 132.

¹⁵⁶ Assim, do continente sul-americano só foram convidados o Brasil, a Argentina e o Chile.

ponto corrobora a proposta brasileira de convocar uma conferência preliminar em Valparaíso, antes de realizar a Conferência de Santiago, somente entre as nações interessadas: Brasil, Argentina e Chile, como será visto no próximo item. Portanto, essa proposta brasileira é suavizada pela mesma atitude tomada e aceita no âmbito da Liga das Nações através da Preliminar de Roma, o que afasta a impressão de que foi o Brasil quem fez fracassar o caso dos armamentos em Santiago e mostra que a Argentina é quem dificulta os acordos, afinal ela condenou a iniciativa brasileira de tentar promover uma conferência preliminar impedindo, assim, sua realização, além de participar da Conferência de Roma apenas como expectadora. Aproveitando-se da confortável situação para o Brasil nesse momento, Souza e Silva sugere que o assunto seja “comentado com a maior largueza e freqüência para que todos vejam a sabedoria e a lógica da política” de Artur Bernardes e para a “orientação da opinião e para maior prestígio do Brasil no continente.”¹⁵⁷

O segundo fator conseqüente está no fato de que o Brasil “conseguiu dar à Argentina a impressão de sua lealdade e de não querer criar antagonismos no continente, embora estabelecendo claramente que não pode admitir o princípio de igualdade ou de equivalência” no grupo sul-americano por causa das particularidades brasileiras.¹⁵⁸ Dessa maneira, a política exterior do Brasil mantém a mais “rigorosa e impecável seqüência lógica e critério técnico” tanto em Santiago quanto na Liga¹⁵⁹ coroando-o de vantagens de ordem moral e política.

Como conseqüência de todas essas discussões sobre a questão do desarmamento um outro item é levantado como sendo de importância ímpar para regular as relações internacionais: a arbitragem. Nos Estados Unidos um comitê introduz a idéia de que “uma nação antes de ir a guerra deve se submeter à arbitragem”. A nação que recusar a arbitragem é classificada como “agressora”. Assim, como desmembramentos desses debates, dois novos temas tornam-se essenciais para fechar o ciclo de negociações da agenda internacional: primeiro, que a “arbitragem deve ser colocada no centro do Direito Internacional Público”; segundo, que é

¹⁵⁷ AHI. Rio de Janeiro, 1923. (Cx. 274/2/2).

¹⁵⁸ AHI. Rio de Janeiro, 1924. (Cx. 274/2/03).

¹⁵⁹ O convite à Conferência Naval de Roma fora restringido, por deliberação expressa da Sub-Comissão Naval, unicamente às Potências que possuíam navios de linha, segundo a definição do Tratado Naval de Washington, como sendo as mais interessadas. Desta forma, tal resolução homologa inteiramente o ponto de vista brasileiro, ao fazer o convite para a Conferência Preliminar de Valparaíso. *Ibid.*

necessário reconhecer que a “guerra de agressão passa a constituir um crime internacional.”¹⁶⁰ Esses dois itens constituem parte importante do Protocolo de Genebra.

O Protocolo tem por fim impedir a agressão e punir o agressor. A 5ª Assembléia amplia os termos que constituem o projeto de Tratado de Assistência Mútua acrescentando um elemento novo, - o arbitramento.¹⁶¹ A resolução XIV do Tratado de Assistência Mútua, cuja fórmula é desarmamento-segurança e tem como princípio básico se engajar numa assistência conjunta no caso de algum membro ser atacado, é rejeitada e cede lugar ao Protocolo. Assim, uma “trilogia harmoniosa da paz”, como chama Melo Franco, é constituída: arbitragem, segurança e desarmamento. “Não há arbitragem e segurança sem desarmamento, nem desarmamento sem arbitragem e segurança.”¹⁶² É preciso, antes de tudo, preencher as lacunas do Pacto. É o que o Protocolo tenta fazer organizando a arbitragem obrigatória e permitindo que a justiça internacional tenha meios para se sustentar. O substancial desse plano é que os Estados “têm suas disputas ajustadas de três maneiras: arbitragem, decisão judicial e inquérito do Conselho.” No Artigo 1º do Protocolo consta uma importante contribuição do representante brasileiro ao inserir que a “obrigação dos Estados signatários de fazer respeitar o Pacto da Sociedade das Nações [...] deve ser entendida na medida que lhes permita sua situação geográfica e as condições especiais de seus armamentos.”¹⁶³

Diferentes propostas são apresentadas para as questões sublinhadas. Mac Donaldo – primeiro ministro inglês – aparece como o defensor da arbitragem obrigatória; discussão esta que gera muitas divergências, pois institui a arbitragem e a jurisdição da Corte Permanente de Justiça obrigatoriamente para “todas as questões susceptíveis de constituírem o objeto de um conflito internacional”. Esse fato pode levar à não aprovação do Protocolo, uma vez que envolve “assuntos de soberania e interesses vitais dos Estados”.¹⁶⁴ Esta é a posição assumida pelo Brasil e um dos principais tópicos de divergência no seio da Liga.

Por fim, fica decidido que não haverá uma arbitragem obrigatória, mas sim uma disposição facultativa que reconhece a jurisdição obrigatória da Corte. O Brasil assina tal

¹⁶⁰ APM, Belo Horizonte, 1925. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

¹⁶¹ “Arbitragem é um meio de solução de litígios entre Estados, dentro de certas normas jurídicas e por intermédio de pessoas que as partes litigantes escolhem livremente para esse fim.” Definição do Ministro Hildebrando Accioly apud ALMEIDA, Renato. **Liga das Nações**: constituição, estrutura e funcionamento. Rio de Janeiro: A Noite, 1938. p.154.

¹⁶² AHI. Rio de Janeiro, 1924. (Cx. 274/2/07).

¹⁶³ Ibid.

¹⁶⁴ APM. Belo Horizonte, 1925. (Cx.119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

disposição, todavia a Inglaterra adia a assinatura do Protocolo e este não entra em vigor. Assim, a tentativa de criar um acordo geral que estimule a arbitragem é fracassada. Um ponto interessante dessa discussão é que a França e a Inglaterra assumem posições diferentes. Enquanto a França defende o Protocolo, a Inglaterra o recusa.¹⁶⁵ Os motivos que levam a Inglaterra a vetar o Protocolo são que “ela é contra ligar ela mesma à arbitragem como único meio de ajustar suas disputas”, seu “Império é muito grande para aplicar com sucesso os princípios do Protocolo”, ela não pode atender às expectativas de ação na Europa oriental e a “arma econômica não pode ser usada com sucesso com os Estados Unidos fora da Liga.”¹⁶⁶

No meio dessas divergências entre a Inglaterra e a França, o Brasil coloca-se numa posição delicada, pois não quer criar antagonismo com nenhuma dessas nações, principalmente pelo fato de nesse momento o país buscar um lugar na cadeira permanente no Conselho. Assim, Souza e Silva apresenta a situação nas seguintes palavras:

Tudo isso que nos respeita vai refletir-se na próxima eleição do Conselho. Se não conseguirmos a permanência, nossa reeleição só se fará se a França e a Inglaterra o quiserem. Não podemos, pois, assumir atualmente qualquer atitude que nos ponham em antagonismo com um ou com outra, e nisso vai ter Vossa Excelência que exercer seu talento.¹⁶⁷

Souza e Silva retrata bem o “jeitinho brasileiro” usado tanto nas negociações internas quanto na política exterior. Segundo ele o “caso não é de resistir com barulho nem com oposições históricas, mas de agir com manha, apoiados nos Princípios argumentados com o próprio Pacto e pondo a opinião pública mundial na posição de decidir entre o justo e lógico e a incoerência e a imposição”. É preciso “manha”, “argumentos” e “saber fazer”. Para isso, o Presidente Artur Bernardes conta com muitas habilidades, pois consegue empregar e irmanar o interesse nacional com a política internacional.

Depois de analisadas todas essas tentativas de amenizar e controlar a questão armamentista nota-se que, apesar do fracasso de quase todas elas, ocorre um avanço na maneira como é percebido o sistema militar e, conseqüentemente, o aumento da preocupação em relação à

¹⁶⁵ No fundo das razões dadas pelo Governo britânico, para a rejeição do Protocolo estão: 1) a composição atual da Sociedade das Nações; 2) o jogo das sanções, tal qual é estabelecido pelo Protocolo. (protocolo não pode ser feito sem a participação dos EUA e de outras coletividades econômicas poderosas). AHI. Rio de Janeiro, 1925. (Cx. 274/2/08).

¹⁶⁶ BASSET, op.cit., p. 246.

¹⁶⁷ AHI. Rio de Janeiro, 1925. (Cx. 274/2/08).

fabricação e comercialização de material de guerra. Apesar das falhas ocorridas, há uma forte influência de novos ideais projetados e da ação conjunta de vários Estados no sentido de regular as disputas internacionais. Todavia, os entraves à política desarmamentista são reais. A Primeira Assembléia em 1920 é cordata ao declarar que a redução dos armamentos não é uma questão meramente técnica, mas envolve conceitos políticos, econômicos e sociais o que torna mais difícil uma resolução satisfatória. Além disso, questiona-se a competência das pessoas envolvidas nesse negócio e os interesses nacionais de cada Estado envolvido. No momento dessas negociações, um campo de divergências é evidente, o que implica uma constante necessidade por segurança, impedindo que as negociações prossigam em favor do desarmamento. Primeiro, há a França preocupada com a retaliação da Alemanha exigindo que seja formada uma assistência mútua entre os países. Do outro lado estão a Inglaterra e os Estados Unidos que relutam em se prender a tratados, preferindo agir com liberdade no momento que a situação exigir. Nesse tabuleiro, para que haja um desempenho coerente e eficaz para a política armamentista tem de levar em conta, de um lado, a “necessidade da redução dos armamentos excessivos, para que cesse o mal econômico, que eles acarretam, e o perigo constante que representam por si mesmos contra a paz”; e de outro, a “necessidade que cada Nação tenha e possa dispor de efetivos militares bastantes para a própria defesa e para a efetividade das medidas ordenadas, se necessárias, pela Sociedade das Nações em favor da paz do Mundo.”¹⁶⁸ Assim dito, as negociações em torno do desarmamento podem ser influenciadas pelas expectativas idealistas, mas os Estados, no plano internacional, não estão dispostos a levar o desarmamento às últimas conseqüências, restando apenas uma mistura de idéias.

2.4.3 Desarmamento na América do Sul

A posição assumida pelo Governo brasileiro na Liga das Nações também é retomada na agenda regional com os vizinhos americanos. Às vésperas da Conferência de Santiago, o Brasil tenta realizar uma conferência preliminar em Valparaíso entre Argentina, Brasil e Chile, excluindo os demais países, para discutir a questão dos armamentos e expor a difícil realidade de aplicar uma regra invariável e única a países em condições geográficas tão desiguais. Na visão

¹⁶⁸ A SOCIEDADE das Nações. Exposição lida na Sociedade Brasileira de Direito Internacional pelo seu presidente Dr. Amaro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. n. 6, v. 156,6,5. p.61.

brasileira, interessa expressamente a essas três nações chegar a uma solução definitiva sobre a questão armamentista, uma vez que são os países mais importantes na esfera militar do continente sul-americano. Todavia, uma campanha é feita contra o Brasil na imprensa colocando-o numa situação delicada, pois ele é acusado de aspirar uma hegemonia no continente e estimular uma política armamentista e militarista. O não apoio à tese brasileira, em fazer uma conferência preliminar, mostra certo isolamento brasileiro no continente. Um outro ponto que merece a atenção do Brasil se refere à tese XII, inscrita na agenda da Conferência de Santiago pelo Chile, que propõe a “adoção de uma convenção destinada a reduzir, a uma proporção igual, os gastos militares e navais.”¹⁶⁹ Porém, essa proposta malogra, pois a Argentina recusa a idéia justificando que tal atitude pode trazer conseqüências desagradáveis para os países vizinhos.¹⁷⁰

Assim, é realizada a 5ª Conferência Internacional Americana sem acontecer, *à priori*, a reunião preliminar que o Brasil tanto defendeu. Apesar da tensão na conferência ser mantida e de ser insuflado na imprensa que o Brasil anima as paixões nacionalistas, a Conferência tem um resultado positivo. É elaborado o Tratado de Gondra¹⁷¹ que prevê um mecanismo institucional para regular pacificamente os conflitos entre os países latino-americanos e resolver as questões relativas à limitação dos armamentos. O princípio de tal tratado é classificado por Bernardes como “um começo de efetivação prática do ideal pan-americano”.¹⁷²

O Brasil pretende guardar uma “harmonia de ação na América e na Europa”, tendo como norteador para seus argumentos o artigo 8º do Pacto da Liga. Bernardes ressalta a importância desses dois sistemas, a América e a Europa, pois é dentro deles que “se desenvolve neste momento toda a vida internacional do universo.”¹⁷³ Por essa razão, o Brasil ataca a exclusividade dos tratados gerais e ressalta a importância dos acordos regionais,¹⁷⁴ como este realizado na

¹⁶⁹ GARCIA, 2003, op. cit., não paginado.

¹⁷⁰ Ibid., p. 236-247.

¹⁷¹ “Quando o resto do mundo ainda procura e acha difícil encontrar um meio idôneo de prevenir a calamidade da guerra, e a própria Liga das Nações, nesse nobre afan, que tanto devemos acoroçoar e aplaudir consegue apenas esboçar um projeto de tratado de garantia mútua, esbarrando nas dificuldades suscitadas pela questão, muito grave e muito delicada para as grandes potências, mas um pouco irrelevante, ao rigor, sem grande significado para as nossas Repúblicas, da redução e limitação dos armamentos, as três Américas encaram de frente o árduo problema e o resolvem a contento com o Tratado Gondra”. O Brasil é o primeiro país a ratificar o Tratado, a Argentina não o ratifica impossibilitando-o de entrar em vigor. APM. Belo Horizonte, 1924. p. 84-85. (Mensagens Presidenciais).

¹⁷² Ibid., p. 84.

¹⁷³ Ibid., p. 84-85, p.87.

¹⁷⁴ Entendimentos e tratados entre as chancelarias dos países interessados. Exemplo: Preliminar de Valparaíso e Doutrina Monroe.

Conferência de Santiago.¹⁷⁵ O Tratado de Assistência Mútua, por exemplo, na opinião brasileira, não consegue eficazmente “impedir diretamente a guerra ou limitar a competição em armamentos” e nem “fazer a redução de armamentos em proporção à assistência oferecida.” Melo Franco faz uma crítica também à Conferência de Saint Germain mostrando, “com argumentos de ordem técnica, as falhas do sistema projetado” para o ponto de vista continental e a “desnecessidade do referido sistema, em vista da aprovação por 16 nações americanas do tratado Gondra,”¹⁷⁶ inclusive com a participação dos Estados Unidos. Assim, somente uma série de acordos particulares pode remediar esse problema que “corresponde a hipóteses definidas e que interessa inicialmente a um número limitado de Estados”. A conclusão prática é que “conviria combinar os acordos particulares com as obrigações gerais”, ou seja, enquadrar os tratados regionais nos princípios da Liga das Nações e tomar o que a solidariedade internacional pode oferecer com o Pacto da Liga complementando sua insuficiência com os tratados regionais. É mister, portanto, aplicar tratados gerais e particulares e não um exclusivo.¹⁷⁷

Para finalizar as relações do Brasil com seus vizinhos latino-americanos surgem algumas questões que merecem ser evidenciadas. O contato com os vizinhos americanos faz ressaltar as particularidades do país, seja nas questões culturais, políticas ou até mesmo sociais. Além disso, a grandeza territorial do Brasil e seu aumento de terras, através das negociações fronteiriças, colocam o país numa posição de privilégio. Essa situação deixa a Argentina em estado de alerta. Outro motivo que faz com que a Argentina veja o Brasil como um rival em potencial é a decisão do governo brasileiro de desenvolver sua potência militar naval e manter a política de aprimoramento militar. Essa decisão pode alterar o equilíbrio de poder na região. Ao mesmo tempo, ainda existe a promoção brasileira no sistema internacional, como sua forte presença na Liga das Nações e, também, seus vários contatos internacionais através da criação de Embaixadas. O quadriênio Bernardes é marcado pelo aumento das representações diplomáticas no Brasil, confirmando o estreitamento das relações internacionais no pós-guerra. Bernardes define esse momento como um “sintoma da crescente importância do Brasil no concerto político das nações”. Assim, verifica-se a elevação à categoria de embaixada de várias delegações credenciadas no Brasil, como as da República Argentina, Japão, México, Chile e Argentina, Áustria, Egito, São

¹⁷⁵ Brasil já assinou Gondra, consequentemente superfluidade para a América um Tratado Garantia Mútua. AHI. Rio de Janeiro, 1924. (Cx. 274/3/5).

¹⁷⁶ APM. Belo Horizonte, 1925. p. 33-34. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

¹⁷⁷ AHI. Rio de Janeiro, 1923. (Cx. 274/2/2).

Domingos etc. Nos anos 20, o número de embaixadas é elevado a 34 no total.¹⁷⁸ Esses fatores deixam as relações entre Brasil e Argentina num patamar de tensão no que se refere ao equilíbrio continental, além de uma luta de egos entre os dois países.

2.5 Centenário da Independência

Por fim, para fechar a explanação geral da segunda fase da Primeira República e antes de entrar especificamente na análise do Governo Bernardes, há ainda um outro item que merece ser destacado. O Brasil comemora nessa fase o seu Centenário de Independência caracterizando um dos momentos históricos mais importantes na história brasileira. Para comemorar essa data é inaugurada, a 7 de Setembro de 1922, a Exposição Internacional no Brasil recebendo, por essa ocasião, as “mais expressivas manifestações de amizade dos povos civilizados, reveladoras do prestígio que o Brasil conquistou nas relações internacionais”.¹⁷⁹ Isso mostra uma maior aproximação entre os países e um alastramento da cordialidade entre eles. O Centenário conta ainda com a presença de “grandes solenidades oficiais e particulares,”¹⁸⁰ com a vinda de missões especiais, além de vários pavilhões que são feitos e trazidos para serem expostos na Conferência.¹⁸¹ O Brasil recebe as visitas do navio-escola *Lwow*, da Polônia; do cruzador auxiliar *Itália*, da marinha de guerra italiana, que “traz a seu bordo, além de uma exposição flutuante de produtos italianos, uma Embaixada Especial, chefiada pelo Sr. Giovanni Giuriati, membro do atual Conselho de Ministros da Itália.”¹⁸²

O país registra, posteriormente, doações da Inglaterra, da República Argentina, do México, da Tcheco-Eslováquia, da França e do Japão, de seus “respectivos pavilhões na Exposição comemorativa do primeiro Centenário da nossa Independência”. Outras doações ainda são feitas como a da Itália que “oferece ao Museu Histórico Brasileiro a grande bombardarda que, nesse

¹⁷⁸ APM. Belo Horizonte, 1924. p. 96. (Mensagens Presidenciais).

¹⁷⁹ APM. Belo Horizonte, 1923. p. 5. (Mensagens Presidenciais).

¹⁸⁰ Brasil recebe visitas do presidente da República de Portugal, Sr. Dr. Antonio Jose de Almeida; do Secretário de Estado dos EUA, o Sr. Charles Evans Hughes; Uruguai envia uma Embaixada, etc. Prova frisante das boas relações internacionais do Brasil.

¹⁸¹ Notar os pavilhões especiais construídos pelos seguintes países: Argentina, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Inglaterra, Itália, Japão, México, Noruega, Portugal, Suécia e Tcheco – Eslováquia. A Argentina, os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha, o Japão, o México, Portugal e o Uruguai destacaram unidades de suas marinhas de guerra, que vieram especialmente saudar o pavilhão brasileiro no porto desta capital por ocasião dessas festividades. APM. Belo Horizonte, 1923. p. 13-47. (Mensagens Presidenciais).

¹⁸² APM. Belo Horizonte, 1923. p. 96. (Mensagens Presidenciais).

certame, figura na sua exposição”. E não pára por aí o “manifesto de apreço dos países amigos”. O Chile envia o “Monumento do Aviador”, que decora a Praça Mauá e o “Monumento do Escoteiro”, que “embeleza a Praia do Flamengo, como sinal de agradecimento das crenças chilenas pelo gesto fraternal do Brasil, quando foi do último grave terremoto naquela República”. Por fim, ainda vale a pena citar a biblioteca de autores argentinos que é ofertada ao país¹⁸³.

Na ocasião do Centenário, além de explicitar as boas relações diplomáticas que o Brasil mantém com outras nações, o governo brasileiro ainda tem a oportunidade de mostrar aos outros países seu notável “progresso no campo da produção extrativa, agrícola e manufatureira”, podendo “estreitar relações econômicas e aumentar o intercâmbio comercial” abrindo, assim, “mercados externos e internos para grande variedade de nossos produtos”. Resumindo o Centenário da Independência, é lícito afirmar que ele concerne questões políticas, econômicas e de “amizade.”¹⁸⁴

¹⁸³ APM. Belo Horizonte, 1924. p. 97. (Mensagens Presidenciais).

¹⁸⁴ Para retribuir as visitas na comemoração do nosso Centenário e associar-se às comemorações dos centenários de países vizinhos o Brasil envia à Bolívia, em missão especial, o Sr. Arthur G. de Araújo Jorge. Além disso, ainda decreta feriado nacional, 6 de agosto, em homenagem ao Centenário da Bolívia. O mesmo ocorre com o Uruguai, em 25 de agosto, sendo enviado para nos representar o Senador General Lauro Muller. APM. Belo Horizonte, 1924. p.69. (Mensagens Presidenciais).

CAPÍTULO 3 O QUADRIÊNIO DE 1922 A 1926

Eleito em 1922, Artur Bernardes governa o país cercado por crises de todos os lados. Seu mandato caracteriza-se um dos mais conturbados da Primeira República, a começar pela campanha eleitoral. Esta reflete as divergências nos interesses econômicos que permeiam os principais Estados brasileiros. Conseqüência disso é uma divisão entre os Estados, na qual o nome de Bernardes não recebe o apoio do Rio Grande do Sul. Uma Reação Republicana¹ é formada, indicando os nomes de Nilo Peçanha e J.J. Seabra como candidatos da oposição. O episódio das cartas falsas vem reforçar esse cenário de instabilidade política e deterioração econômica e social.

No que se refere à deterioração econômica, o próprio Bernardes faz os comentários da situação: “a ausência de saldos de exportação em 1920, 1921, 1922; a falta das letras do *stock* de café do Governo; as perturbações políticas; os *déficits* crescentes [...]; uma dívida flutuante [...] tudo isso concorre para taxas inferiores de câmbio”. Esse é, portanto, o cenário do início de seu mandato, pois com o cessar da guerra registra-se baixa nas exportações e uma conseqüente instabilidade cambial. Apenas em 1923 é que o comércio exterior começa a se superar com um aumento de 1.793.000 sacas de café.²

Fazendo referência à “carestia da vida,” Bernardes considera este “um dos mais sérios problemas da capital da República, aonde a vida dia a dia se vai tornando um fardo mais pesado para todos e quase insustentável para muitos”. Para ele, as causas desse fenômeno estão assentadas nos problemas financeiros destacados acima e, também, há os “gravames extraordinários resultantes da prodigalidade com que se aplicam os dinheiros do município em obras santuárias, realizadas à custa de repetidos e onerosos empréstimos” referindo-se, especialmente ao Distrito Federal.³ Assim, a Prefeitura agrava sua dívida e compromete o orçamento anual, para pagar juros de empréstimos realizados.⁴

Em relação ao escândalo das cartas falsas, estas foram publicadas no Correio da Manhã em 11 de outubro de 1921 provocando uma onda de indignação e protestos, principalmente, no

¹ O telegrama expedido ao Sr. Antonio Francisco de Oliveira Reis mostra os ideais da Reação Republicana afirmando ser um movimento altamente patriótico, tendo por fim combater os erros funestos que podem levar as atuais instituições à falência. NA. Rio de Janeiro, 1921. (Cx. 25, AP 15).

² APM. Belo Horizonte, 1924. p. 19. (Mensagens presidenciais).

³ “[...] não se deve aspirar a fazer do Rio, de súbito, uma cidade superior às capitais européias, que contam mais de mil anos de existência, e em cujo desenvolvimento colaborou o tempo como fator necessário”. Ibid., p. 10-11.

⁴ APM. Belo Horizonte, 1923. p.10. (Mensagens presidenciais).

meio militar repercutindo, por conseguinte, no plano eleitoral. A carta é endereçada a Raul Soares e assinada por Artur Bernardes contendo os seguintes termos:

Ilmo. Raul Soares

Saudações afetuosas.

Estou informando do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaniguados, e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use com toda energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se o Epitácio mostra agora a sua apregoada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o Epitácio com medo não atender, use de diplomacia que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas.

A situação não admite contemporizações: os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões.

Abraços do Artur Bernardes.⁵

O Clube Militar reage “imediate e violentamente”, publicando um manifesto no qual diz: “[...] existe, pois um dilema, com solução única: ou a nossa dissolução ou o exército não aceita que S. Exa. seja o presidente da República.”⁶

Diante dessas circunstâncias Artur Bernardes telegrafa imediatamente a Epitácio Pessoa e a Hermes da Fonseca as seguintes palavras: “V. Exa., que foi também vítima de tantas indignidades terá por certo visto, fazendo assim justiça à minha inteligência e ao meu caráter, que se trata de uma audaciosa falsificação.”⁷ No decorrer das investigações acaba-se por descobrir que as cartas são realmente falsas confessando a autoria das mesmas Oldemar de Lacerda e Jacinto Guimarães. Eles declaram que “pensavam criar uma situação tal qual permitisse a Hermes da Fonseca candidatar-se novamente à presidência.”⁸ Mesmo com a confissão, Bernardes ainda é atacado por uma parte da sociedade e logo após a realização das eleições esse grupo oposicionista insiste em instaurar um Tribunal de Honra para verificar os votos. O ambiente interno não é nada favorável à ordem, contribuindo para isso fatores macroeconômicos externos causados pelos efeitos da Primeira Guerra. O momento é, portanto, de contestação ao Poder instituído. Todos os problemas que o povo está enfrentando são vistos

⁵ APM. Belo Horizonte, [19--?]. (Cx. 01, AB-F).

⁶ Ibid., p. 898-900.

⁷ CARONE, Edgard. **A República Velha: II** evolução política (1889-1930). São Paulo: Difel, 1983. p. 350.

⁸ APM. Belo Horizonte, [19--?]. (Cx. 01, AB-F).

como responsabilidade do governo, levantando a hipótese de se fazer uma reformulação das bases políticas.

Ainda durante a campanha eleitoral desencadeia no Rio de Janeiro o movimento militar do Forte de Copacabana em 5 de julho de 1922, seguido pelo levante na Vila Militar e na Escola Militar do Realengo. Nesse meio tempo, Epitácio Pessoa já havia mandado prender Hermes da Fonseca. Como medida de retaliação aos movimentos, Pessoa pede Estado de Sítio até 31 de dezembro de 1922. Assim, pela primeira vez na história republicana, um presidente toma posse em pleno Estado de Sítio.

Esse é o cenário em que se inicia o governo Bernardes. Desde o início de seu mandato, o Presidente toma atitudes severas para conter a oposição. Prisões e transferências de oficiais são atos comuns. Uma de suas primeiras atitudes como presidente, valendo-se do Estado de Sítio, é fechar o Correio da Manhã mandando prender seu diretor Edmund Bittencourt. Em momento posterior, intervém nos Estados “anulando atos da Assembléia do Rio de Janeiro para forçar a vitória de seu candidato à presidência do Estado, e manda tropas para assegurar a derrota de seu inimigo J.J. Seabra, candidato ao governo baiano.”⁹ Seus quatro anos de governo são conturbados e marcados pela censura na imprensa que origina a “Lei Infame.”¹⁰ O Governo reage a todas as críticas, utilizando seu aparelho repressivo e ideológico para se defender.¹¹

Sobre a Lei da Imprensa argumenta Bernardes:

[...] na intensidade da vida moderna, a maioria dos cidadãos não tem tempo nem capacidade para apreciar os homens e os assuntos e formar sobre eles a sua opinião; recebe-a feita, da imprensa e, não raro, tendenciosamente. A imprensa é, portanto, modernamente, a mais importante fonte de opinião, cumprindo, assim, à sociedade velar por sua pureza. Envenenada essa fonte pelas paixões, pelos ódios, pelos rancores oriundos de interesses contrariados, os males que daí decorre são incalculáveis para toda a vida social. Sem a regulamentação do exercício dessa liberdade [...] a imprensa se transforma em instrumento do mal e de perturbação na vida do país.¹²

⁹ APM. Belo Horizonte, [19--?]. (Cx. 01, AB-F).

¹⁰ A lei da imprensa, conhecida pelo nome de “Lei infame”, é assinada em novembro de 1923 estabelecendo a censura da imprensa. Artigos da lei da imprensa especificam que “não é permitido o anonimato na imprensa; todo o artigo de doutrina, crítica, polêmica ou informação, publicado na seção editorial ou ineditorial de qualquer órgão de imprensa será assinado pelo seu autor.” CARONE, 1983, op. cit., p. 371.

¹¹ O fator ideológico baseia-se no papel de instituições estabelecidas na sociedade para dar o apoio necessário ao governo como os partidos políticos do governo, a Igreja, os meios de informação, etc.

¹² APM. Belo Horizonte, 1926. p. 18. (Mensagens Presidenciais).

Assim, a imprensa deve ser limitada pelos direitos alheios, pois de acordo com a defesa de Bernardes entre o “uso da liberdade e o abuso dela há grande diferença”¹³. Com efeito, a imprensa, os correios e telégrafos sofrem restrições. Por fim, segue a explicação e justificativa de Bernardes nos seus anos de governo sobre o Estado de Sítio:

Não é possível permitir que as forças produtoras do país, seu crédito interno e externo, a obra benemérita de reorganização das forças armadas, as necessidades da nossa reconstrução financeira, as exigências do nosso progresso econômico e a nossa cultura política continuem à mercê de perturbadores contumazes e sem ideal, confiados na excessiva benignidade das nossas leis e no visceral sentimentalismo da nossa raça.

[...] Limitado à detenção ou desterro de elementos perigosos e à censura de imprensa no incitamento à anarquia e ao crime, como tem sido praticado, o Estado de Sítio é medida de benéfico efeito numa hora de ameaças de dissolução social.¹⁴

Dessa maneira, sua promessa na Plataforma de candidatura, de que esqueceria todos os agravos do passado, que “apagaria humilhações e rancores”, que sacrificaria o seu “bem-estar” e sua “vida se fosse preciso,” não passa de ilusão.¹⁵ O Estado de Sítio é declarado, o que permite ao governo usar seu poder na tentativa de alterar condutas contrárias a seu interesse e, até certo ponto, abusar da liberdade discricionária que lhe é garantida usando, muitas vezes, a arbitrariedade.¹⁶ Bernardes não percebe que o país cresceu e que todas as manifestações ocorridas são manifestações contrárias à tradicional política do café-com-leite. Política esta que não é mais aceita entre os manifestantes, que exigem uma modernização política para abrir caminho ao desenvolvimento econômico e acompanhar as mudanças idealizadas.

¹³ APM. Belo Horizonte, 1923. p. 15. (Mensagens Presidenciais).

¹⁴ *Ibid.*, p. 16.

¹⁵ O conteúdo da Plataforma trata de assuntos diversos dentre os quais está a questão da baixa cambial, na qual Bernardes propõe “adotar medidas capazes de aumentar a exportação e diminuir a importação”; adoção de uma “propaganda tenaz e inteligente para o alargamento e conquista dos mercados externos de consumo”; intervenção oficial na defesa da produção; fornecimento de crédito ao produtor; criação de um Banco de Emissão e Redescostos, erradicação do analfabetismo etc. AN. Rio de Janeiro, [19--?]. p. 1. (Cx. 30, AP 15).

¹⁶ Bernardes, antes mesmo de ser eleito presidente, já demonstra certa autoridade e autonomia, uma vez que não se conforma com a forte influência dos coronéis e da comissão executiva nos governos estaduais. Pretendia ele, durante seu governo em Minas Gerais, “exercer de maneira autônoma o mandato que lhe havia confiado” e para isso tinha em mãos a “máquina do Estado”. Assim, iniciou a “luta retirando elementos do partido com postos na administração.” Para complementar sua arbitrariedade e vontade de centralizar o poder, ele “exigiu dos membros do governo fidelidade” e acabou por “impor-se como chefe do PRM, relegando a comissão executiva a uma posição secundária.” Por analogia, já se pode ter uma previsão de seu governo na presidência do Brasil. Para não ser injusto nessa analogia há que se considerarem também todos os acontecimentos que se manifestam no cenário político nacional a fim de irromper a ordem justificando, em parte, seu autoritarismo. APM. Belo Horizonte, [19--?]. (Cx. 01, AB- F).

O crescente descontentamento vivenciado na década de 20 tem, dessa maneira, como um de seus prognósticos, o ataque à rígida estrutura oligárquica. O poder oligárquico é associado diretamente com o atraso e o nacionalismo vem, aliado com outras correntes, defender o progresso para o Brasil. Como visto anteriormente, o movimento modernista prega mudanças no âmbito cultural e este movimento não vem dissociado de outras contestações de ordem econômica e estrutural. A oligarquia, entretanto, não se preocupa com tais contestações e pretensões da classe média, nem se dá conta das constantes transformações dessa complexa camada. A pequena burguesia percebe que a oligarquia não realizará políticas econômicas concordantes com seus interesses, nem abrirá as portas para uma participação política nesse rígido e vicioso sistema eleitoral. Como resultado, são formados blocos de contestação compostos de militares, empregados públicos, profissionais liberais e estudantes que agem como grupo de pressão culminando, alguns deles, em movimentos à mão armada.

De um lado, estão as camadas urbanas brasileiras que “vêm seus interesses preteridos pelo prolongado domínio dos cafeicultores, orientados para uma política agrícola.” De outro, está o Exército que se acredita “desprestigiado pelo ostracismo a que fora relegado Hermes da Fonseca”, bem como, pela “nomeação de civis – Pandiá Calógeras e Raul Soares – para os ministérios militares na gestão de Epiácio Pessoa”.¹⁷ O governo é considerado ofensivo ao Exército, especialmente, pelos revolucionários que desde o episódio da prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar,¹⁸ estão descontentes com os governos dos civis que perdem sua total credibilidade. A revolta da armada surge, então, como única alternativa para a contestação à estrutura geral aceitando a revolução como legítima. Assim, o governo Bernardes é marcado pela eclosão de movimentos armados que se unem para “lutar contra todos os males brasileiros: federalismo excessivo, analfabetismo, falta de ensino profissional, falta de patriotismo, anarquia, internacionalismo.”¹⁹

¹⁷ APM. Belo Horizonte, [19--?]. (Cx. 01, AB- F).

¹⁸ Numa eleição em Pernambuco para escolha do presidente dos Estados, os dois grupos declaram-se vencedores, originando uma luta armada entre ambos. O Governo Federal intervém. Por achar abusiva a atitude do Governo, alguns oficiais escrevem ao Clube Militar para informá-lo. Seu presidente, Hermes da Fonseca, solidariza-se com os militares rebeldes. Esse seu ato é considerado como insubordinação e Hermes é preso e o Clube Militar fechado. Essas lutas eleitorais pelos poderes locais são comuns entre os chefes partidários, principalmente nos Estados menores onde as contradições sociais são mais exorbitantes e a proteção política menos intensa. É normal a intervenção do Governo a fim de “restabelecer a ordem.” Perceba também que o forte papel do Estado é autorizado pela Constituição. CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976. p. 42-43.

¹⁹ CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1969. p. 231.

3.1 Movimentos de esquerda

Desde 1870 os proletários pensam em formar organizações nacionais freados, entretanto, por uma série de fatores como divergência teórica e tática, falta de integração nas comunicações, distâncias geográficas, etc. Algumas dispersas greves operárias ensaiam seus protestos no cenário político nacional, mas somente ganham visibilidade com a greve situada em São Paulo em 1917 que reúne 50.000 trabalhadores.²⁰ Em 1922 essa articulação começa a se evidenciar com mais força devido à formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). As graves crises internas ocasionadas pelos problemas ligados à agricultura, à exploração capitalista, à opressão da massa popular e ao monopólio econômico e político da classe dominante levam à aglutinação desse partido. Essa agitação representa uma progressiva participação na vida política por parte da massa popular brasileira.

Dentre os fatores internacionais que influem a criação do PCB está, especialmente, a Revolução de 1917 na Rússia.²¹ Um dos motivos que leva a essa revolução está inserido no multifacetado cenário da Primeira Guerra Mundial que gera desastrosas conseqüências ultrapassando todas as fronteiras e espalhando uma insatisfação geral. A reação dos segmentos sociais que são vítimas de uma ordem que sufoca seus objetivos, se manifesta na concretização de ideologias de esquerda gerando conflitos e mais violência. Essa insatisfação pode ser vista no Brasil na grande legião de operários sem trabalho, acompanhado por uma carestia sem igual do custo de vida, deflagrando, além das crises internas, dificuldades de caráter externo.

As informações iniciais no Brasil sobre a Revolução na Rússia são ainda muito precárias e distorcidas. Muitos chegam a confundi-la com o anarquismo. Somente com a fundação do partido comunista brasileiro é que as coisas começam a clarear. Não se pode perder de vista, entretanto, que o limite de ação do partido, nos primeiros anos de sua formação, é estreito e que a propaganda entre os operários não detém tanta eficiência. Além disso, o partido comunista tem de travar uma luta, principalmente contra o anarquismo, a fim de esclarecer e diferenciar seus ideais. Apesar dessas dificuldades, pode-se afirmar que as notícias no Brasil sobre a Revolução Russa

²⁰ BREDA DOS SANTOS, Norma. *Le Brésil et la Société des Nations*. 1996. 269f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade de Genebra, Genebra, 1996. p. 61.

²¹ A permanência da Rússia na guerra agrava a situação interna do país abrindo espaço para a manifestação dos bolcheviques. A revolução decreta reforma agrária, nacionalização das grandes indústrias e bancos e ainda propõe a paz imediata. O Ocidente, para conter a revolução, cria um cordão sanitário. VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Manual do candidato: história mundial contemporânea (1776-1991)*. Brasília/DF: FUNAG, 2006. p.161.

encontram um ponto a seu favor, uma onda de protestos operários, como a greve geral em São Paulo em 1917.

Dessa maneira, o Partido começa a atuar editando a mensagem do *Movimento Comunista* no Rio de Janeiro e explanando suas intenções:

Com referência à organização partidária, desejamos e preconizamos a união, solidamente baseada num mesmo programa ideológico, estratégico e tático das camadas mais conscientes do proletariado. As experiências próprias e alheias nos aconselham unidade de concentração de esforços e energias, tendo em vista coordenar, sistematizar, metodizar, a propaganda, a organização e a ação do proletariado.²²

Assim, de maneira bem tímida, começam a surgir protestos no país como, por exemplo, o Manifesto de 30 de abril de 1925 no Rio de Janeiro que conclama os proletariados a se unirem pela paz e “recusarem aos governos dos países em guerra o direito de perturbar a vida internacional.” Continua o Manifesto: “Nós queremos uma paz real, uma paz estável, uma paz baseada numa efetiva solidariedade internacional das classes trabalhadoras.” Por fim, o Canto internacional chama os trabalhadores à ação: “Façamos nós por nossas mãos tudo que a nós nos diz respeito!”²³ Percebe-se, nesses discursos, que a questão da paz nesse momento é um fato que preocupa tanto organizações, quanto Estados, afinal razões não faltam para tal apreensão.

O Partido Comunista Brasileiro realiza alguns congressos no país a fim de divulgar e disseminar seus ideais. Há, ainda, no partido uma tendência a expor a contradição “agrarismo *versus* industrialismo” nas disputas do imperialismo no Brasil. Além disso, o partido solicita sua filiação à Internacional Comunista sendo aceito, em princípio, “como simpatizante.”²⁴

A conseqüência do surgimento dessa corrente ideológica no Brasil é uma intensa campanha anticomunista travada, especialmente, no Governo de Artur Bernardes. Com a expansão da imprensa, o governo consegue estimular uma campanha contra a propagação dessas idéias socialistas e difundir o nacionalismo. A repressão interna é evidente, somada aos alarmes externos nos quais os países intensificam a cooperação policial e a troca de informações - veja a importância das relações internacionais para ajustar a política interna. Outra conseqüência vindoura do crescimento da esquerda é o intenso controle de vistos a imigrantes vindos do leste

²² CARONE, 1969, op. cit., p. 212.

²³ Ibid., p. 187-210.

²⁴ GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920.** Brasília/DF: Ed. UnB, 2006. p. 497-498.

européu e da Rússia²⁵. O interessante a se observar nesse momento é que enquanto o Brasil promove uma política de seleção de estrangeiros, existe na Liga das Nações um Comitê organizado para dar passaportes aos refugiados russos. Assim, a preocupação dos representantes brasileiros na Liga é se deve “aceitar tais passaportes e quais as providências que devem ser tomadas para evitar decepções comunistas.”²⁶ Esse ponto é mais uma contradição da República e do Governo Bernardes uma vez que enquanto a Liga clama pela cooperação e solidariedade, o Estado brasileiro adota medidas rigorosas tendentes a diminuir os direitos dos estrangeiros e barrar a entrada no país. O Brasil está mais uma vez diante de uma situação delicada perante a Liga.

Não se pode também negar o fato de o Governo Federal “perder o controle da imigração” e muitos dos italianos presentes no Brasil “pegar em armas e formar batalhões” a fim de auxiliar os acontecimentos em São Paulo.²⁷ Como consequência, Artur Bernardes manda expedir um telegrama circular aos cônsules “proibindo-lhes que visem passaportes de imigrantes.” Mas como São Paulo tem “grandes necessidades de braços não tarda em reclamar a revogação dessa determinação.” Contudo, essa atitude não afasta o receio de que a “questão se complique ainda mais e venha a dificultar,” caso o “Governo de Mussolini teime em querer fazer o Brasil responsável pelas mortes e prejuízos sofridos pelos italianos durante a rebelião paulista.”²⁸

O processo de expulsão dos “estrangeiros indesejáveis” é, ainda assim, bastante utilizado, baseado na Lei Adolfo Gordo, de 1907, que procura conter a “ação de imigrantes anarquistas e anarco-sindicalistas em greves operárias”. A fim de garantir a ordem pública em razão de alguns indivíduos se “comportarem de maneira pernicioso e serem expulsos de seus país devido seu espírito rebelde e pela falta de ocupação lícita,”²⁹ especialmente depois da grande guerra, é criado o decreto legislativo 4.247 de 6 de dezembro de 1922 para regular a entrada de estrangeiros em território nacional. Outras providências ainda são tomadas como o decreto 16.761, de 31 de dezembro de 1924 que confere à Diretoria de Povoamento “novos e mais amplos poderes e

²⁵ Muitos desses imigrantes vêm para o Brasil fugindo do regime bolchevista ou são refugiados da guerra civil que foi travada na Rússia.

²⁶ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

²⁷ Uma corrente de imigrantes vem para o Brasil no final do século XIX e nos primeiros decênios do século XX para trabalhar nas terras do café. Os imigrantes também são importantes para a ocupação de terras despovoadas proporcionando uma integração territorial, principalmente, nas regiões estratégicas – de regiões fronteiriças.

²⁸ AHI. Rio de Janeiro, 1925. (Cx. 274/2/13).

²⁹ BREDA DOS SANTOS, 1996, op. cit., p.122.

encargos, no sentido de tornar mais eficientes a fiscalização da entrada de imigrantes no território nacional.”³⁰

Para entender essa estratégia de expulsão dos “desclassificados da modernidade” e dos “agentes patológicos importados que ameaçam contaminar o tecido social”³¹ utilizar-se-á como referência as análises de Bauman sobre a Modernidade. O autor faz uma classificação entre ordem e caos com o intuito de separar esses dois atributos a fim de eliminar tudo que venha a perturbar a ordem. A nova sociedade moderna percebe que o Estado soberano é o responsável por manter a ordem, uma vez que ela não é natural nem espontânea. O Estado tem, assim, o poder de “definir, produzir, manipular e administrar” a bifurcação ordem *versus* caos. A sociedade, racionalmente planejada, deve dividir a população em “plantas úteis a serem estimuladas e cuidadosamente cultivadas e ervas daninhas a serem removidas ou arrancadas” negando, para os últimos, o direito de autodeterminação. A ordem torna-se “sinônimo do poder, de controle e repressão da alteridade existente”.³²

É com esse sentido que procura o Estado brasileiro descartar e afastar tudo que possa perturbar a ordem³³ - a restrição aos imigrantes ligados ao comunismo representa uma faceta desse controle social. Artur Bernardes, durante seu governo, utiliza-se de vários meios para controlar o caos. O domínio narrativo, na opinião de Bauman, é o que determina quem são os inimigos e Bernardes detendo o controle desse meio, principalmente através da Lei da Imprensa, que controla as notícias e informações, pode manipular o discurso de acordo com seus interesses imediatos. Com efeito, há uma limitação do princípio da liberdade pessoal. Essa limitação pode ser através do controle dos meios de comunicação, da restrição da entrada de imigrantes indesejáveis ou da pressão contra qualquer elemento que venha destituir a ordem. Dessa maneira, o Governo garante sua autoridade e tenta manipular o desenvolvimento social, fomentando a coesão e homogeneizando o corpo social de maneira que prevaleça a auto-afirmação da ordem e o controle do caos.

Um último ponto que merece ser destacado no que se refere aos movimentos de esquerda é a tentativa da Liga das Nações, por meio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de

³⁰ APM. Belo Horizonte, 1926. p. 248. (Mensagens Presidenciais).

³¹ GARCIA, 2006, op.cit., p. 514.

³² Cf. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. passim.

³³ Estrangeiros, idosos, pessoas ociosas, homossexuais, prostitutas e jovens rebeldes, todos esses elementos se desviam da norma e devem ser eliminados através das intenções planificadoras do Estado Moderno.

regular as relações de trabalho de modo a melhorar suas condições e com isso tentar eliminar as influências do comunismo no mundo. A OIT tem por finalidade trazer o equilíbrio econômico-social do mundo, com o intuito de assegurar a ordem civil e a paz entre as nações. As periódicas reuniões desse órgão, estabelecidas pelo art. 400, parte XIII, do Tratado de Versalhes tratam de questões diversas como higiene, tempo de jornada e direito de associação. A Organização tem representantes dos governos, dos empregados e dos empregadores, o que facilita a conciliação. O Brasil, como membro da Organização Internacional do Trabalho, vê a necessidade de tomar providências no sentido de prestar esclarecimentos “sobre trabalho, previdência social” e está sempre “pronto a cooperar na elaboração e execução de resoluções legislativas ou governamentais, quer relativas à nossa vida econômica, quer decorrentes de obrigações internacionais.”³⁴ Todavia, esse discurso não está coerente com a prática da década de 1920, na qual acordos entre grevistas e empregados são realizados no “âmbito das relações privadas, sem qualquer garantias de ordem legal concernentes a contratos coletivos de trabalho.”³⁵

3.2 Movimentos militares

Não são apenas os movimentos de esquerda que marcam o período Bernardes, pelo contrário, estes são o de menor peso se comparado com todo o caos trazido pelos movimentos militares. É, portanto, na dinâmica geral de liderança dos grandes Estados, da luta entre militares e civis, das crises de crescimento, das dissidências oligárquicas, das contestações das camadas médias, dos remanescentes efeitos causados pela guerra, que uma crise de âmbito maior é percebida. É diante desse cenário, marcado por constantes incidentes com o Clube Militar, carestia da vida e insatisfação generalizada que pequenas revoltas na Marinha e no Exército acabam por lograr no movimento conhecido como Tenentismo.³⁶ Entretanto, é preciso notar que

³⁴ APM. Belo Horizonte, 1923. p.174. (Mensagens Presidenciais). Em 1925 Bernardes afirma que muitos assuntos deferidos na organização já estão incorporados à legislação nacional, como a “igualdade de tratamento entre trabalhadores nacionais e estrangeiros e o regime de oito horas.” APM. Belo Horizonte, 1925. p. 124. (Mensagens Presidenciais).

³⁵ SIMÃO, Aziz. **Sindicato e Estado**: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Ática, 1981. p. 103.

³⁶ Entre os contestadores destacaram-se os tenentes, pois além de ser um grupo numeroso estão insatisfeitos profissionalmente, uma vez que as promoções em suas carreiras são muito lentas. CORRÊA, op. cit., p. 46.

esses movimentos não vêm preconizar o fim do domínio existente, mas sim “maiores aberturas políticas e sociais.”³⁷ O tenentismo é um “abalo nas velhas estruturas.”³⁸

Esses movimentos vêm combater a ordem política civil e têm um forte “caráter patriótico, de altíssimo significado social e político.”³⁹ A ação desses movimentos tem, em suma, um “característico nacional.” Visam mudar a situação do governo federal e dos Estados e combater a incompetência, a corrupção e a unilateralidade de interesses oligárquicos trazendo como bandeira de seu movimento uma maior justiça. O Governo de Artur Bernardes é duramente criticado por esses grupos que não vêm na pessoa do presidente a capacidade ativa necessária para levar adiante os interesses nacionais - entendido aqui como o conjunto dos anseios das diversas classes. Além disso, há ainda os já conhecidos fatos os quais denigrem a imagem de Bernardes como as várias ofensas feitas ao Exército. Esses movimentos, porém, não são coesos e não detêm o mesmo ideal. As explosões de rebeldia têm características predominantemente militares, todavia, em Estados como no Rio Grande do Sul há uma irradiação popular um pouco maior que em outras regiões. O não alinhamento entre esses movimentos é denunciado por Carone:

Desde as suas origens, podem se distinguir no tenentismo duas correntes distintas, do ponto de vista ideológico: a política e a social. Naturalmente estes aspectos às vezes se confundem, mas afirmações e fatos mostram a preponderância de certas alas em um destes sentidos. Mais ampla é a política, com suas reivindicações de mudança de governo, nova estrutura do executivo, reformas tributárias etc.⁴⁰

Portanto, essas duas vertentes priorizam aspectos diferentes, uma preconiza a reforma da Constituição, o voto secreto⁴¹, a justiça federalista; a outra amplia o sentido da revolução para o campo social incluindo benefícios ao povo e ataque ao capitalismo estrangeiro.

A “desordem” causada por esses movimentos se expande através de vários manifestos que são distribuídos pelos revolucionários entre os simpatizantes da causa. Esses exemplares pregam

³⁷ Perceba que o desenrolar desses elementos leva à Revolução de 1930.

³⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes: análise e depoimentos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986. p. 28.

³⁹ CARONE, 1969, op. cit., p. 256.

⁴⁰ CARONE, 1969, op. cit., p. 259.

⁴¹ Na opinião de Bernardes o voto secreto e obrigatório não suprime influências nocivas como “a intimidação”. A verdade para ele é que as “solicitações prementes, as promessas, as propagandas cavilosas e outros meios de desvio moral da consciência do eleitor, incapacitam este, em grande número de casos, de discernir quais os candidatos mais dignos ou convenientes ao país, e de decidir-se por eles. O voto secreto não impede, tão pouco, a majoração fraudulenta dos sufrágios nas seções eleitorais unânimes ou naquelas em que a minoria se abstenha de agir por tímida ou diminuta ou por ignorar os meios de fazê-lo”. Assim, o “remédio para esse mal não está só na lei, mas também na educação política do povo”. APM. Belo Horizonte, 1926. p.20-21. (Mensagens Presidenciais).

a “moralização da política.” Querem a soberania popular – que seria garantida com a implementação do voto secreto -, a separação e o equilíbrio dos poderes – pois há uma “hipertrofia do executivo”. Lutam, portanto, contra a improbidade administrativa, a corrupção, a falta de integridade moral, sustentados pelo princípio do nacionalismo. A ação deve atingir todo o território nacional, objetivando a centralização – à medida que limita a autonomia local - e a uniformização do poder - corrigindo os excessos da descentralização.⁴² Segue um desses panfletos distribuído ao povo intitulado “Soldados, Compatriotas, Irmãos!”:

Nós fizemos a Revolução para livrar a nossa pobre terra dos politiqueiros, profissionais que roubam e desonram o Brasil, transformando-o numa senzala de escravos. O povo brasileiro, para os nossos antigos governantes não existia senão para pagar impostos e ser explorado de mil formas. As eleições eram uma comédia, o que valia era o capricho de meia dúzia de bandidos de casaca, que tripudiavam sobre a vontade popular, elegendo para os cargos mais representativos os seus filhos, genros e sobrinhos, formando, assim, em todos os Estados, oligarquias ladravozes e imorais. A dívida do Brasil aumenta dia a dia, porque o dinheiro roubado ao povo ainda não chegava para banquetes e bandalheiros. As nossas finanças já estavam sendo fiscalizadas por potências estrangeiras, pois o Brasil estava próximo da bancarrota. E o governo nacional o que fazia? Politicagem mesquinha e pessoal[...].⁴³

Em outro panfleto os revolucionários demonstram que seus objetivos estão alicerçados na “socialização dos casos do congresso”, na “abolição de todos os castigos” para os soldados, na “igualdade perante a lei” e no “limite da propriedade respeitados os direitos adquiridos.”⁴⁴ Nota-se que suas reivindicações são contra a estrutura oligárquica, nos moldes em que está cimentada, ou seja, na concentração da renda, na falta de transparência na política e na diferença de oportunidades.

Perceba que esses fatos vão contra a tentativa da cúpula governamental em estabelecer uma ordem na sociedade moderna brasileira, que é compelida a conviver com o iminente caos que perturba a organização prevalecente. A preocupação de Bernardes é conter esses movimentos e, para tal, ele estende sua autoridade decretando várias vezes o estado de exceção para contornar a desordem. Além de ser combatido por Bernardes, os movimentos tenentistas tiveram opositores dentro do próprio Exército, da ala que defende a legalidade e o profissionalismo. Para aproximar

⁴² CORRÊA, op. cit., p. 47-51.

⁴³ APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 07, AB-PV).

⁴⁴ Ibid.

a explanação do desencadeamento desses protestos far-se-á a apresentação de dois desses movimentos: a Rebelião de 1924 e a Coluna Prestes.

3.2.1 A rebelião de 1924 em São Paulo

A situação de São Paulo em 1924 é de extrema instabilidade e de grandes mudanças. O mandato de Washington Luís na presidência do Estado chega ao fim, a carestia da vida incomoda muitos, greves operárias acontecem pontualmente, tudo isso marca o cenário de São Paulo, cheio de descontentamento, às vésperas da revolução. Para complementar, a capital paulista prepara-se, ainda, para receber a visita de uma missão estrangeira financeira, denominada Missão Financeira Britânica,⁴⁵ cuja finalidade é prognosticar a capacidade e garantia brasileira em arcar com os empréstimos tomados. A Grã-Bretanha precisa verificar se é conveniente continuar investindo em capitais no país diante das difíceis circunstâncias enfrentadas. Essa Missão é duramente criticada por ser vista como mais um meio de dominação britânica e pelo fato de elaborar recomendações mais ligadas aos interesses britânicos que brasileiros. Artur Bernardes ainda tenta justificar a vinda de tal Missão afirmando que o governo tem grande interesse em que “pessoas de alta competência e notório prestígio no velho mundo conheçam a situação geral do Brasil e, bem

⁴⁵ O objetivo dessa Missão, chefiada por Edwin Samuel Montagu, é avaliar a capacidade de pagamento do Brasil aos empréstimos feitos aos banqueiros londrinos. Como há um montante elevado da dívida externa brasileira e uma baixa cotação de seus títulos nos mercados internacionais, a casa londrina dos Rothschild só libera um novo empréstimo após uma avaliação *in loco*. Os estudos revelam a situação financeira do país detectando as falhas e propondo mudanças, cujos principais pontos são a necessidade de abolir a intervenção do governo nos esquemas de valorização do café (que não foram abolidos, mas foram, posteriormente, transferidos por Artur Bernardes para o Estado de São Paulo), assegurar alguma forma de controle estrangeiro sobre a política financeira do Brasil, convencer o Brasil a abandonar os planos de desenvolvimento siderúrgico etc. Os resultados do relatório da Missão, publicados no Brasil, não se fazem na íntegra, como não é a versão acima - da imposição londrina de fazer essa acareação no Brasil - que prevalece. O governo dá a entender que a Missão veio por convite do país. As falhas apontadas pelo relatório, logram a formulação de 43 recomendações da Missão que dizem respeito principalmente sobre a elaboração dos orçamentos, a precariedade do sistema tributário e de crédito, a existência da dívida flutuante, o desenvolvimento do país etc. A oposição critica veemente essa missão dizendo que “há por trás do relatório um plano de dominação” e que Londres quer se apropriar do Banco do Brasil sendo publicado em um manifesto em 10 de julho no Estado de São Paulo, pelos chefes do movimento de 1924. as seguintes críticas: “Haja vista, também gesto impensado, recente de, além de não ter poupado o país o vexame de uma vistoria governamental, de um documento da Missão inglesa em que se até incluíram graves insinuações sobre a probidade brasileira. Não satisfeitos com os fatos lamentáveis, o governo quis documentá-lo perante o mundo por peça oficial”. Portanto, as críticas a Artur Bernardes só se intensificam com essa Missão. Cf. CORRÊA, op. cit., p.99-101; GARCIA, 2006, op. cit., p. 297-312.

assim, as suas condições econômicas e financeiras.”⁴⁶ Todavia, esses argumentos não convencem e a Missão acaba se tornando mais um motivo para as revoltas.

O crescimento da cidade de São Paulo é outro motivo que gera insatisfação popular, pois provoca uma série de problemas, como dificuldades de distribuição de água, serviços de transporte, luz, telefone, limpeza pública, etc. Os operários de São Paulo começam a se manifestar através de movimentos grevistas. Muitas dessas greves são atacadas por métodos violentos e de difícil conciliação.⁴⁷ A situação se agrava de maneira tal a eclodir na cidade a Revolução em 1924 liderada por Isidoro Dias.

A cidade de São Paulo não é escolhida aleatoriamente. Há uma estratégia para essa cidade ser o local do movimento. Alguns fatores pesam muito como a não existência de uma instituição policial vigilante; o intenso crescimento de São Paulo no qual os revolucionários podem ter um maior anonimato e liberdade; a proximidade com o Rio de Janeiro, pois isso facilita uma ação futura a fim de tomar a capital; além de que a ocupação de uma cidade em alta fase de crescimento pode garantir aos revolucionários uma sólida posição dentro da estratégia geral.⁴⁸

O grupo formado por Isidoro Dias não é um grupo homogêneo. “Não se trata de um grupo coerente, as tendências são múltiplas reunindo socialistas, anarquistas, liberais, mas cujo elemento de ligação é a oposição ao governo de Bernardes.”⁴⁹ A participação ou não de civis no movimento é um aspecto que gera divergência entre os revolucionários. A relutância em aceitar os civis esbarra em fatores ligados à questão da segurança e desconfiança em relação a sua fidelidade.⁵⁰

Muitos componentes da classe média urbana são favoráveis ao movimento e demonstram seu apoio através de cartas e comícios. “Batalhões estrangeiros”⁵¹ também são formados por

⁴⁶ “Embora a grande prosperidade econômica, de que felizmente goza o país, e o crescente desenvolvimento de suas fontes de riqueza, nota-se, com pesar, que o câmbio baixo e a má cotação dos títulos brasileiros mantêm uma atmosfera desfavorável a nosso respeito nas praças estrangeiras. Isso não pode deixar de impressionar o Governo, porque a consolidação da dívida flutuante, que cria uma situação aflitiva para o Tesouro, não pode dispensar o recurso extraordinário de um apelo ao crédito do país”. APM. Belo Horizonte, 1924. p.14. (Mensagens Presidenciais).

⁴⁷ Como a que ocorre em São Paulo na fábrica Crespi cujos funcionários pedem um aumento de 40% em seus salários. Os industriais permanecem intransigentes e oferecem apenas 10 %. Como não há conciliação, os operários que participaram da comissão são presos, ocorrem atos de espancamentos, pressão política, apreensão de jornal operário, etc. CORRÊA, op. cit., p. 105-107.

⁴⁸ Ibid., p. 78-79.

⁴⁹ Ibid., p. 85.

⁵⁰ Por uma questão de prevenção, os civis são afastados da fase preparatória, acreditando os revolucionários que eles adeririam ao movimento tão logo irrompesse a luta. Ibid., p. 84.

⁵¹ GARCIA, 2006, op. cit., p. 531.

pessoas recém-chegadas da Europa e com experiência no serviço militar. Esse fator é um dos motivos que leva Bernardes a condenar o excesso de direitos concedidos aos estrangeiros como se fossem cidadãos brasileiros sem, em contrapartida, discriminar quais seriam seus deveres permitindo, assim, que esses indivíduos “se organizem em bandos armados para atacar impunemente a ordem constitucional do país, a vida, a honra e a propriedade dos nacionais.”⁵² Os operários também estão presentes dando seu apoio, de maneira espontânea, sem demonstrar muita organização, mas intensificando seus encontros, o que acaba preocupando as instituições representativas da classe dominante.

Os revolucionários proclamam que Artur Bernardes não tem competências para guiar o país e ainda acrescentam que deve ser eliminada a “continuação desses governos elevados de vícios”. Para eles, estes governos de “nepotismo, de advocacia administrativa e de incompetência técnica” vêm arruinando o país e as “suas forças vivas, aniquilando-o interna e externamente.”⁵³ Artur Bernardes como represália ao movimento, declara Estado de Sítio⁵⁴ e faz todas as intervenções que considera necessárias para conter a desordem.

Portanto, esse é o cenário em que se desencadeia o movimento revolucionário em São Paulo e também suas principais razões. Para surpresa dos revolucionários, Carlos de Campos, presidente do Estado, abandona a cidade. Assim, a campanha se vê ocupando uma cidade e vivenciando uma guerra urbana e estando em posição de defesa, situação diferente da inicialmente planejada, que era uma guerra de movimento. Diante dessas circunstâncias, a cidade paulista torna-se “vítima do encontro dessas facções”, governo *versus* rebeldes.⁵⁵

O governo, no início dos combates, se vê inoperante. Alguns erros cartográficos comprometem a ação das tropas legais, além do mau planejamento e da tática usada. Exemplo disso pode ser constatado na Vila Mariana, onde tiros curtos não conseguem atingir as linhas inimigas e os tiros feitos a grandes distâncias, “sem possibilidades de observação, contra

⁵² APM. Belo Horizonte, 1925. p.6-7. (Mensagens Presidenciais).

⁵³ APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 15, AB-RP).

⁵⁴ Num panfleto intitulado AO POVO Bernardes comunica o estado de exceção: “Está decretado ESTADO DE SÍTIO com a LEI MARCIAL para fuzilamento imediato de qualquer civil encontrado em armas contra o governo e suas forças legais ou que espalhar boatos alarmantes ou prestar qualquer auxílio aos rebeldes assaltantes da capital de São Paulo”. APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 07, AB-PV).

⁵⁵ CORRÊA, op. cit., p.120.

trincheiras inimigas a poucas centenas de metros das nossas, agravavam as conseqüências dos erros da carta.”⁵⁶

O resultado desse confronto gera prejuízos notáveis, principalmente, nos bairros operários. Incêndios e granadas destroem prédios públicos, há dificuldade para a entrada de matéria-prima devido ao mau funcionamento dos transportes, operários abandonam os trabalhos, reservas bancárias estão ameaçadas, vencimentos de títulos serão dificilmente cumpridos afetando os interesses, não apenas locais, mas estrangeiros – Isidoro, por solicitação da Associação comercial e da Associação de Bancos, determina o fechamento dos bancos e declara moratória⁵⁷, a fim de evitar uma quebra dos bancos a pedido, especialmente, dos industriais e comerciantes.⁵⁸ Antes mesmo da concessão da moratória, já havia sido permitido um prolongamento dos feriados.⁵⁹ Invasões e saques em supermercados e depósitos de mercadorias são um dos recursos encontrados pela população para minimizar a crise, que já era intensa antes da revolução, e que agora se acentua potencialmente.⁶⁰

Quem pode fuge da cidade indo para o interior, para as cidades mais próximas. Estas ficam transbordadas, com hotéis e pousadas lotadas. As notícias chegam ao interior muitas vezes de forma distorcida fomentando uma inquietação geral nos municípios. Os boatos se alastram continuamente, tendo como conseqüência uma movimentação política entre as autoridades locais. Para o interior não é tanto o “perigo da extensão do movimento militar, mas antes, a manifestação das rivalidades locais”. Assim, os coronéis organizam seu próprio exército particular. As autoridades municipais começam a encarar o problema como de sua alçada criando a Guarda Municipal a fim de atenuar a crise, além das tentativas de negociação com o governo federal.⁶¹ Com a desorganização do Exército, criam-se, portanto, polícias militares dotadas de meios materiais e forte obediência aos poderes locais.

⁵⁶ CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p.581. BN.

⁵⁷ Caracterizada principalmente pela dilatação dos prazos para saldar compromissos bancários, parcelamento das dívidas etc.

⁵⁸ Veja-se aqui o importante papel desempenhado por esse grupo, comerciantes e industriais, no cenário urbano, podendo se comparar aos coronéis no interior no país.

⁵⁹ Importante perceber que é o próprio comando revolucionário que autoriza o pedido da moratória e dos feriados reconhecendo o governo central como a autoridade vigente – o que revela que esse movimento não quer uma ruptura, mas um reajustamento, uma reorganização da estrutura vigente.

⁶⁰ De acordo com algumas notas, os saques são iniciados pelos próprios revolucionários por necessidade de abastecimento de suas tropas e pela difícil negociação com os donos de armazéns que recusam abrir suas portas para o abastecimento da população.

⁶¹ CORRÊA, op. cit., p. 110-181.

As ajudas para os afetados com a revolução vêm de toda parte. A Liga Nacionalista e o Arcebispo de São Paulo intercedem estabelecendo postos de socorros, distribuindo alimentos e atendendo feridos. Policiamento e abastecimento são, assim, os problemas básicos discutidos e enfrentados pela população paulista. Nas notícias de jornais contemporâneos fica evidente a precariedade de toda a situação:

O Bairro da Lapa, desde os primeiros momentos da revolução, começa a ser procurado para refúgio das famílias desamparadas, que fogem aos rigores da fuzilaria e do bombardeio, que nestes últimos dias passa a assumir um caráter verdadeiramente alarmante. [...] Tornando-se logo insuficientes os recursos próprios do bairro para socorrer tanta gente, as pessoas de coração bem formado tratam logo de amparar os infelizes, proporcionando-lhes o abrigo e o conforto de que precisam em tão dolorosa e rude emergência.⁶²

A população de São Paulo se indigna com o governo federal, pois ao pedir que cessem os bombardeios contra a cidade obtém a seguinte nota do Ministro da Guerra, Marechal Setembrino: “[...] pelas razões que expõem, bombardeada a cidade de São Paulo, devo declarar com verdadeiro pesar, que não é possível assumir nenhum compromisso nesse sentido” e pede, por fim, que a população abandone a cidade.⁶³ A questão para o governo, assim, é encarada como de “guerra”, “motim”, deixando os paulistas abandonados e indignados pelo menosprezo das autoridades federais.⁶⁴

Diante dessa nota, não apenas os membros internos da sociedade brasileira se revoltam, mas vários países manifestam seu descontentamento, gerando uma repercussão negativa do Brasil no estrangeiro. Há manifestações dos consulados no “sentido de auxiliar seus compatriotas e pedir neutralidade.”⁶⁵ Sem muitas vezes receber comunicação de seus cônsules no Brasil, os países estrangeiros começam a se preocupar com seus nacionais que estão no país e protestam, através de seus representantes diplomáticos, contra a ameaça de vida dos seus cidadãos. Uma nota coletiva é entregue ao Itamaraty mostrando a indignação com a declaração do ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, para que a população abandone a cidade e “chamando a atenção

⁶² APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 15, AB-RP).

⁶³ CÔRREA, op. cit., p. 147.

⁶⁴ GARCIA, 2006, op. cit., p. 537.

⁶⁵ APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx.15, AB-RP).

do governo federal sobre a responsabilidade que a execução dessa proclamação pode acarretar.”⁶⁶

Eles continuam a carta nos seguintes termos:

[...] mesmo em estado de guerra, conforme as convenções de Haia, os costumes e os precedentes, as forças sitiadoras devem observar em relação ao inimigo sitiado certas formalidades, consistindo essas notadamente na notificação em devida forma de um prazo fixo antes do bombardeio e na organização de zonas de evacuação, de itinerários e de suprimentos, para ao menos salvar as vidas da população civil dos perigos das operações militares.⁶⁷

Este apelo dos Consulados revela a imagem negativa que tais movimentos provocam no exterior e as complicações da ação política do Brasil no âmbito interno, não respeitando atos que foram assumidos em convenções internacionais. Felix Pacheco se vê numa situação constrangedora e se recusa a aceitar a nota, considerando-a uma “intromissão indevida” do corpo diplomático.⁶⁸

Além dessa reclamação por parte do Consulado, o Governo Italiano ensaia, mais tarde, a idéia de pedir indenização pelos danos causados pela rebelião em São Paulo. Essa é uma situação delicada, pois no momento em que há esse constrangimento com a Itália, o Brasil atua junto a vários países para obter apoio à sua pretensão de se tornar membro permanente no Conselho Executivo da Liga; assim não se sabe se é a melhor ocasião para pedir o apoio da Itália.⁶⁹

Outros jornais internacionais⁷⁰ noticiam os eventos no Brasil retratando a preocupação, principalmente, com o desenvolvimento econômico. É consenso no meio internacional, encarar a política interna de Artur Bernardes como “intransigente”. Eles próprios detectam a necessidade de uma “reforma profunda nas atitudes administrativas e políticas”. Além disso, reconhecem como causa imediata dos conflitos “a ruim situação dos revoltosos” e a “hostilidade” interna em relação à pessoa de Artur Bernardes⁷¹. Por fim, um dos artigos retratando a perspectiva estrangeira sobre a situação no Brasil, sugere a frase de Baron Louis: “me faça uma boa política que eu farei uma boa finança”. Ou seja, “somente uma política interior sana e honesta pode garantir a ordem, assegurar o bom caminho das finanças públicas e permitir o desenvolvimento

⁶⁶ GARCIA, 2006, op. cit., p. 535.

⁶⁷ Ibid., p. 535-536.

⁶⁸ GARCIA, 2006, op. cit., p. 536.

⁶⁹ APM. Belo Horizonte, 1925. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

⁷⁰ O controle das agências internacionais de notícias, por parte de Artur Bernardes, era mais difícil.

⁷¹ APM. Belo Horizonte, [192-]. (Cx. 14, AB-RP, 1924-03-26/1924-08-06).

do país.”⁷² É pertinente, portanto, a preocupação de Raul Fernandes ao constatar que enquanto não estiver restabelecida a ordem em São Paulo, ele não se sente em “situação moral favorável” para tratar de qualquer assunto com o Governo Inglês,⁷³ grande fornecedor de capitais ao Brasil, e que se as “notícias otimistas mandadas pelo governo não se confirmarem pelas de outra origem,” a imprensa e outros meios oficiais interpretarão o “silêncio das agências desfavoravelmente.”⁷⁴

O próprio Artur Bernardes tem plena consciência dos problemas de ordem interna e da imagem negativa que o Brasil transmite ao exterior:

Aos fatores de ordem econômica, ligados à ausência de saldos na balança de pagamento e de letras de exportação, a um pertinaz regime deficitário, à avultada massa de papel moeda inconvertível, à formação de pesada dívida flutuante e ao desserviço que brasileiros, esquecidos de seus deveres para com a Pátria, prestam ao crédito do país neste momento crítico de sua vida, devemos a depressão cambial que nos infelicitava. Os que aqui vivem conhecem a relativa importância dos últimos levantes militares, mas o estrangeiro desconhece que esses motins não podem perturbar a marcha ascensional do Brasil.⁷⁵

Bernardes descreve, em suas mensagens presidenciais, a preocupação com a repercussão externa, uma vez que essas “insurreições contra o poder legalmente constituído trazem consigo, além de muitos outros males, a diminuição da figura internacional da nação”. Segundo ele, muitos dos “malévolos boatos em detrimento do crédito nacional” são “muitas vezes espalhadas pelos próprios rebeldes, foragidos no exterior.”⁷⁶

A repercussão internacional desses movimentos faz-se chegar até o âmbito da Liga das Nações. Num telegrama expedido por Mello Franco a Felix Pacheco ele noticia seu anseio em relação às notícias que os jornais estrangeiros publicam sobre o movimento e como será a repercussão disso no exterior: “Se, em setembro próximo, não estiver ainda restabelecida a ordem na capital do grande Estado da União, não sei como poderemos pleitear na Assembléia e no Conselho a questão de nossa admissão como membro permanente deste último.”⁷⁷ Num artigo

⁷² APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 24, AB- RA).

⁷³ AHI. Rio de Janeiro, 1924. (Maço 3415).

⁷⁴ Ibid.

⁷⁵ APM. Belo Horizonte, 1925, p. 59. (Mensagens presidenciais).

⁷⁶ Ibid., p. 102-103.

⁷⁷ VASCONCELOS, Rui Pinheiro. **A retirada brasileira da Liga das Nações**. 1993. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. p. 31.

publicado no “La Gazette du Bresil” Mello Franco tenta acalmar a preocupação de outros países em relação a crise vivida pelo país:

Os sacrifícios reclamados à Nação pelo Governo a fim de regularizar nossa situação financeira e de nos por em condição de fazer face ao engajamento que temos contratados ao estrangeiro não podem fornecer um motivo de revolta no Brasil. O povo brasileiro, o agricultor assim como o comerciante e o industrial, tem sempre aceito, com grande patriotismo, todos os sacrifícios destinados a manter a honra de nosso crédito e de nosso nome. O que se passa nesse momento em São Paulo é um fenômeno natural da crise de crescimento de todos os povos. É um fato isolado contra o qual, unanimemente, a nação inteira protesta por suas forças vivas e, sobretudo, seus elementos representativos.⁷⁸

Para compreender sucintamente como está a situação econômica no país, que gera anseios não apenas no Brasil, mas também no exterior, basta verificar a aceção da Associação Comercial preocupada com a enorme soma de prejuízos que essa luta significa. Numa carta enviada por José Carlos de Macedo,⁷⁹ presidente da Associação, à Isidoro Lopes ele demonstra as terríveis conseqüências caso perdue o movimento. De acordo com seus argumentos, a impossibilidade de exportação do café - já que o transporte pelo porto de Santos foi totalmente interrompido⁸⁰ - levará ao desaparecimento das letras ouro existentes no país e, conseqüentemente, a situação cambial chegará a uma crise financeira sem precedentes. Assim, não apenas a oligarquia vê seus interesses econômicos ameaçados, mas os empreendedores estrangeiros também estão se alarmando com a situação.

No tocante às relações internacionais, pode-se dizer que o movimento não tem objetivos muito definidos, pois o foco de contestação está na política interna. Todavia, os tenentes pregam

⁷⁸ APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 24, AB-RA, Doc. 207). Tradução nossa.

⁷⁹ “Respeitando o escrúpulo do brioso militar, a Associação Comercial de São Paulo continua profundamente atemorizada com a desorganização atual da vida econômica e financeira do Estado de São Paulo e está aterrada com as próximas conseqüências da continuação dos bombardeios [...] A perduração da luta será o incêndio da cidade, a pilhagem aos Bancos, a impossibilidade da exportação do café, que fornece em contrapartida da balança comercial do Brasil e, portanto, desaparecidas as derradeiras letras ouro existentes nas praças do Rio e Santos, a situação cambial, dentro em breve, levará o Brasil à maior depressão financeira a que jamais chegou. As Forças Revolucionárias, além da responsabilidade inicial da situação em que se encontra o Estado de São Paulo, terão a maior responsabilidade moral do aniquilamento do nosso querido Brasil, se não procurarem uma fórmula constitucional que possa servir de base a um acordo para a cessação da luta.” APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 14, AB-RP).

⁸⁰ Essa é uma das grandes preocupações de outros países como se observa no N.Y. Times “praticamente quase todo copo de café bebido em Nova York vem de São Paulo por Santos, seu principal porto. A Revolução nesse Estado poderia imediatamente parar o transporte de café com um interrompimento da ligação do interior do estado com a costa do Atlântico.” APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 14, AB-RP, doc. 171). Tradução nossa.

que manterão as atuais relações e os compromissos da União, Estado e Municípios, além de preservar a “política tradicional do Brasil, de liquidar pacificamente os conflitos internacionais.”⁸¹

Por fim, depois de todas as tentativas de negociação, inclusive com os soldados legalistas, sem obter nenhuma resposta positiva e com o contínuo aumento dos bombardeios, Isidoro decide deixar a cidade dando origem à Coluna Paulista. Na opinião de Ana Maria Corrêa, as principais causas de fracasso do movimento são a recusa do apoio popular, o comprometimento com a classe dominante, a não consideração com a possibilidade de adesão de grupos do interior e o não desligamento total com o governo do Rio de Janeiro.⁸² Carone complementa a idéia: “a pequena burguesia é expectadora e o operariado não encara o movimento como seu.”⁸³ Assim, o movimento não atinge, *à priori*, seus objetivos de reestruturação da máquina governamental.

Com efeito, o Governo procura manipular as notícias dos jornais proclamando a vitória da legalidade: “na iminência de uma derrota completa, os revoltosos fugiram” de São Paulo.⁸⁴ Assim, os serviços administrativos são restabelecidos e há uma prorrogação dos prazos para a arrecadação de diversos impostos municipais. Entretanto, para o lado dos revolucionários, estava apenas iniciando a “guerra de movimento”, que eles tanto esperavam, pensando encontrar melhores condições no interior do país. Impedidos de ocupar Três Lagoas prosseguem para o Paraná contando com um efetivo de cerca de 3000 homens e combatendo nesse lugar as forças governamentais⁸⁵. Os revolucionários, ao contrário das tropas legais, conhecem bem o terreno e obtêm, na maioria das vezes, informações dos moradores.⁸⁶ Assim, eles se juntam ao outro levante iniciado no Rio Grande do Sul, formando a Coluna Prestes, como será visto a seguir.

3.2.2 Coluna Prestes

Enquanto as forças de Isidoro combatem no Paraná irrompe, em Santo Ângelo, o levante comandado pelo Capitão Luís Carlos Prestes. O encontro das duas colunas ocorre em 11 de abril

⁸¹ GARCIA, 2006, op. cit., p.530-531.

⁸² CORRÊA, op. cit., p. 187.

⁸³ CARONE, 1969, op. cit., p. 266.

⁸⁴ APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 15, AB-RP).

⁸⁵ Esse episódio ficou conhecido como Campanha do Paraná e Campanha do Contestado.

⁸⁶ CIDADE, op. cit., p. 567.

de 1925. Acredita o movimento que “marchando, engrossará a Coluna” classificando, assim, a chamada guerra de movimento preconizada pelos militantes. Prestes classifica sua coluna:

Todo o Brasil, de Norte a Sul, ardentemente deseja, no íntimo de sua consciência, a vitória dos revolucionários, porque eles lutam por amor do Brasil, porque eles querem que o voto do povo seja secreto, que a vontade soberana do povo seja uma verdade respeitada nas urnas, porque eles querem que sejam confiscadas as grandes fortunas feitas por membros do governo à custa dos dinheiros do Brasil, porque eles querem que os governos tratem menos da politicagem e cuidem mais do auxílio ao povo laborioso, que numa mescla sublime de brasileiros e estrangeiros, irmanados por um mesmo ideal, vive trabalhando honestamente pela grandeza do Brasil. [...] Todos sabem hoje, apesar da censura da imprensa e do Telégrafo, apesar das mentiras oficiais espalhadas por toda a parte, que os revolucionários têm recebido verdadeira consagração por onde têm passado e que até hoje não foram batidos. [...] a ordem, o respeito à propriedade e à família serão mantidos rigorosamente e, para isso, o governo revolucionário provisório conta com o auxílio da própria população.⁸⁷

Em alguns vilarejos o movimento encontra hostilidade até mesmo pela propaganda contrária feita aos tenentes. Mas em outros, ele recebe alimentos e, principalmente, informações. Os revolucionários chegam a assumir que destruíram documentos, mas se defendem afirmando que destruíram apenas os documentos cujo teor se refere à lista de cobranças de impostos; afirmam também que libertaram presos, justificando que eles foram injustiçados e vítimas de perseguição. Estes são alguns dos atos cometidos pela Coluna.⁸⁸ E assim, o movimento vai se prolongando com o intenso avanço pelo interior. Pelas justificativas de Bernardes, a contenção ao movimento não permite uma ação rápida devido às “distâncias, a falta de meios de transporte, as moléstias, as dificuldades de abastecimento”, que dificultam a ação governamental. Assim, as forças da União têm que agir de maneira “preparada” e com “calma” para que a ação seja eficiente e decisiva.⁸⁹

Não se pode perder de vista na conjuntura desses movimentos a questão fronteira com os países sul-americanos. As forças revolucionárias chegam a transpor fronteiras de outros países, como o Paraguai, a fim de romper um cerco que haviam feito contra eles. Os revolucionários entregam uma declaração ao país vizinho na qual se comprometem a respeitar suas leis e sua soberania. A Coluna marcha, assim, durante 3 dias por 120 km em território paraguaio. Note que

⁸⁷ Assinado por Luiz Carlos Prestes apud CARONE, 1969, op. cit., p. 264-266.

⁸⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes**: análise e depoimentos. São Paulo: Círculo do Livro, 1986. p. 29-47.

⁸⁹ APM. Belo Horizonte, 1925. p. 15. (Mensagens Presidenciais).

a Coluna, opondo-se à doutrina de guerra em defesa fixa – preconizada pelo General Gamelin e pela Missão Francesa – pratica a guerra de movimento “tendo seus Chefes demonstrado capacidade estratégica e tática.”⁹⁰

O Governo brasileiro, assim, intensifica o cuidado nas regiões fronteiriças mantendo contato constante com os países vizinhos a fim de evitar apoio a atividades revolucionárias. O Itamaraty entra em contato com as delegações dos países vizinhos do sul do Brasil, assinalando que é mister “toda a vigilância” para impedir “absolutamente o embarque ou a vinda de qualquer armamento” para o Brasil.⁹¹ Pedro de Toledo, Embaixador do Brasil em Buenos Aires, procura o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Angel Gallardo, para tratar de assuntos “ligados à segurança, tais como o contrabando de armas, gasolina e mantimentos para os revoltosos, e as reuniões dos grupos revolucionários no território limítrofe.” Como resposta, Gallardo se compromete a tomar as providências possíveis, mas adianta que não pode impedir os revolucionários de atravessarem desarmados o território de seu país.⁹²

Um incidente que causa sincero desconforto para o Brasil ocorre na fronteira uruguaio-brasileira. Forças brasileiras matam, por engano, achando ser um rebelde, um cidadão uruguaio, na fronteira Rivera-Santana do Livramento.⁹³ A imprensa uruguaia denuncia as constantes violações do território na fronteira norte do país e “reclama providências enérgicas, exigindo explicações do governo brasileiro e o pagamento de indenizações segundo as normas do direito internacional.”⁹⁴ Onda de protestos anti-brasileiros começam, portanto, a surgir no Uruguai.

Para tentar remediar todo o inconveniente causado por esse incidente e minimizar as “frequentes reclamações por parte dos moradores das zonas mais próximas da fronteira, tanto de um lado, como de outro” o Brasil envia uma Missão Especial para o Uruguai, tendo como representante o Deputado Federal Dr. Joaquim Thomaz Nabuco de Gouvêa. As negociações culminam na concretização de um Convênio que, além de fixar “as regras a que as autoridades de cada um deles devem ajustar seu proceder nos casos de alteração da ordem interna do outro Estado,” ainda determina “quando e sob que forma cada Governo deve proceder à internação dos chefes rebeldes e à concentração de forças revolucionárias que se encontram na zona fronteiriça”.

⁹⁰ MALAN, General Alfredo Souto. **Missão militar francesa de instrução junto ao exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. p.329. BN.

⁹¹ GARCIA, 2006, op. cit., p. 529.

⁹² Ibid., p. 538-539.

⁹³ As investigações sobre a morte do cidadão uruguaio concluíram que ele estava vinculado ao movimento, pois tentava atravessar a fronteira para engrossar as forças rebeldes.

⁹⁴ GARCIA, 2006, op. cit., p. 543-544.

Como resultado, os dois governos assumem o compromisso de “impedir o tráfico de armas e munições destinadas a alimentar a rebelião contra a qual luta o país amigo,” além de regular a “assistência aos feridos e foragidos” obedecendo aos “princípios humanitários” e às “regras de boa vizinhança e absoluta neutralidade”. O convênio simboliza, assim, um tipo de repressão “anti-revolucionaria.”⁹⁵

É também promulgado, no que se refere às relações internacionais conseqüentes desses movimentos, o tratado de extradição de criminosos entre o Brasil e o Paraguai, assinado em Assunção, a 24 de fevereiro de 1922⁹⁶. Além das perturbações analisadas, o movimento ainda impede a visita de autoridades internacionais como a do Príncipe Humberto, da Itália.⁹⁷

Em linhas gerais, esse é o cenário em que se desenrola a Coluna Prestes.⁹⁸ Depois de percorrer mais de 25 mil km pelo interior do Brasil, a Coluna atravessa a fronteira da Bolívia, em 1927, que concede asilo político aos revolucionários. O movimento, que catalisa um sentimento anti-governamental e luta contra “forças regulares do Exército, polícias locais e até cangaceiros assalariados,”⁹⁹ vai se refugiar em país vizinho contando, entre seus membros, com muitos asilados doentes e feridos. Esse episódio é concomitante à troca de governo no Brasil na qual é eleito Washington Luís, que tenta se reconciliar com a oposição enviando recursos farmacêuticos e provisões necessárias aos rebeldes.¹⁰⁰ Os revolucionários só vão voltar a aparecer no cenário político brasileiro em 1930 para fazerem a Revolução, liderada por Getúlio Vargas, e pôr fim à Primeira República.¹⁰¹

3.3 Governo de Artur Bernardes

Nessa moldura revolucionária, que marca o período Bernardes, o julgamento em relação ao presidente deve ser feito tomando emprestados os seguintes termos: “O bernadismo não é, em

⁹⁵ APM. Belo Horizonte, 1925. p. 111. (Mensagens Presidenciais). Cf. GARCIA, 2006, op. cit., p. 544-546.

⁹⁶ APM. Belo Horizonte, 1926. p. 134-5. (Mensagens Presidenciais).

⁹⁷ APM. Belo Horizonte, 1925. p. 113. (Mensagens Presidenciais).

⁹⁸ A Coluna sob o comando de Prestes e Miguel Costa conta com a participação de jovens revolucionários como Juarez Távora, Lourenço Moreira Lima, Cordeiro de Farias, Siqueira Campos, dentre outros.

⁹⁹ As tropas “bernardescas” lutam para irromper o grupo. Para isso, contam com o cangaço, inclusive o grupo de Lampião, para combater os revolucionários.

¹⁰⁰ Luis Carlos Prestes e outros soldados da Coluna são contratados para trabalhar numa empresa britânica na Bolívia.

¹⁰¹ Prestes não participa dessa revolução ao lado de Getúlio Vargas. Nesse momento ele está mais ligado às idéias comunistas.

suma, tão somente reflexo da triste personalidade do presidente Bernardes, mas um fenômeno social que se vem manifestando desde anos.” Assim, justifica-se a existência de “três mentalidades” que podem explicar o fenômeno da década de 1920: a existência dos “chefes políticos locais,” que deterioram todo o sistema político, como a existência do coronelismo e a descentralização política que permitem um enorme abuso de poder. Um segundo ponto é o “bacharelismo,” que não reconhece no produtor sua “dignidade”, não sabe “quanto custa produzir,” redundando numa sociedade desigual e numa rígida estrutura de exploração. Por fim, o “jesuitismo,” que simboliza as tradições e a presença de algumas continuidades, além de representar a existência de suportes ideológicos que ancoram o sistema sócio-político sedimentado na péssima distribuição de renda, na falta de igualdade e solidariedade entre seus compatriotas.¹⁰²

Numa entrevista dada por Artur Bernardes em 1945 ele comenta o que pensa sobre as revoltas que ocorreram no seu mandato e faz seu próprio julgamento sobre as alterações no plano político-social:

A vida coletiva de uma nação representa, entretanto, uma continuidade no tempo, e a história ensina que são sempre temerárias, fadadas a fracassos desastrosos, as iniciativas tendentes a bruscas mutações, a alterações radicais, no plano político ou social. [...] Destas só podem advir prejuízos ou retrocessos.¹⁰³

Está evidente, portanto, o desprezo que Bernardes tem em relação a qualquer tipo de movimento revolucionário. Ainda num discurso apresentado à Nação, em 1926, Bernardes tenta justificar as atitudes tomadas durante o conturbado período em que governou o país. Primeiramente, ele aponta a necessidade de se fazer o balanço das responsabilidades “sem perder de vista o ambiente dos acontecimentos” para lograr num “julgamento imparcial.” Ainda considera que a autonomia dos Estados nunca deve gerar situações de “desprestígio nacional e falseamento do regime” justificando, dessa maneira, suas várias intervenções.¹⁰⁴ Assim, ele tenta defender seus atos, afirmando serem pela Nação, mesmo que em alguns momentos se visse compelido a passar por cima da própria Constituição.

Para complementar essas idéias, em 1925, em suas mensagens presidenciais, ele defende a necessidade da “revisão de algumas leis orgânicas, a começar pela sua Constituição, como

¹⁰² APM. Belo Horizonte, [192-]. (Cx. 24, AB-RA).

¹⁰³ APM. Belo Horizonte, 1945. p. 8. (Cx. 01, AB-F, doc. 11).

¹⁰⁴ APM. Belo Horizonte, [19--?]. (Cx. 04, AB-PI).

condição da própria vida interna e internacional da República e do regime federativo”. Segundo ele, a Constituição teria sido elaborada para permitir um “sistema de excepcionais liberdades” no qual essas leis seriam “adiantadas, pouco adequadas ao nosso país, à nossa raça, à nossa índole, à nossa cultura social e política”. Comentando sobre a soberania da Constituição, ele defende que “imutável em sua essência, nem por isso pode a Constituição fugir às contingências do ambiente contemporâneo;” ela deve, portanto, ampliar-se “pela interpretação, pelos usos e costumes”. Assim, essa nova organização “desarmou o governo para defender convenientemente a ordem” tendo sido necessário adotar o estado de exceção para compelir a desordem.¹⁰⁵

Alguns preceitos são então assinalados pelo presidente a fim de buscar uma melhor aplicação da lei no país: é preciso garantir um “equilíbrio orçamentário” e uma “ordem das finanças públicas,” que só podem ser realizadas através da eliminação das denominadas *caudas orçamentárias*; deve-se proibir qualquer despesa ordinária sem a respectiva criação da despesa; os Estados devem ser obrigados a prestar informações sobre sua administração e finanças à União; a questão da “igualdade de direitos dos estrangeiros não pode ter um caráter tão absoluto”, como a letra da Constituição parece prescrever, etc.¹⁰⁶

Muitos julgam o temperamento de Bernardes como “autoritário” e “vingativo por natureza,”¹⁰⁷ mas apesar da maioria dos jornais da época criticarem as atitudes de Bernardes há, em contrapartida, uma outra parte que tenta defender sua atuação no cenário político nacional:

Com causas as mais variadas, resultantes de erros coletivos, históricos e conjunturais, todas elas somaram-se para gerar o clima de subversão que antecedeu e marcou o seu governo, inclusive as decorrentes da Grande Guerra e da nossa crise de crescimento, tudo a concorrer para a generalizada desordem espiritual e material.¹⁰⁸

Assim, o governo de Bernardes deve ser julgado à luz de sua conjuntura. A ala defensora do presidente ainda complementa que Bernardes representa uma “estrutura metálica, uma segurança, um sistema sólido, ancorado na realidade”. Além disso, algumas virtudes são levantadas: “fidelidade irrestrita ao compromisso e à palavra empenhada” levando ele a uma

¹⁰⁵ APM. Belo Horizonte, 1925. p.6-7. (Mensagens Presidenciais).

¹⁰⁶ APM. Belo Horizonte, 1924. p. 6-9. (Mensagens Presidenciais).

¹⁰⁷ BREDA DOS SANTOS, 1996, op. cit., p. 96.

¹⁰⁸ APM. Belo Horizonte, [19--?]. (Cx. 03, AB-F, doc. 64).

“inabalável decisão de ir até o fim, a qualquer custo.”¹⁰⁹ Procurar-se-á pensar todas essas características da personalidade de Bernardes e do momento histórico vivido no seu quadriênio correlatos para tentar fazer um julgamento mais fiel do personagem Bernardes e a partir disso tentar compreender o papel desempenhado por esse estadista na Liga das Nações, assunto do próximo capítulo.

¹⁰⁹ APM. Belo Horizonte, 1945. (Cx. 02, AB-F, doc. 47).

CAPÍTULO 4 O SURGIMENTO DA LIGA DAS NAÇÕES E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

4.1 Antecedentes da Liga das Nações

A Liga das Nações¹ é a primeira grande organização internacional de muitas outras que vêm aparecer no mundo contemporâneo. Ela favorece a idéia de que as relações internacionais devem ser pautadas pela via diplomática através de negociações públicas e amistosas. Sua inspiração liberal tenta superar a tradicional estratégia geopolítica européia e cria a expectativa de organizar racionalmente as relações estatais a partir de uma instituição multilateral. Todavia, tal superação não é completa, o que forma o grande binômio do pós-1919: a transposição de dois planos, a saber, a tradicional geopolítica européia e o multilateralismo da Liga das Nações.

Os antecedentes da Sociedade das Nações que impulsionam, de certa forma, uma nova maneira de pensar as relações entre os povos têm seu histórico iniciado pela Paz de Westfália². Firmado em 1648, este tratado vem definir o conceito de nação firmando a idéia de que os Estados são entidades soberanas e que não há nenhuma outra autoridade acima deles. A decadência do absolutismo e sua substituição pelo liberalismo geram a soberania nacional expressa na eleição dos governantes e num poder despersonalizado. A nação se torna responsável pelos compromissos e disputas entre outros soberanos. Emerge um sistema pluripolar de Estados que tem como guia da política externa os interesses nacionais, além da criação das representações diplomáticas. Concomitante a esse processo, há a separação do poder da Igreja e do Estado e uma limitação do poder executivo. A Paz de Westfália, implementando esse mecanismo inter-estatal, vem caracterizar o sistema capitalista. A estratégia do desenvolvimento do capitalismo guia-se pela integração desse novo sistema num círculo de constante busca pelo equilíbrio de poderes. As nações, recém definidas em seu conceito, vivem nas suas relações externas uma acirrada disputa pelo poder, atribuindo à questão militar uma importância ímpar nas relações internacionais. Após esse período, verifica-se um crescente nacionalismo econômico, uma colonização direta e um sucesso do mercantilismo francês e britânico. Surgem como reações a esse sistema, revoltas e

¹ Liga tem uma idéia de uma associação contra qualquer coisa, ao passo que Sociedade tem o caráter de ser a favor da paz e da harmonia entre os povos. ALMEIDA, Renato. **Liga das Nações**: constituição, estrutura e funcionamento. Rio de Janeiro: A Noite, 1938. p.27.

² Os Tratados de Westfália encerram a Guerra dos 30 Anos (1618-1648) entre os Habsburgo e outras potências européias que impedem a Espanha de construir uma monarquia universal católica.

revoluções entre governantes e governados. A Revolução Francesa em 1789 e a Independência Americana em 1776 são os eventos mais marcantes.

Durante esse primeiro período³ destacam-se autores como abade de Saint Pierre (1713), Rousseau (1761), Bentham (1789) e Kant (1795). Eles não têm ainda a idéia de criar uma organização internacional, mas já pregam a necessidade de se fazer a paz. Além da importância das obras desses autores, é de se destacar também o Pacifismo Religioso e o Direito Internacional como agentes reguladores das relações no sistema global. As influências desses dois ramos, às vezes despercebidas numa instância imediata, trazem novas idéias e influem na vida das pessoas. Enquanto a religião invoca um sentimento de moralidade, o Direito Internacional discute o pacifismo, as regras de conduta dos Estados, as leis de guerra. Como precursor deste movimento está o nome de Hugo Grócio cuja obra “Direito da Guerra e da Paz”, publicada em 1625, faz uma diferença entre guerras justas e injustas. Embora esse período assinale o começo de um movimento pró-paz, o resultado não é suficiente para que os estadistas coloquem em prática tal programa.

Um segundo momento de relevância na pré-história da Liga das Nações vem com o Congresso de Viena⁴ em 1815 - uma tentativa de restaurar o sistema de Westfália. O resultado do Congresso cristaliza a estabilização de um equilíbrio de potências e molda a *realpolitik* buscando a manutenção da ordem continental. Porém, a tentativa de restauração cede lugar a uma superação de Westfália, pois as nações estão agora sujeitas a uma autoridade superior, o mercado mundial, que tem suas próprias leis e prega o livre comércio no sistema. Nesse segundo período há o avanço do movimento contra a guerra na política prática, apesar de permanecer ainda a predominância do nacionalismo e militarismo manejando os recursos do poder. A arbitragem, a diplomacia aberta, a limitação de armamentos nacionais mediante acordos não agradam aos estadistas, mas a estes já não convêm expor abertamente essa posição realista. É nesse instante que se constata a presença de algumas correntes que influenciam o processo de paz. O Internacionalismo é uma delas preocupado, principalmente, com a cooperação prática entre países. O Internacionalismo sofre a influência direta da nova conjuntura do sistema internacional

³ Sobre os três períodos antecedentes à Liga das Nações Cf. WALTERS, F. P. **Historia de la Sociedad de Naciones**, Madrid: Tecnos Madrid, 1971. p. 22-32.

⁴ O Congresso de Viena e o Sistema de Metternich redesenham as fronteiras da Europa e reorganizam os Estados suprimindo o espectro de Napoleão. A Santa Aliança articula-se defendendo o princípio da legitimidade, mas é definitivamente fracassado em 1848, ano da “primavera dos povos” quando as revoluções liberais tomam conta do continente europeu.

marcada pelo aumento do comércio exterior, desenvolvimento industrial, aumento populacional, maior intercâmbio entre povos e intensificação das relações governamentais entre diferentes nações. Dentro dessa corrente emerge a compreensão de que cada país não pode agir de acordo com seus próprios interesses sem se preocupar com o mercado e com as relações que mantêm com as outras nações. Assim, surgem vários congressos para discutir temas variados de interesse amplo, como as constantes reuniões pan-americanas. É de se ressaltar, todavia, que tais conferências estão “limitadas a assuntos que não alteram a situação estratégica, econômica ou política de cada nação.”⁵

Além do Internacionalismo, o Concerto Europeu é outra tentativa de influenciar o processo de evolução da paz. É um instrumento que busca acentuar as consultas entre as grandes potências a fim de discutir questões referentes às relações entre si e tentar controlar as eventuais crises que possam surgir dessas interações.

Há, por fim, nessa fase, certa intensificação do pacifismo e do direito internacional avançando em áreas como a arbitragem. Entretanto, não existe, na maioria dos casos, nenhum acordo ou tratado que regule esse sistema de mediação entre os governos. Aos poucos é que vão aparecendo formas mais concretas de negociação com o firmamento de tratados de direito internacional. Nessa fase destacam-se as Conferências de Haya, que têm por objetivo “assegurar a todos os povos o benefício de uma paz real e duradoura”, sobretudo no que se refere à questão armamentista. Porém, o sucesso de seus intentos deixa a desejar, pois as propostas acerca da limitação dos armamentos não atingem as metas esperadas; a idéia de estabelecer qualquer obrigatoriedade no que se refere à arbitragem não se vinga, especialmente, nas áreas mais críticas e, também, não efetiva um acordo sobre a implementação de um Tribunal Permanente. Apesar disso, deve-se reconhecer que as Conferências de Haya são um ato internacional de grande relevância para o começo da “vida corporativa” entre as nações.⁶ É mister observar que já nessas Conferências, o Brasil começa mostrar ao mundo sua política internacional, defensora da igualdade jurídica dos Estados, através de Rui Barbosa.

Por último, vem o terceiro período antecedente à Sociedade das Nações, a Primeira Guerra Mundial. Esta é considerada um “caos sistêmico” que abala todas as estruturas do sistema internacional e afeta diretamente a situação interna dos mais distantes países. As conseqüências

⁵ WALTERS, op. cit., p.22-32.

⁶ Ibid., p.22-32.

econômicas do pós-guerra são visualizadas nas enormes dívidas externa e interna, nos gastos com reconstrução e reparação, na obstrução dos canais de comércio e no aumento das barreiras alfandegárias. Além disso, ainda existem, terminada a grande guerra, conflitos menores e localizados por todo o mundo que não foram eliminados.⁷

O pós-guerra presencia também uma derrota das antigas aristocracias, além do surgimento de linhas de esquerda que lutam por uma igualdade de tratamento. O Brasil não escapa dessa tendência presenciando a manifestação de várias greves. Uma outra marca do pós-guerra é o início do deslocamento do centro hegemônico da Europa para o continente americano. A *Belle Époque*, representando o ápice do imperialismo europeu, não suporta o progresso e a crescente conquista dos Estados Unidos da América no mundo. Essa mudança de referência é fato comum nas relações internacionais que tem, a longo prazo, um caráter aleatório de acomodação. As grandes nações de ontem não representam mais um modelo de gerência no sistema de hoje, ao passo que as grandes potências atuais poderão não ditar mais as regras de amanhã. O que era impossível ontem pode se tornar condição necessária amanhã.

Reconhecendo todas essas mudanças na conjuntura internacional, a Primeira Guerra desencadeia uma gama de impulsos a introduzir novos conceitos, diferentes visões e perspectivas que têm reflexos tanto na estrutura organizacional do sistema externo quanto nas políticas internas de cada país. A ligação das relações exteriores com as atividades internas das nações e vice-versa é confirmada por Duroselle que argumenta que “não existe nenhum ato de política exterior que não tenha um aspecto de política interna.”⁸ Com efeito, um conjunto de fatores vem contribuir para o despertar desse novo modo de ver o mundo, além da introdução de teorias idealistas que mudam as linhas de pensamento de caráter intelectual. A reação moral aos horrores da guerra é traduzida na escola idealista que enfatiza “a comunidade de normas, regras e idéias” tendo como fonte a noção do direito natural que implica a “justiça como arcabouço das relações entre os Estados.”⁹ As conseqüências imediatas causadas pela guerra como miséria, desequilíbrio no comércio internacional, desordem social, inflação generalizada e desemprego vêm preconizar a necessidade de mudança. Esse espírito de inconformidade gera nas ordenações internacionais a

⁷ Principalmente no lado oriental podem-se perceber esses conflitos localizados. Exemplo: Armênia e Geórgia haviam declarado sua independência; Estônia e Lituânia estavam em guerra com a Rússia, tensões entre Hungria e Romênia, só para citar alguns.

⁸ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império perecerá**: teoria das relações internacionais. Brasília/DF: Ed. UnB, 2000. p. 57.

⁹ MAGNOLI, Demétrio. **Manual do candidato**: política internacional. Brasília/DF: FUNAG, 2004. p. 20.

introdução de uma nova maneira de pensar o mundo inserindo nesse sistema o chamado *soft power*.

O *Soft Power* representa novos mecanismos de interação nas relações internacionais afastando o sistema de equilíbrio de forças, baseado em alianças armadas e negociações secretas e introduzindo um compromisso sustentado pela ordem moral, pela força da opinião pública¹⁰ internacional e pela instauração de organismos internacionais - como a Liga das Nações. O equilíbrio de poder, como mecanismo auto-regulador da ordem, não conseguiu evitar a guerra sendo, por essa razão, atacado. Percebe-se, assim, que o cenário imediato do pós-guerra é marcado por uma vontade no sentido de se firmar um sistema mais justo e eqüitativo, baseado em princípios claros de lei internacional e centralizado numa associação universal de nações que reforça os recursos de poder e atua para manter a ordem mundial. Uma busca pelo direito de autodeterminação dos povos, pela segurança coletiva e pelo abandono de uma rigidez caracteriza esse novo pensar as relações exteriores no qual uma Liga das Nações é criada para concretizar tais objetivos. A opinião pública passa a ter uma extensão cada vez maior, o que gera “focos nacionais de poder e influência” formando, por sua vez, grupos de pressão e fortalecimento da consciência nacional.¹¹ O desejo de dar efeito aos princípios de liberdade nacional e individual é um dos grandes incentivadores do empreendimento da Sociedade das Nações.

Combinando esses diferentes níveis de análise, chega-se à conclusão de que a guerra tem dois lados: miséria e destruição de um e necessidade de mudança de outro. Até a Primeira Grande Guerra nenhuma proposta de reorganização mais radical e prática da diplomacia internacional havia sido objeto de programa da política exterior de nenhum país.¹² Porém, os quatro anos de guerra foram suficientes para estimular uma consciência política mais idealista na esperança de evitar a repetição de uma guerra tão desastrosa. O pós Versalhes é um momento de construção da ordem internacional. Infere-se nessa instância a preocupação em instituir uma nova distribuição de poder nesse ambiente assimétrico composto de Estados soberanos. Entretanto, como afirma

¹⁰ Válido observar que em fins do século XVIII, Jeremias Bentham queria dar à imprensa liberdade completa para publicar todos os acordos e, dessa maneira, permitir que a opinião pública não só conhecesse os trâmites, mas pudesse fazer seu julgamento. PRAZERES, Otto. **A Liga das Nações**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. p 146-147.

¹¹ MAGNOLI, op. cit., p. 17.

¹² Apesar de não se ter ainda uma proposta suficiente para uma organização de porte internacional ensaios preconizam a criação da Liga das Nações como a *League to enforce peace* fundada por Taft nos EUA em 1915, *League of Nations Society* e *League of free Nations* na Europa.

Walters o “tempo foi demasiado curto para que se aprendesse completamente a lição”.¹³ Foi suficiente para se planejar soluções, mas não o bastante para que os Estados aprendessem a equilibrar sua soberania com os interesses da comunidade internacional. O que ainda estão em jogo, no pós-1919, são as posições absolutas e relativas de poder entre os Estados. Essa contraposição de poder e hegemonia insistem em esbarrar nas convicções liberais de estabelecer uma instituição cujo foco seja a cooperação e a modificação de comportamentos. Os ideais dessas convicções estão além da capacidade prática do sistema anárquico internacional. A Liga das Nações não escapa desse mal. Suas premissas inovadoras não conseguem romper os antigos valores aristocráticos. Há, de fato, a vinculação e a coexistência de dois processos marcados, por um lado, pelas idéias inovadoras centradas na Liga das Nações e, por outro, pelos resultados geopolíticos das Grandes Potências européias. É com essa perspectiva que deve ser vista a ambivalência do pós-Versalhes.

4.2 A questão do ideal

A dificuldade em se implementar um ideal esbarra muitas vezes em outras condições preestabelecidas que se chocam com esses novos pensamentos. Para entender o que é “o ideal,” Abreu de Moreira fornece sua contribuição caracterizando-o como a “primeira manifestação de pensamento” do qual todas as grandes obras da humanidade realizadas pelo homem, seja na arte, na ciência, na política “têm como ponto de partida esse ideal.”¹⁴ Assim, a Liga das Nações não surge de forma diferente, é por força do ideal dos estadistas, da opinião pública, de todas as pessoas unidas por uma solidariedade no pós guerra, que é incentivada a criação do projeto de uma organização que possa manter a ordem e a paz mundial.

Todavia, nem sempre a fase de se colocar em prática um ideal é fácil. Quando se afirma que o ideal da Liga das Nações está além da capacidade prática é pelo fato da realidade nem sempre estar preparada para acatar ideais tão revolucionários. Para compreender essa idéia tomam-se emprestadas as palavras de Visconde Grey, Ministro das Relações Exteriores da Inglaterra:

¹³ WALTERS, op. cit., p. 34.

¹⁴ ABREU, A. Moreira de. A Liga das Nações. **Diário de Minas**, Belo Horizonte, 26, jul. 1918. p.7-8. APM.

Projetos há que existem sob a forma nebulosa, numa atmosfera de tédido idealismo e que são admirados por aqueles que reconhecem que, sendo viáveis, seriam de desejar. De tempos a tempos, tenta-se concretizá-los numa forma material e torná-los de aplicação prática, seja na política nacional, seja na política internacional. Descobre-se então que aquilo que, como um ideal, parecia inteiramente desejável e simpático, não pode tornar-se utilidade prática a menos que nos disponhamos a sujeitar-nos a algumas limitações e disciplina, que seriam inconvenientes, ou a menos que estejamos preparados para vencer certas dificuldades, que a primeira vista não eram aparentes. Verifica-se que o ideal tem um lado fácil e simpático de par com um lado rígido e desagradável.¹⁵

Assim, esses projetos com alto viés de idealismo são extremamente difíceis de serem colocados em prática. E para que isso ocorra é necessária uma grande inserção de energia e boa vontade que, na maioria das vezes, exige uma abdicação de algumas prerrogativas em prol de um bem maior. Muitos dos idealizadores de tais projetos sentem, não raro, “paralisados” diante das dificuldades de se colocar em prática esses ideais; para complementar, os que nunca hão desejado tais obras opõem-se ainda mais a essa proposta prática. Essa parece ser a história da Liga das Nações, um ideal com imensa dificuldade de se encaixar à realidade, desejado por muitos, todavia com reservas de outros tantos que não querem sofrer as limitações que lhe são impostas, principalmente, no que se refere à sua soberania.

Mas o período em que se cria o Pacto das Nações é um momento peculiar na história internacional o qual pode dar à Liga uma oportunidade de sucesso. Há nesse instante, como defende Grey, “algo mais em jogo”, pois “ou toda a civilização moderna parece como aconteceu a anteriores civilizações de outros tipos ou tem que viver e progredir”. E para que essa última opção se realize as “nações empenhadas no conflito, e mesmo as que são meras espectadoras devem aproveitar as lições que lhes são ministradas pela experiência da guerra.”¹⁶ Somente assim, aprendendo lições novas é que se pode aliviar as conseqüências da guerra e não vê-la como uma simples e grande catástrofe, mas sim, como a apoteose de novas mudanças. Para ele, a regra da vida é ou “aprender pela experiência ou sofrer.”¹⁷ Sob esse aspecto, parece sublinhar uma chance para a Sociedade das Nações manifestar seus ideais, apesar das dificuldades inerentes a qualquer ação prática de um objetivo idealista.

¹⁵ ABREU, A. Moreira de. A Liga das Nações. **Diário de Minas**, Belo Horizonte, 26, jul. 1918. p. 8-9. APM.

¹⁶ *Ibid.*, p. 29-30.

¹⁷ GREY apud PRAZERES, op. cit., p. 209-210.

O próprio Visconde de Grey aponta algumas dicas para se concretizar a intenção da Liga das Nações. Duas condições principais são necessárias: a primeira consiste na “aceitação da idéia, na sua aprovação plena por parte dos governos das diversas nações”. Assim, é preciso saber em que grau¹⁸ essa aprovação se manifesta no pós-guerra e se as nações estão realmente empenhadas em defender o ideal da Liga e compreender as “obrigações e restrições à ação soberana de cada um dos seus altos membros componentes”. A segunda condição para a instituição e manutenção de uma Liga das Nações é a união de todas as nações contra uma outra caso esta rejeite os processos pacíficos e recorra à força. Acredita o ilustre político britânico, que basta a pressão econômica da Liga para “fazer voltar o Estado transviado ao caminho das boas normas internacionais”. Para finalizar, Grey afirma que se os indivíduos dos países civilizados aceitam limitações e obrigações no âmbito nacional através do estabelecimento da lei – e se esses indivíduos tentam fugir das regras legais o Estado, que representa a “força conjugada de outros indivíduos”, os embarga - o mesmo pode ocorrer no âmbito internacional¹⁹. Com esse pensamento, Grey equilibra a difícil implementação de um ideal manifestando uma esperança na Sociedade das Nações.

Woodrow Wilson, presidente norte-americano, tem um pensamento parecido com o de Grey como observado num discurso feito por ele em 4 de julho de 1918 no Mount Vernon: “o que procuramos é o reinado da lei, baseado no assentimento dos governados e firmado na opinião organizada da humanidade”. Esses objetivos, continua ele, “só poderão ser realizados quando ficar bem claramente determinado qual é o desejo dos povos pensantes do mundo na sua ansiosa esperança de justiça, de emancipação social e de progresso”. Assim, o mundo precisa passar por uma “remodelação e aperfeiçoamento dos costumes e práticas internacionais.”²⁰ Wilson ainda complementa essa idéia em outra ocasião ao afirmar que “mais tarde virá o tempo em que os homens serão tão ardentes partidários da soberania da humanidade, como hoje o são da soberania nacional.”²¹

O eminente jurista Dr. Clovis Bevilacqua ainda acrescenta que a “soberania há de, forçosamente, ser limitada pelas próprias necessidades, que a criaram, e pelas regras de direito,

¹⁸ O próprio Grey responde essa dúvida: “Não se pode responder cabalmente a esta pergunta, mas de certo se lhe pode responder [...] isso por si, basta para dar uma nova vida e significação à idéia da Liga das Nações.” Ibid., p.29-30.

¹⁹ ABREU, A. Moreira de. A Liga das Nações. **Diário de Minas**, Belo Horizonte, 2, ago. 1918. Sem paginação. APM.

²⁰ Id. A Liga das Nações. **Diário de Minas**, Belo Horizonte, 6, jul. 1918. p.16. APM.

²¹ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, A.B-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09, doc. 397).

que organizam a sociedade.” Além disso, na sua visão “o conceito de soberania em direito público, da mesma forma que o da propriedade no direito privado, perdeu o caráter absoluto, que outrora se lhe atribuía.”²² Como resultado desse processo, a sociedade internacional “vai desdobrando e ampliando a sua órbita funcional”²³ de maneira a encontrar um ajustamento adequado para essa nova fase do pós guerra.

Tais hipóteses são iluminadoras para uma compreensão mais abstrata das concepções feitas por Melo e Silva nas quais as idéias precisam ser processadas na dimensão subjetiva dos atores atuantes. Há uma “mediação entre o mundo real - ‘ambiente operacional’ - e as representações mentais – ‘ambiente psicológico.’” Com efeito, situações que envolvem “sistemas de crenças”, “lições do passado” influenciam na escolha das estratégias tomadas pelos articuladores da política, fazendo com que tais idéias tenham impacto sobre essa formação.²⁴ Sob esse aspecto, as idéias, mais que representar uma distância com a prática, ainda convivem com um fator intermediário e intangível na própria pessoa possuidora de determinada idéia que tem de articular e filtrar seus pensamentos para fazer associações políticas. Desse ponto de vista, pode-se afirmar que existem dois caminhos entre a idéia e prática. Um está na engenharia do próprio psicológico do ator que formula suas ações políticas através do filtro das idéias preconcebidas e o outro está no caminho entre as ações políticas criadas a partir da interpretação de tais ideais e sua colocação em prática no ambiente real e operacional.

De acordo com o sumariamente exposto, as idéias não podem ser alternativas excludentes, elas produzem impactos sobre as formulações da política e interagem com o comportamento dos atores. Isso explica, em parte, a posição assumida por Artur Bernardes na Liga das Nações efetuando uma estratégia guiada por certa preferência ou identidade em constituir políticas agressivas e intransigentes moldadas por sua própria formação como homem político. Formação esta que agrega um temperamento difícil e comprometido em ir até o fim com a decisão tomada.

Não apenas Bernardes possui esse fator cognitivo, mas todos os atores envolvidos no processo de constituição da nova ordem pós-Versalhes, uma vez que a condução das relações exteriores é tarefa não apenas do Governo Federal, que centraliza os interesses das elites políticas domésticas, mas também dos diplomatas representantes em Genebra. Bernardes e os delegados

²² ABREU, A. Moreira de. A Liga das Nações. **Diário de Minas**, Belo Horizonte, 6, maio. 1919. p. VI. APM.

²³ Id. A Liga das Nações. **Diário de Minas**, Belo Horizonte, 4, set. 1918. p. 23. APM.

²⁴ SMITH apud SILVA, Alexandra de Mello e. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. **Revista Brasileira de Política internacional**, Brasília/DF, ano 41, n. 2, p. 143-144, 1998.

brasileiros interpretam a realidade internacional, definem suas ações estratégicas através do papel ativo das idéias e tentam implementar tal intento na arena política. Vale lembrar que para que esses ideais tenham chances de serem concretizados é mister o ator acreditar veemente nas suas idéias e fazer com que as mesmas se conectem entre si e com a realidade na qual querem inseri-la.

No caso específico brasileiro, existem crenças e idéias que apresentam maior continuidade, como sua política exterior dotada de elementos pacifistas, de não-intervenção e de respeito ao Direito Internacional, que oferecem suporte à diplomacia brasileira para materializar sua aspiração a um desempenho protagônico no centro das decisões multilaterais. Nesse caso, as idéias e comportamentos brasileiros se incorporam ao ideal da Liga favorecendo a defesa brasileira por um assento permanente no Conselho Executivo. A compreensão desses ideais, mais que a mera explicação, passa por um processo de percepção, experiência e emoção. As Políticas de Governo, situadas num contexto de insegurança e dotadas elas mesmas da incerteza dos agentes, utilizam a influência das idéias e um conjunto de valores e interesses latentes para forjar novas alianças, novos contatos e relações, como no caso da Liga, que agrega interesses comuns forjados na arena política. Com efeito, novas interpretações são feitas, novos papéis são determinados, novas categorias de representação são criadas.

Diante desse quadro, portanto, vai se moldando a idéia da Liga das Nações. Essa idéia vai ganhando força devido ao momento histórico causado pela guerra. Com o prolongar do conflito, as vantagens parecem cada vez menores e o desgaste é visível. Assim, o desejo por uma paz duradoura começa a crescer, até mesmo entre os próprios militantes. A inoperância desse recurso bélico torna-se evidente diante de tanta destruição e sofrimento. Por todo o mundo começam a surgir várias conferências discutindo a paz e pregando a urgência de se instituir um novo sistema internacional. Do lado russo, Lênin e Trotsky dirigem uma convocação aos trabalhadores do mundo para que se neguem a continuar na guerra. No Brasil, o movimento de esquerda preconiza um forte desejo de busca pela paz através da solidariedade dos trabalhadores e condena todas as nações beligerantes que perturbem a paz do sistema internacional. A Igreja também faz seu apelo. Em resumo, o panorama pós-Versalhes confere engajada preocupação com a paz. Lord Robert Cecil, primeiro ministro britânico, chega a afirmar que o estabelecimento da Sociedade é a tarefa mais importante que pode empreender um estadista. Em 5 de janeiro de 1918 ele faz um resumo das metas de seu governo na guerra:

Em primeiro lugar, a santidade dos tratados deve ser restabelecida; segundo, se deve assegurar um acordo territorial, baseado no direito da autodeterminação ou no consentimento dos governados, e, por último, devemos tratar, mediante a criação de alguma organização internacional, de limitar a carga de armamentos e diminuir o perigo da guerra.²⁵

Do outro lado do continente, quase ao mesmo tempo, em 8 de janeiro de 1918 discursa Woodrow Wilson no Congresso americano palavras parecidas com as de Cecil: “uma associação geral de nações dever ser formada sob um acordo específico com o propósito de permitir garantias mútuas de uma política independente e uma integridade territorial para as grandes e pequenas potências igualmente.”²⁶

Assim, surge a idéia da Liga das Nações. Wilson, seu grande precursor, elabora uma proposta denominada os *Catorze Pontos de Wilson* que deve ser seguida para se atingir a paz. No geral, esses catorze pontos se caracterizam pela diplomacia aberta, liberdade dos mares, desarmamento generalizado, remoção de barreiras comerciais e, especificamente, no décimo quarto ponto ele defende a criação da Liga das Nações.

Esse novo ideal sistêmico propõe uma ruptura com os tradicionais mecanismos de política externa. A maior projeção do *soft power* insere nas relações internacionais outros atores além do Estado; a Sociedade das Nações surge com o intuito de guiar o mundo para a paz. Princípios como os da autodeterminação nacional e do comércio livre adquirem maior significação. A opinião pública ganha força e o idealismo desponta como corrente ideológica de maior aceitação. Os discursos dos estadistas se pautam por uma forma pacífica e suas negociações não devem mais ser secretas. As disputas entre os Estados devem ser resolvidas pela arbitragem ou qualquer outro meio de mediação, afastando a idéia de guerra. Os armamentos precisam ser reduzidos e os tratados devem ser publicados. Intenta-se estabelecer um tribunal permanente. Essas são as principais mudanças a serem implementadas no pós-guerra. Edward Carr, apesar de ser um crítico do idealismo, destaca que a campanha empreendida nesse período proporciona a reflexão de que “politicamente, a doutrina da identidade de interesses comumente toma a forma de um pressuposto de que cada nação possui um interesse idêntico na paz, e que toda nação que deseje perturbar a paz é, portanto, irracional e imoral.”²⁷ Todavia, esse “euforismo” inicial vai cedendo espaço para a re-acomodação das tradicionais relações de poder. Essa corrente utópica não

²⁵ WALTERS, op. cit., p.38.

²⁶ HENIG, Ruth B. **O Tratado de Versalhes (1919-1933)**. São Paulo: Ática, 1991. p. 38. Tradução nossa.

²⁷ CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília/DF: Ed. UnB, 1981. p. 59.

consegue materializar seus objetivos e criar um sistema mais justo e harmonioso. Como visto anteriormente, várias tentativas de desarmamento não saem do papel, muitas conferências não são ratificadas e questões ligadas à soberania impedem que as ações da política externa sejam guiadas para o bem comum. Com efeito, a obra representativa do idealismo não implica uma ruptura com o sistema internacional, mas sim uma superposição de valores. Ela introduz novas idéias que têm de coexistir com as tradicionais relações entre Estados.

4.3 O Tratado de Paz e a formação da Liga das Nações

Vários planos e projetos surgem para estabelecer a estrutura e a constituição geral da Liga das Nações. Entretanto, nenhum trabalho preparatório oficial é feito nos primeiros momentos. Quando Wilson chega à Europa, no pós-guerra, percebe que há tido pouco progresso na Conferência da Paz. Nesse meio tempo surge a publicação do General britânico Smuts, *The League of Nations: a Practical Suggestion*. Essa obra começa a desenhar as intenções do funcionamento da Liga que deve ser:

Não somente um meio possível de prevenir as guerras futuras, senão, ainda mais, como um grande órgão da vida pacífica da civilização, como o suporte de um novo sistema internacional que será erguido sobre as ruínas dessa guerra. A maior oportunidade na história se achará mediante o maior passo a frente no governo do homem. [...] a Sociedade não deve ser algo adicional, algo externo, superposto à estrutura preexistente. Deve ser uma mudança orgânica, deve estar erguida com a mesma estrutura de nosso sistema político.²⁸

Em resumo, de suas palavras infere-se que a Liga deve ter uma atividade dinâmica e contínua. As intenções de “salvaguardar a paz, organizar e regular a crescente rede de assuntos internacionais” é a base de elaboração do Pacto da Liga, que deve “ser o grande centro internacional a que todo Estado possa acudir para conselho e ajuda.”²⁹ Ela tem por finalidade “manter a paz e a justiça internacional por meio de um mecanismo de segurança coletiva.”³⁰

²⁸ WALTERS, op. cit., p. 44-45.

²⁹ Ibid., p. 46.

³⁰ BARACUHY, Braz. **Vencer ao perder**: a natureza da diplomacia brasileira na crise da Liga das Nações (1926). Brasília/DF: FUNAG, 2005. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Instituto Rio Branco, 2003. p. 33.

As negociações de paz³¹ vão, então, prosseguindo e abordando discussões relativas a diversos assuntos desde questões territoriais, até a organização do Pacto da Liga das Nações.³² Em 25 de janeiro de 1919 reúnem-se em Paris dirigentes de 32 países para assinar o Tratado de Versalhes. Este armistício de paz em suas 440 cláusulas trata, dentre outras coisas, das reparações de guerra, desarmamento e segurança, indenizações e da criação da Liga das Nações. Alguns autores como Keynes, por exemplo, critica o tratado por ter se “afastado demasiado” dos 14 pontos de Wilson.³³ Versalhes não consegue produzir uma estrutura estável no continente, o que acaba multiplicando as áreas de tensão e os atritos. O presidente americano, todavia, rebate a constatação de Keynes afirmando que a Liga das Nações corrigirá as imperfeições e compensará os erros do Tratado de Versalhes. Há, nesse sentido, uma preocupação quanto à instauração desse tratado de paz, principalmente no que se refere à Liga das Nações. Prova disso é a declaração de Clemenceau no dia da assinatura do armistício: “vencemos a guerra, agora, temos que vencer a paz e isso pode ser mais difícil.”³⁴ Como o Pacto da Liga das Nações é parte integrante do Tratado, a Sociedade só começa a funcionar quando o Tratado entra em vigor. Isso ocorre, enfim, em 10 de janeiro de 1920, data inaugural da Liga. A partir desse momento, o mundo tem um “órgão protetor” de personalidade internacional que vem “traçar a rota jurídica a seguir na órbita internacional.”³⁵

Diferentes propostas são feitas para a implementação do Pacto. Dentre elas encontra-se a de Léon Bourgeois, que defende uma organização militar na Liga das Nações para casos

³¹ Perceber que quem participa oficialmente dessas negociações na elaboração dos tratados são as potências aliadas. Estas não permitem que os vencidos e neutros façam parte, a não ser para expressar sua opinião e ponto de vista em reuniões informais. O Brasil envia três representantes para participar das negociações, graças ao apoio dos Estados Unidos, com o argumento que o país possui muitos imigrantes alemães, então sua participação é imprescindível. Já na Conferência, os representantes brasileiros notam a diferença de papel das grandes e pequenas potências.

³² Em relação à Liga das Nações chegam ao seguinte acordo: “1) É essencial para manter a estabilidade do mundo que as Nações associadas estejam agora reunidas para estabelecer a criação de uma Sociedade das Nações para promover a cooperação internacional, para assegurar o cumprimento das obrigações internacionais acertadas e para prever salvaguardas contra a guerra. 2) Esta Sociedade deve ser criada como parte integral do Tratado de Paz geral e deve estar aberta a todas as nações civilizadas, as quais podem confiar nela para promover seus objetivos. 3) Os membros da Sociedade devem reunir-se periodicamente em uma conferência internacional e devem ter uma organização permanente e um secretariado para levar a cabo os assuntos da Sociedade nos intervalos entre as Conferências. A Conferência, portanto, nomeia um Comitê representativo dos governos associados para trabalhar nos detalhes da constituição e das funções da Sociedade. WALTERS, op. cit., p.48-9.

³³ Cf. KEYNES, John Maynard. **As conseqüências econômicas da paz**. Brasília/DF: Ed. UnB, 2002. passim.

³⁴ HENIG, Ruth. **Versailles and after 1919-1933**. New Work: Lancaster Pamphlets, 1995. p.15.

³⁵ ABREU, A. Moreira de. A Liga das Nações. **Diário de Minas**, Belo Horizonte, 4, jul. 1918. p.13. APM.

eventuais.³⁶ A proposta é negada de imediato por potências como Inglaterra e Estados Unidos. Um anteprojeto é também apresentado, inclusive, no Parlamento alemão, pelo deputado Erzberger, que discute questões referentes à liberdade dos mares, armamentos, estrutura da Liga e, por certo, considera a presença da Alemanha neste órgão. Esse projeto, todavia, nem é levado em consideração pelos idealizadores do Pacto mesmo porque a Alemanha não faz parte da cúpula organizacional. Por conseguinte, é aprovada a tese inglesa que levanta o pressuposto de que a Liga terá apenas uma força moral para atender aos problemas internacionais não estando dotada, portanto, de autoridade legal nem recursos militares para fazer efetiva sua autoridade. Assim é desenhada a primeira imagem de como funcionará essa nova organização internacional. Vários outros aspectos entram em pauta nas discussões referentes à estrutura organizacional da Liga. Mas antes de entrar nesse debate há ainda outras questões que devem ser ressaltadas relativas às dificuldades iniciais de se concretizar o Pacto.

As previsões iniciais de Grey, de que a colocação em prática de um ideal enfrenta em seu percurso muitos obstáculos, parece se confirmar no caso da Liga das Nações. Nos Estados Unidos, país do homem precursor do ideal da Sociedade, os ventos começam a soprar contra suas idéias. Iniciam-se no Congresso americano as eleições e Wilson, tentando angariar votos para seu partido, discursa pedindo ao povo que vote por uma maioria democrata a fim de facilitar as negociações e apoiar o plano de paz. Esse fato indigna os republicanos, que acreditam que Wilson está se aproveitando da situação para influenciar a votação interna do país. O resultado final das eleições é uma vitória para o Partido Republicano e uma derrota para Wilson. Como resultado, é formada nos Estados Unidos uma campanha contra a Sociedade das Nações feita por seus opositores que defendem “uma política de afastamento dos perigos e misérias da Europa.”³⁷ A autoridade de Wilson está, paulatinamente, sendo minada. Sob esse aspecto, parece que o mundo e, especialmente, a Liga das Nações perde o apoio do país que será o grande destaque nas relações internacionais no pós-guerra.

³⁶ Essa orientação tem explicação na constante rivalidade geopolítica entre França e Alemanha, por isso a preocupação dos franceses em constituir uma organização forte para fiscalizar atos e restabelecer o direito quando violado.

³⁷ WALTERS, op. cit., p. 42-50.

Com efeito, as críticas contrárias à assinatura do Tratado vão ganhando força e o senado americano acaba reprovando o acordo.³⁸ Dessa maneira, os Estados Unidos abandonam a recém criada Sociedade das Nações e mantêm seu isolamento e sua recusa em assumir compromissos coletivos, fundamentalmente pelo fato desse país ter consciência de sua força individual. Essa consciência se deve pelo ensejo do pós-guerra em sublinhar uma nova distribuição de poder com destaque para o país americano. A não presença dos Estados Unidos na Liga revela que os interesses da política interna ainda são mais acentuados que a dedicação a um plano de ordem internacional em prol da paz. Os reflexos da atitude norte-americana fazem-se sentir por toda a história da Liga. Num primeiro momento, geram insegurança e insatisfação entre alguns membros em relação à eficácia que a Liga pode produzir. Não somente perde força política, mas a capacidade da Liga em proteger seus membros em tempo de guerra parece ter decaído, além dos recursos financeiros que essa nação poderia fornecer à organização. A longo prazo, os reflexos são percebidos, inclusive no Brasil, que sente a falta da representação permanente de um país americano no Conselho de Segurança e, por essa razão, formula a hipótese de substituição dos Estados Unidos enquanto este estiver fora³⁹.

Alguns outros países também colocam empecilhos ao assinar o Tratado de Versalhes tardando, por consequência, o início das atividades da Liga. A Alemanha está entre esses países, pois, em princípio, demanda que seja oferecido um lugar para ela na Sociedade das Nações como prova da reconciliação entre os beligerantes. Wilson e Clemenceau consideram a hipótese, mas afirmam que essa nação deve primeiro demonstrar “mudança de atitude” para merecer fazer parte de uma organização tão sublime. Essa mudança de atitude significa para Wilson “desenvolver uma democracia efetiva” e para Clemenceau “levar a cabo o estipulado no Tratado”.⁴⁰ Esse fato evidencia que a candidatura alemã a membro da Liga é uma hipótese futura aceitável e, até certo ponto, planejada; sendo apenas uma questão de tempo.

³⁸ Os motivos pelos quais os EUA não ratificam o Pacto são: Os EUA possuem menos votos que a Inglaterra em função dos domínios e colônias desta última; o Pacto contraria a tradição norte-americana de não imiscuir nos assuntos europeus; os EUA não desejam comprometer-se militarmente com a defesa da integridade territorial e da independência política dos membros da Liga; tampouco querem participar de boicotes e bloqueios pacíficos decretados pela Liga, guardando para si o direito de decidi-lo soberanamente. VASCONCELOS, Rui Pinheiro. **A retirada brasileira da Liga das Nações**. 1993. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. p.11.

³⁹ Melo Franco sugere a fórmula pela qual o Brasil ocuparia o lugar dos Estados Unidos e a Espanha o da Alemanha. A Espanha reage de maneira negativa à essa sugestão e então o Brasil muda sua afirmativa colocando a Espanha como um representante dos países hispano-americanos. Assim, formaria na Liga dois grupos étnicos.

⁴⁰ WALTERS, op. cit., p.81.

A grande oposição à entrada da Alemanha na Liga das Nações é a França. Desde o início das reivindicações alemãs, a França já se opunha abertamente a essa entrada. As rivalidades entre os dois países datam de bem antes, girando em torno de questões relativas ao poder. A geopolítica explica bem essa situação, pois o que está em jogo são fatores de fronteiras e domínio de territórios. Por conseguinte, está embutido nesses dois aspectos o apoio estratégico que cada uma das partes necessita para um equilíbrio de forças. O poder dirigido pela França compõe-se, principalmente, da Polônia, da Bélgica e da chamada pequena Entente, isto é, Tcheco - Eslováquia, Romênia e Iugoslávia. Com o apoio desses países, a França espera precaver-se contra o ressurgimento do poderio alemão. A Alemanha, apesar das reparações e dos obstáculos ao rearmamento, ainda pode ser considerada uma potência. Seu território não fora atingido pela destruição da guerra e a preservação da região de Ruhr, rica em recursos minerais, confere-lhe a possibilidade de uma rápida recuperação a médio prazo.

A Inglaterra é o principal país a intermediar as relações franco-alemãs com o único objetivo de conter a França nas questões referentes à Alemanha, uma vez que “uma Alemanha extremamente fragmentada pode alterar o equilíbrio de poder europeu em favor do franceses”. Assim, quando o Governo francês ocupa militarmente a região de Ruhr, em 1923, os ingleses não demoram a protestar iniciando “as gestões” no sentido de promover um acordo entre as duas partes⁴¹. As tentativas de entrada na Liga por parte da Alemanha são rejeitadas, principalmente pela França. Esse fato demonstra que a Liga é uma organização dos vencedores, ao invés de um instrumento imparcial de cooperação. As oposições dos dois países vão dominar ainda todo o ambiente da Liga das Nações, como será visto posteriormente, principalmente nos debates sobre o alargamento do Conselho de Segurança, nos quais a França usará de todas as artimanhas para garantir apoio estratégico às suas reivindicações e minar, por conseguinte, as ambições alemãs.

Não obstante, apesar do mal-estar que a não ratificação americana causa ao mundo, superado alguns dos percalços iniciais e decididas questões primordiais como a não presença da Alemanha na Liga, os idealizadores do projeto, até mesmo pela força da opinião pública e da imprensa que apóiam esse projeto, levam adiante a idéia da Sociedade das Nações e tomam fôlego para definir o aprimoramento da estrutura e funcionamento da Liga das Nações.

⁴¹ VASCONCELOS, op. cit., p.13-14.

4.4 A estrutura da Liga das Nações

A Liga das Nações é uma pessoa jurídica que goza de vários direitos como o de intervenção, o de declarar a guerra e fazer a paz, além de operar nos campos político, financeiro, administrativo, filantrópico, cooperação internacional, etc. Essa instituição compartilha, de modo consensual e voluntário, de acordos, regras e princípios atrelando os Estados e limitando, de certa forma, os interesses particulares dos membros. Mas esses procedimentos, como frisados, não possuem natureza definidora das relações internacionais, sendo apenas parte integrante de um processo maior.

A formação do Conselho de Segurança é um dos principais temas que entram na pauta de discussão dos membros da Liga das Nações. Sobre sua organização há, primeiramente, um projeto de Wilson no qual os cinco Estados promotores da Sociedade seriam “membros de um Comitê que, por assim dizer, só tem por fim assegurar a garantia da execução do Tratado de Paz”. Esse comitê seria apenas um aparelho preventivo contra a guerra por meio da execução do Pacto. Um outro projeto é lançado pelos franceses modificando essa primeira versão a qual “prevê uma Conferência Internacional Anual de todos os Estados ligados pelos tratados e que serão representados por uma delegação permanente de quinze membros.”⁴²

O representante brasileiro é contra o primeiro projeto, que defende a presença de apenas cinco membros como parte do Conselho, declarando que tal órgão não pode “tratar-se de uma espécie de Tribunal de cinco membros ao qual todos serão submetidos”. Após essas observações, é apresentada uma proposta britânica que, “num sentido mais liberal,” determina que o comitê perca seu caráter de “simples órgão executor do Pacto e adquira o *status* governamental da Liga com largos horizontes”. Para complementar os trabalhos, é aprovado, também por proposta britânica, o projeto italiano - que é o primeiro a definir a direção que vai tomar o Conselho como organização – que propõe que o Comitê seja composto pelos cinco Estados promotores da Liga, acrescido de mais outros, nomeados pelos delegados na Assembléia, “segundo os princípios e a maneira que se julgarem mais úteis.”⁴³ Nessa conjuntura, verifica-se que modificações futuras já estão previstas nessa proposta, desde que assim seja conveniente aos trabalhos da Liga, uma vez que o Pacto prevê que o desenvolvimento da Liga pode tornar necessário o alargamento do Conselho.⁴⁴

⁴² APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09, doc. 397).

⁴³ Ibid.

⁴⁴ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

Assim, o plano inicial vai se ampliando e a Liga começa a “perder seu primitivo caráter particularista de executora de um Pacto, para ir se tornando um grande aparelho de cooperação internacional”. Já não há apenas “cinco zeladores da execução de um pacto, mas certo grupo diretor de uma Liga de Nações.”⁴⁵

Em resumo fica decidido que:

Com a aprovação da maioria da Assembléia, o Conselho pode designar outros Estados cuja representação será desde então permanente no Conselho. Pode, com a mesma aprovação, aumentar o número dos Estados que serão escolhidos pela Assembléia para ser representados no Conselho.⁴⁶

O órgão vai se democratizando na medida em que o aparelho governamental da Liga se constitui de “membros natos e de outros elegíveis como vitalícios e temporários.”⁴⁷ A idéia da organização do Conselho em membros permanentes e temporários tem como justificativa a “conveniência de que os trabalhos tenham certa continuidade, que só se alcança com a permanência de alguns dos seus membros; segundo, a necessidade de se conservarem alguns Estados como principais mantenedores da Instituição”.⁴⁸ O Pacto não chega a estabelecer quais serão essas potências natas, apenas aponta que “o Conselho se comporá das Principais Potências aliadas e associadas”.⁴⁹

Leon Bourgeois esclarece, resumidamente, as funções da Liga: ela exerce uma ação jurídica, quando institui a Corte de Justiça; uma ação política, quando intervém entre Estados e uma ação orgânica, quando constitui centros da vida internacional como Organização do Trânsito, da Higiene, do Trabalho, etc.⁵⁰ Em suma, seus fins são manter a paz e resolver as controvérsias, organizando uma colaboração entre os povos.

Por proposta britânica, ainda é adotado que, salvo nos casos expressos no Pacto, as decisões do Conselho e da Assembléia serão “tomadas por unanimidade”. O entendimento desse princípio é um atributo à igualdade jurídica dos Estados e parece ir ao encontro da “proteção à soberania das Nações,” além de “impedir que a Liga adquira um caráter de super-Estado.”⁵¹ Em

⁴⁵ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09, doc. 397).

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

⁴⁹ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09, doc. 397).

⁵⁰ ALMEIDA, op. cit., p. 27-28.

⁵¹ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/1926-09-09, doc. 397).

direção a essas acepções ainda está a idéia de que a unanimidade também vem para evitar qualquer “desigualdade de direitos e deveres entre os membros do Conselho”.⁵² Ela é benéfica em certos aspectos, por exemplo, “para que as grandes potências nem sempre menosprezem a cooperação das pequenas potências”, todavia, por outro lado “ela é susceptível de tornar-se também, em muitos casos, obstáculo sério e, às vezes, prejudicial às funções mais importantes do Conselho.”⁵³

Com a conclusão do texto do Pacto da Liga - que tem durante sua formulação algumas emendas incluindo propostas do lado americano e outras feitas pelos Estados neutros -, a estrutura e funcionamento da Liga vão tomando forma. Duas versões lingüísticas são aceitas como oficiais, a inglesa e a francesa. O Pacto tem 26 artigos e um preâmbulo. Entram como membros oficiais os 32 Estados que firmaram o Tratado de Versalhes mais 13 Estados neutros. Outros Estados podem aderir-se ao Pacto desde que aprovados em Assembléia.

Os artigos II a VI do Pacto estabelecem a composição final dos órgãos da Sociedade definindo suas respectivas competências. A estrutura da Liga está alicerçada em dois suportes fundamentais: o Conselho, órgão executivo, e a Assembléia, órgão legislativo, auxiliados por uma Secretaria permanente. Há uma aprovação do nome de treze Estados neutros que são convidados a aderir ao Pacto como membros fundadores da Sociedade. Uma outra decisão importante é a de nomear Bélgica, Brasil, Espanha e Grécia para fazerem parte do Conselho Executivo ao lado dos aliados⁵⁴ até que sejam realizadas eleições para a escolha desses assentos não permanentes.⁵⁵ O Brasil faz parte da primeira designação e consegue, por mais alguns anos consecutivos⁵⁶, manter-se nesse assento não permanente.

A composição atual do Conselho tem funções “administrativas, consultivas e deliberativas, igualmente exercidas por membros permanentes e temporários.”⁵⁷ Essa idéia leva o Brasil a considerar suas “funções no aludido Conselho como consequência imediata de seu papel de

⁵² APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

⁵³ A SOCIEDADE das Nações. Exposição lida na Sociedade Brasileira de Direito Internacional pelo seu presidente Dr. Amaro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, n. 6, v. 156, 6, 5. p. 31.

⁵⁴ Quando o Pacto foi assinado, as principais potências aliadas e associadas eram cinco: EUA, Inglaterra, França, Itália e Japão. Não tendo o senado americano ratificado o Tratado de Versalhes, os EUA deixaram automaticamente de fazer parte da Liga.

⁵⁵ Brasil apela aos EUA para obter um desses assentos provisórios. Há interferência pessoal de Wilson em favor do Brasil. Além disso, é válido notar a diferença entre discurso e a realidade na política externa brasileira, pois ao defender fervorosamente a igualdade jurídica dos Estados e a representação de todos, o Brasil aceita e luta por ser um dos membros temporários a fim de garantir seus interesses no Conselho. Assim, o Brasil se rende à necessidade de assegurar uma posição de prestígio para si e pede, em termos pessoais, através de Domício da Gama, a ajuda dos Estados Unidos para conseguir um lugar como membro não permanente.

⁵⁶ Brasil conseguir se reeleger até a Assembléia de 1925 como membro não permanente.

⁵⁷ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

Estado Americano, sem entretanto pretender com isso arrogar-se quaisquer foros incompatíveis com a igualdade que todos desfrutamos na América.”⁵⁸

As funções do Conselho são, no geral, de “mera fiscalização e recomendação”. Dentre essas funções está a de “preparar planos para a redução dos armamentos”, “repelir a agressão ao território de algum dos membros da Sociedade”, “preparar projeto para uma Corte Permanente de Justiça Internacional”, “propor medidas para a execução das sentenças arbitrais”, “publicar os fatos, as explicações e os termos dos acordos propostos”, “fiscalizar a proibição do tráfico das mulheres brancas, do ópio, etc., e outros atos de natureza análoga.”⁵⁹ Por ser um órgão essencialmente político, suas decisões não se “subordinam à aplicação das regras do Direito”, mas sim, procuram as “conciliações amistosas.”⁶⁰

As reuniões do Conselho devem ser pelo menos uma vez ao ano e marcadas sempre que as circunstâncias assim o exigir. A menor quantidade de membros, se comparada com a Assembléia, facilita os debates e as reuniões. Estas se subdividem em reuniões secretas e públicas. Diversificados temas são levados para serem discutidos nas sessões públicas, como exemplo, os referentes aos Estados Bálticos e Balcânicos e os casos da Polônia e da cidade de Dantzig. Estes ocupam de tal modo a “atenção do Conselho pelos freqüentes recursos de apelação interpostos, que o próprio Conselho chama a atenção das partes para entrarem em uma conciliação”. Questões concernentes à minoria é outro assunto freqüente no Conselho, principalmente pelos seguintes litigantes: Grécia, Turquia e Armênia.⁶¹

Além do Conselho Executivo, a Liga das Nações também é formada pela Assembléia que abrange um número maior de representantes e se reúne em épocas fixadas e a qualquer momento, se assim for necessário. Em contraste, na prática, a Assembléia sofre a desvantagem inerente ao número de participantes, o que dificulta uma convocação imediata. Há quem afirme como Montarroyos que o “desenvolvimento da composição do Conselho tem como resultado diminuir o prestígio da Assembléia”. Para ele, o Conselho e a Assembléia são “duas competências paralelas, dois órgãos que agem paralelamente”⁶² e isso é uma das fissuras do Pacto, pois o poder decisório de ditar as principais regras e coordenar de maneira sistemática as relações

⁵⁸ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

⁵⁹ A SOCIEDADE das Nações. Exposição lida na Sociedade Brasileira de Direito Internacional pelo seu presidente Dr. Amaro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, n. 6, v. 156, 6, 5, p.31.

⁶⁰ ALMEIDA, op. cit., p. 200.

⁶¹ APM. Belo Horizonte, 1925. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

⁶² APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

internacionais cabe ao Conselho, que tem em seus membros permanentes, a representação da política do poder guiada pelos interesses das grandes potências.

As funções da Assembléia se resumem em: “escolher os quatro Estados que, em adição às cinco grandes potências, terão representantes no Conselho”, “aprovar, se convir, o aumento de tais representantes”, “admitir, por dois terços de votos, novos membros à Sociedade”, “confirmar a escolha do Secretário Geral”, “convidar os membros da Sociedade a reverem os tratados que se tornem inaplicáveis, assim como a examinarem as situações internacionais, cuja manutenção possa trazer perigo à paz do mundo.”⁶³

A Secretaria permanente funciona na sede da Sociedade, ou seja, em Genebra e compreende um Secretário Geral e os secretários e pessoal necessários. Eric Drummond é nomeado o primeiro Secretário Geral da Sociedade das Nações. O Secretariado é órgão administrativo e coordenador da Liga. É um órgão de continuidade que informa, orienta e prepara estudos para serem discutidos na Assembléia e no Conselho.

Há, além desses três órgãos, comissões temporárias para tratarem de assuntos mais específicos como, saúde, refugiados, minorias, etc. e que têm desempenho peremptório nas relações internacionais. Dentre essas comissões é mister citar algumas, em específico, para entender como funcionam seus trabalhos. Uma delas é criada para tratar de temas como a escravidão, especialmente pelo fato de que alguns territórios da África, Ásia e Oceania, sob mandato de países europeus, outorgado pela Liga, “adotam práticas de trabalho atentatórias à liberdade humana”. Além da escravidão e servidão doméstica e agrária, há uma “disfarçada aquisição de um direito de coação sobre as pessoas, como a compra de donzelas sob a forma de entrega de um dote, a adoção de crianças de um e outro sexo, penhor e sujeição de pessoas para pagamento de dívidas.”⁶⁴ Nesse sentido, é importante formar comissões para estudar a situação em destaque e tentar encontrar meios para impedir e amenizar tais atitudes.

Outra importante comissão é instalada para estudar a questão do ópio. Essa Comissão se choca diretamente com os interesses da grande indústria dos preparados do ópio e seus derivados que acabam influenciando a atitude de certos governos. Outras comissões são criadas para tratar de assuntos diversos como a questão dos inúmeros refugiados que se acumulam em certas regiões

⁶³ A SOCIEDADE das Nações. Exposição lida na Sociedade Brasileira de Direito Internacional pelo seu presidente Dr. Amaro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, n.6, v. 156, 6, 5, p.31.

⁶⁴ APM. Belo Horizonte, 1925. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

fugindo dos horrores da guerra;⁶⁵ a cooperação intelectual na qual a “troca de produtos da inteligência e cooperação literária e científica constituem base essencial desse organismo”; o fator de Higiene também logra num “serviço de recolhimento e sistematização de informações epidemiológicas dos diferentes países, para permitir a luta contra as epidemias, eficazmente e em tempo útil”; a comissão de trânsito também desempenha um importante papel;⁶⁶ e outras já citadas em capítulos anteriores como as comissões encarregadas da questão do desarmamento.

Por último, é mister relatar sobre a Corte Permanente de Justiça Internacional, instituída pelo artigo quatorze do Pacto. Suas três funções principais são: a jurisdição obrigatória, a função arbitral e a função consultiva. Sua formação é dividida em dois grupos bem definidos: uma parte formada pelas grandes potências que defendem a liberdade dos Estados de recorrer à Corte ou não e, a outra, composta pela maioria dos países considerados pequenas potências que são a favor da obrigatoriedade da justiça da Corte. O Brasil faz uma proposição conciliatória na qual introduz uma cláusula de jurisdição obrigatória cuja adoção é facultativa. O movimento em favor da arbitrariedade e de sua ligação com a segurança é cada vez maior e o Brasil assina o Protocolo de estatuto da Corte declarando que aceita a jurisdição obrigatória sob a condição de reciprocidade dos membros permanentes do Conselho. Isso ocorre em 1930, quando a Alemanha e a Grã-Bretanha aceitam a jurisdição obrigatória⁶⁷. Alguns Estados que não são signatários do Pacto da Liga também aderem ao Estatuto da Corte. Seus membros são eleitos para um período de nove anos e os juízes recebem imunidade diplomática. O estabelecimento de um Tribunal Internacional de Justiça, com sede em Haya, analisa hipóteses como se um membro recorrer à guerra isso será visto como uma agressão a todos os outros membros que devem romper relações comerciais com esse Estado. A Corte é, por essas marcas, a primeira tentativa em colocar a justiça racional e permanente no anárquico sistema internacional.⁶⁸

⁶⁵ “Uma grande parte desses refugiados agregam, principalmente, russos, armênios, etc - que se acumularam em certas regiões - famintos e miseráveis, fugindo aos horrores da guerra. Só a Grécia recebe 1.250.000 desses infelizes, cuja alimentação ela não podia fazer sem provocar uma grave crise interna pelo desequilíbrio de suas próprias condições econômicas, já de si precárias pelo que ela mesma sofreu em longo período de guerra, pelo conflito de Corfu e pela crise revolucionária, que determinou a queda de sua monarquia. O governo grego pede o auxílio da Sociedade das Nações para o lançamento de um empréstimo externo [...]” Ibid.

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ BREDA DOS SANTOS, Norma. **Le Brésil et la Société des Nations**. 1996. 269f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade de Genebra, Genebra, 1996. p. 130-137.

⁶⁸ A Corte de Haya não era, na opinião de Almeida, um tribunal bem organizado, mas a possibilidade de organizar um tribunal. ALMEIDA, op. cit., p. 176.

Um ponto importante no Pacto que tem relação com os países americanos, se refere à Doutrina Monroe⁶⁹. De acordo com um dispositivo contido no Pacto, a doutrina não é incompatível com suas disposições gerais. Essa prerrogativa é estipulada devido à preocupação dos Estados Unidos com sua “autoridade” e “independência” de ação nos países latino-americanos. O Estado americano teme que essas ações sejam questionadas e limitadas pela Liga das Nações, uma vez que os países europeus podem intervir nas questões que surgirem entre os Estados Unidos e as Repúblicas americanas⁷⁰. Na opinião dos Estados Unidos, a Europa não tem interesse direto nas questões que envolvem as relações entre o país norte-americano e os outros países do continente, da mesma forma que estes países também não têm interesses nas questões da Europa. De acordo com esta visão, a Doutrina Monroe mantém o “Velho e o Novo Mundo em dois compartimentos separados,” de modo que a “conflagração que surja em um não pode fazer-se extensiva ao outro”. Com efeito, “submeter a política de Monroe a um conselho composto principalmente de potências européias, é abandoná-la”.⁷¹ Dessa maneira, para tentar aliviar a situação com os Estados Unidos, é aceita a compatibilidade da doutrina com o Pacto da Liga.⁷²

4.5 Participação do Brasil na Liga das Nações

Explanado o funcionamento e a estrutura geral da Liga Nações, a análise agora recai, especificamente, na participação do Brasil na Sociedade. As reuniões dessa organização se intensificam, de maneira tal, que o Brasil começa a notar a necessidade de uma representação permanente em Genebra. Assim, o país deseja desenvolver uma colaboração regular e notável na organização. Afrânio comunica que os crescentes assuntos da competência da Liga, os diferentes trabalhos e serviços das comissões “fazem com que se não passe, por assim dizer, um dia em que não esteja funcionando nesta cidade [Genebra] alguma comissão técnica, alguma conferência, algum congresso, além das quatro sessões ordinárias do Conselho e da Assembléia”. Com efeito, Afrânio detecta a necessidade de se criar uma “instalação condigna e adequada” para atender aos

⁶⁹ “Essa doutrina serve principalmente para facilitar, amparar e justificar intromissões, cada vez mais freqüentes, dos Estados Unidos na vida e nos assuntos das republicas americanas latino-americanas, chegando muitas vezes a realizar verdadeiros atos de ocupação, de intervenção e de conquista”. LEUCHSENRING, Dr. Emilio Roig de. **La Doctrina de Monroe y el Pacto de la Liga de las Naciones**. Cuba: La Habana Imprenta, 1920. p. 14

⁷⁰ Ibid., p. 16-17.

⁷¹ Ibid., p. 17-19.

⁷² Esse é o único dispositivo incluído no Pacto, uma vez que outras reivindicações como a instituição de uma organização militar defendida pela França e a igualdade de raça defendida pelo Japão são abandonadas.

freqüentes compromissos com os tantos indivíduos e corporações de dentro da Liga.⁷³ Para atender a essas exigências Felix Pacheco informa a Artur Bernardes a atual situação em que se encontra a Liga:

Na ordem internacional nada se improvisa e o que se pode alcançar de duradouro é sempre fruto do esforço pertinaz continuado, mantendo tanto quanto possível as mesmas pessoas no trato dos mesmos assuntos, de sorte a formar especialistas que se penetrem bem do ambiente em que trabalham e cujo prestígio pessoal cresça na proporção da atuação que forem tendo in loco durante anos sucessivos.

[...] a corrente geral hoje dominante nos meios da Liga, mesmo entre os Delegados que só funcionaram na Assembléia, é toda no sentido que falo, isto é, no de estabilizar permanentemente em Genebra as representações, criando ali cada país o seu aparelho próprio, a funcionar ativamente junto ao Secretariado, que é, como Vossa Excelência não ignora, a verdadeira alma da Liga, a peça principal desse vasto mecanismo político novo, cuja importância cresce todos os dias.⁷⁴

Diante da exibição desses argumentos fica decidida a instalação em Genebra de uma delegação permanente com caráter de Embaixada para facilitar e intensificar a participação brasileira na Liga. Tal atitude mostra a total dedicação do país nos assuntos desse arranjo institucional.⁷⁵ Essas embaixadas facilitam os trabalhos da Liga, pois com a distância geográfica de muitos países membros, os encontros se tornam de difícil acesso. O papel do Brasil, de árbitro imparcial dos problemas europeus, é facilitado pela ação dessa Delegação Permanente, que tem como função acompanhar e participar das Assembléias, das reuniões dos organismos técnicos, das conferências internacionais, etc. Não se pode perder de vista também que enviar uma representação permanente representa um forte interesse pela organização. Portanto, além das questões de ordem prática, estão as de ordem política relacionadas à afirmação do prestígio dos países que enviam tais delegações angariando reconhecimento para os mesmos e colecionando motivos para consagrar os ambiciosos objetivos brasileiros no Conselho Executivo.

O Brasil, além do envio dessa comitiva à Genebra, desempenha um importante papel nas diversas comissões da Liga, é um exemplo de país que defende e pratica o pacifismo nas suas

⁷³ APM. Belo Horizonte, 1925. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

⁷⁴ APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

⁷⁵ Norma Breda chama a atenção para o fato de que o Brasil não é o primeiro país a estabelecer uma delegação permanente em Genebra. Em 1924 mais de 20 países membros já haviam enviado uma representação permanente. As grandes potências, com exceção do Japão, é que não o havia feito ainda. BREDA DOS SANTOS, 1996, op. cit., p.108.

relações exteriores, é uma média potência que serve de modelo aos latino-americanos, resolve seus litígios de maneira legal, trata com prioridade os trabalhos da Liga, etc. Esses são alguns fatores que provam a dedicação do Brasil à Liga e mostram que o país possui e desenvolve os princípios que a Sociedade das Nações prega. Como consequência, o Brasil eleva a capacidade de percepção de seu papel no sistema internacional e ludibria-se com um auto prestígio acentuado capaz de remodelar e definir a linha de sua política externa.

A noção do Brasil de pertencimento à Liga é manifestada de acordo com as concepções de identidade nacional que influem no processo de definição da ação estratégica e se interagem com o comportamento externo. Assim, os atributos nacionais e de política externa como a idéia de um papel protagonista representando a América, enquanto os Estados Unidos estiver fora; as dimensões populacionais e demográficas e a tradição diplomática pacífica são levantadas com o intuito de justificar a promoção brasileira no sistema multilateral. Essa noção de *status* é também influenciada pela estrutura do sistema e pelas suas normas regentes que hierarquizam os interesses e poderes de cada ator membro em determinada esfera. Assim, o peso brasileiro na América do Sul e sua acentuada participação nos assuntos fora de sua esfera de poder, como a representação na Primeira Guerra e nos tratados de paz, diferente de seus vizinhos, aproxima o Brasil do círculo decisório das Grandes Potências, especialmente através da Liga das Nações, elevando sua percepção na posição hierárquica do sistema.

Além desses fatores, o Brasil coleciona outros capazes de sustentar sua ambição em assumir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da Liga das Nações. Sua constante reeleição como membro provisório⁷⁶ - demonstrando a aprovação de outros países em relação ao seu desempenho -; as necessidades internas da política brasileira - que desesperadamente procura um acontecimento positivo para aliviar as pressões dos vários movimentos de contestação enfrentados pelo governo Bernardes -; além dos ótimos argumentos que o país guarda em sua história diplomática; tudo isso vem reforçar a proposta chilena, lançada por Edwards, que indica o Brasil como favorito a assumir um lugar como membro permanente no Conselho de Segurança. Na proposta de Edwards, consta entre os argumentos, a necessidade de se “assegurar representação no Conselho a todas as grandes correntes políticas existentes na Assembléia.” Uma dessas correntes, na interpretação de Montarroyos, é representada pelo conjunto de países americanos. Estes são agrupados segundo suas “afinidades” e estão impregnados por um “espírito

⁷⁶ O Brasil é reeleito até a Assembléia de 1925.

de interdependência na liberdade, ao mesmo tempo que do espírito de fraternidade”.⁷⁷ Continua Montarroyos em seu discurso:

[...] Quando encaramos atualmente este continente, colocando-nos no ponto de vista do pedido de um lugar permanente para o Brasil, não temos somente diante de nós o fato geográfico brutal, não consideramos tão pouco o agrupamento dos Estados resultante do caso da raça: temos em vista um conjunto de nações tendo tradições comuns, afinidades, as mesmas tendências jurídicas orientadas para a paz universal e que representam, a este respeito, as tendências jurídicas mais avançadas do mundo atual.⁷⁸

O Brasil, então, não perde a oportunidade que lhe é sugerida, em primeira mão, por um país amigo. Para intensificar a sugestão, o governo brasileiro começa a delinear sua ação estratégica e a levantar todos os argumentos para defender a candidatura do país a uma cadeira permanente no Conselho Executivo. Melo Franco tenta mostrar as razões jurídicas que respaldam o interesse brasileiro: “como parte integrante do território do continente americano, o Brasil tem o direito de formular esta reivindicação do Novo Mundo”, pois considerando que o Brasil “tem os mesmos interesses” que os outros Estados americanos, e estando “cada um dos co-associados autorizados a defender esses interesses como si eles fossem os interesses privados de um só destes Estados”, a reivindicação brasileira torna-se legítima. A delegação do Brasil ainda deixa claro que seu pedido não apresenta restrição a qualquer outra candidatura americana, mas se julga, dentre os países, o mais competente para assumir o cargo. Essa visão é compartilhada também por outros países, como a Colômbia, que afirma ser o Brasil o mais indicado para assumir tal responsabilidade pelo fato dos Estados Unidos e México não fazerem parte da Liga e a Argentina⁷⁹ não ter “retificado ainda formalmente a atitude que julga conveniente tomar ante a Liga.” A própria Colômbia “estima que deve dedicar às atividades voltadas para seu próprio desenvolvimento e progresso antes de ocupar-se de modo permanente na condução dos negócios internacionais”.⁸⁰ Além disso, é consenso que a América Latina tenha um representante pela sua importante população e ricos recursos materiais. E na visão brasileira, sua candidatura é vista

⁷⁷ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ A Argentina defende o princípio liberal de que todas as nações soberanas devem ser admitidas na Sociedade das Nações. Essa defesa reforça o princípio da universalidade mais que a defesa do Brasil de democratizar o Conselho. Sendo adiada a discussão da prerrogativa argentina, esta se retira de Genebra.

⁸⁰ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

como uma “candidatura de interesse internacional”; o Brasil tem, intrinsecamente, um “devotamento internacional” que justifica por completo suas pretensões⁸¹.

Para provar isso, não faltam ao Brasil argumentos convincentes que realcem sua tese central, como o fato de ele ser o precursor da arbitragem⁸² e desse princípio já vir, inclusive, expresso na própria Constituição do país; ser o sétimo país em volume de contribuição financeira; ter a preferência pela via diplomática e pelo multilateralismo e filiar suas políticas aos ideais da Liga. O Ministério das Relações Exteriores acrescenta ainda a seguinte idéia:

Somos um país tradicionalmente orientado, desde o Império, pelos princípios de justiça internacional, que só agora encontram expressão definida na política européia e na idéia de igualdade do direito dos povos, - idéia que já entrou nas fórmulas, mas não ainda no espírito da diplomacia dos Estados da Europa. Somos o primeiro povo que atou solenemente, no Pacto Nacional, a mão dos seus dirigentes, do Governo e do Congresso, para qualquer iniciativa militar contra outra nação, e que veda, formalmente, o apelo à mão armada, antes de esgotados os recursos suasórios e do arbitramento.⁸³

Para complementar toda essa argumentação, Montarroyos afirma ser o pedido do Brasil “um pedido constitucional, legítimo, oportuno e não somente compatível, mas favorável aos interesses da L.d.N”. Para comprovar essa legitimidade ele se refere aos dois principais órgãos da Sociedade - Conselho e Assembléia - que devem “trabalhar de acordo e em harmonia perfeita”, caso contrário, a Liga das Nações “perde sua verdadeira fisionomia caso se descure de adaptar a composição do Conselho à Assembléia.”⁸⁴ Assim, uma representação mais ampla e democrática, como comporta a Assembléia, deve ser levada ao Conselho e o Brasil tem, por conseguinte, o direito legítimo de fazer parte de ambas as esferas.

Para contextualizar o problema do alargamento do quadro do Conselho pode-se afirmar que ele se divide em três fases distintas⁸⁵. A primeira data de 1921, quando o Chile apresenta, na II Assembléia da Liga, as candidaturas do Brasil e da Espanha a membros permanentes do Conselho. Nesse momento, o Brasil usa pela primeira vez o seu direito de veto e impede a

⁸¹ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

⁸² O primeiro tratado geral de arbitragem concluído pelo Brasil foi com o Chile em 18 de maio de 1889.

⁸³ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ Ibid.

entrada da Espanha⁸⁶, pois tudo indica que esse país entrará sozinho para o Conselho. Então, o Brasil veta a candidatura da Espanha “não por nenhum motivo especial contra ela, que tudo lhe merece, como tronco e representação simbólica de um grande grupo de nações irmãs que lhe herdaram a língua e não tem o direito de hostilizá-la.”⁸⁷ Veta, exclusivamente, porque a tese do aumento para beneficiar um só membro temporário é contra o que o Brasil defende, a igualdade de tratamento a todos os continentes. O Governo brasileiro não pode admitir a “entrada de mais nações européias para o quadro permanente do Conselho, pugnando em plena Assembléia pelo respeito integral ao que lhe parece ser o direito e o interesse do nosso Continente”⁸⁸ assumindo, assim, o papel de defensor do princípio da universalização.

A segunda fase é iniciada três anos depois, em Setembro de 1924, quando a Alemanha expõe ao Brasil e aos demais membros do Conselho como entende o seu desejo de entrar para a Liga. No documento que contém essa intenção o Governo do Reich apenas diz que:

[...] no desejo primordial de esclarecer, com toda a franqueza, junto dos Governos representados no Conselho da Liga das Nações, certas questões de importância capital, que estava longe de reclamar para a Alemanha, favores especiais, mas que ao fazer o pedido de admissão, devia ter certeza de que a Alemanha receberia, logo depois de sua entrada na Liga, um lugar permanente no Conselho, tendo em vista a composição desse, como membros permanentes e temporários⁸⁹.

O Governo Brasileiro, diante desse pedido, apresenta uma resposta de certo modo favorável à intenção alemã, afirmando não ter “nenhuma objeção em tese à entrada da Alemanha” e que o Brasil não se opõe “em princípio a que um novo membro obtenha um lugar permanente no Conselho”. Todavia, o porta voz brasileiro acrescenta que os desejos expressos pela Alemanha “pertencem à natureza dos que não devem ser tratados de Governo a Governo”, e sim expostos e discutidos “em conjunto pelos membros da Sociedade e no seio desta, a fim de serem melhor conhecidos os vários aspectos das ditas questões e os pontos de vista dos outros associados.”⁹⁰

⁸⁶ Balfour propõe a criação de um único lugar permanente a ser ocupado pela Espanha. Todos os membros do Conselho são de acordo, à exceção do Brasil.

⁸⁷ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ Ibid.

Por fim, vem a terceira fase do problema, elucidada quando o Governo alemão publica sua “tese oficial,” a qual clama à Assembléia “que trate, exclusivamente, da entrada desse país para a Liga e ingresso no Conselho como membro permanente”. O Brasil se mostra “surpreso” diante de tal declaração, que no seu conceito há mudado “radicalmente os termos do problema, tornando-o, talvez insolúvel.”⁹¹ Como consequência dessa atitude alemã, a candidatura brasileira seria invalidada, pois as intenções dos dois países entram em choque.

O momento posterior a essas declarações é um dos mais conturbados na história da Liga das Nações, por diferentes motivos, que devem ser avaliados cuidadosamente, e que eu diria que se constitui numa quarta fase na questão do alargamento do Conselho a partir, principalmente, do instante em que o Brasil dá indícios que vetaria a entrada de qualquer país se ele não fosse também contemplado. Essa é a fase na qual o Brasil decide entrar de vez na luta por um lugar permanente no Conselho de Segurança, assumindo um papel que nas palavras de Artur Bernardes seria de “vencer ou não perder.”⁹²

Assim, o Brasil tenta reunir todos os argumentos que possa usar a seu favor e impedir que um outro país entre sozinho no Conselho Executivo como permanente sem que seu pedido seja sequer julgado e analisado. O Governo brasileiro retoma todas as características do país como as tendências pacíficas e a preferência pela via diplomática; a tese de que deve haver uma proporcionalidade de representação continental no Conselho para torná-lo mais democrático e coerente com os princípios do Pacto da Liga; reafirma que se tivesse previsto que o pedido da Alemanha envolveria uma mudança de conteúdo “prejudicial” à sua intenção teria “com certeza respondido de modo diferente”⁹³ e, por fim, relembra às nações que seu pedido de obter uma cadeira permanente já estava “em foco desde muito antes do pedido de admissão da Alemanha e já fora mesmo objeto de propostas concretas, não tendo nunca cessado as palestras a respeito entre as diversas Chancelarias”.⁹⁴ Ainda em defesa do Brasil, Afrânio Melo ressalta que embora todos afirmem que a posição do país em não abrir mão de sua candidatura em favor da Alemanha coloca em risco os Acordos de Locarno, ele retrai afirmando que não tendo o Brasil participado das negociações desse tratado não se vê, portanto, obrigado a agir de acordo com suas intenções. Conclui declarando que é o Tratado de Locarno que deve entrar no seio da Liga e não o contrário.

⁹¹ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

⁹² Ibid.

⁹³ Ibid.

⁹⁴ Ibid.

Para melhor entender a importância desse acordo é necessária uma explanação geral de seus dispositivos.

Esses acordos são assinados em 1925 visando evitar possíveis conflitos entre seus signatários: Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Bélgica, Theco-Eslováquia e Polônia. Os temas gerais do Tratado se referem a questões fronteiriças entre França e Alemanha que reconhecem, mutuamente, a inviolabilidade das novas fronteiras⁹⁵; a França concorda em desocupar a região de Ruhr, que se torna uma zona desmilitarizada; a Alemanha, em troca, assume o compromisso de continuar pagando as indenizações de guerra; a Bélgica tem suas fronteiras com a Alemanha reconhecidas; firma-se um tratado de arbitragem obrigatório e, por último, designa-se a Liga das Nações como órgão encarregado de controlar o cumprimento desses acordos, com a condição de que seja assegurada, à Alemanha, a entrada como membro permanente do Conselho. Este último dispositivo tem como um de seus tentáculos a intenção de isolar a Alemanha da Rússia através da reintegração do país germânico no concerto europeu.⁹⁶ Assim, é convocada uma assembléia extraordinária a realizar-se em Março de 1926 para efetivar a entrada da Alemanha na Liga.⁹⁷

O problema do alargamento do Conselho é, todavia, muito mais complexo do que se pode imaginar, pois são muitos os interesses que estão em jogo. Além disso, o Pacto da Liga não deixa claro como será esse alargamento, tudo depende da interpretação dos artigos por cada país. O artigo 4º, por exemplo, designa que o Conselho pode propor outras potências para serem membros desse órgão, todavia não deixa explícito se esses membros serão grandes, médias ou pequenas potências. A interpretação proveniente desse aspecto já lança questionamentos dos quais começam a surgir as divergências. Montarroyos afirma que se considerar grande potência como sinônimo de força militar o “Pacto nada altera as relações internacionais e os Estados serão estimulados para uma nova porfia de armamentos mais desenfreada”. Contra essa concepção estão as que defendem a escolha de grandes potências para comporem o quadro dos membros

⁹⁵ Inglaterra e Itália assumem o papel de mediadores do principal conflito potencial da Europa entre Alemanha e França.

⁹⁶ A aproximação dos dois países é formalizada com o Tratado de Rapalho celebrado em 1922 que estabelece, dentre outras coisas, a instalação na URSS de fábricas alemãs de armamentos e adestramento em armas proibidas em Versalhes. Assim são feitas tentativas econômicas de recuperação na Alemanha e são estabelecidos tratados para aproximar o país da Europa. VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Manual do candidato: história mundial contemporânea (1776-1991)**. Brasília/DF: FUNAG, 2006. p. 170.

⁹⁷ VASCONCELOS, op. cit., p.35-36.

permanentes do Conselho para que esses membros “possam vir em auxílio à Sociedade num momento de crise.”⁹⁸

Desde 1921, propostas de emendas são feitas em relação ao artigo 4º do Pacto para clarear as regras de eleição dos membros do Conselho. O *roulement* faz parte dessas propostas cujos princípios pregam a necessidade de fazer uma rotatividade entre os membros não permanentes do Conselho. Além disso, cabe salientar que uma representação proporcional dos grupos de Estados é defendida, fazendo-se respeitar “as divisões geográficas dominantes, as grandes famílias étnicas, as diferentes tradições religiosas, os diversos tipos de civilização e de recursos principais de riqueza.”⁹⁹ Todavia, esses princípios não entram em vigor por não ter a Espanha ratificado a proposta sendo, portanto, prorrogada sua aplicação.

A ratificação de tais emendas por parte do Brasil demonstra sua boa vontade em encontrar um processo de eleição para os não permanentes e facilita também a oportunidade para que novos membros façam parte do Conselho. A negativa por parte da Espanha tem nos seus bastidores um jogo político que usa a possível ratificação como mecanismo de pressão para promover o país a um lugar permanente no Conselho, o que vem comprometer a fixação de regras para as eleições dos membros temporários.

Desde o início das atividades da Liga, o Brasil faz parte dos membros não permanentes, conhecidos como os países de interesses limitados, sendo seu mandato de 3 anos - por recomendação da Assembléia de 1922. Nessa mesma Assembléia eleva-se o número inicial dos membros provisórios de quatro para seis. De acordo com a proposta de Bourgeois e Balfour, essa medida é fórmula “conciliatória da proposta Chilena na II Assembléia, para criação de mais dois lugares permanentes, sendo um para o Brasil e outro para a Espanha.”¹⁰⁰ O Brasil, ajudado pelo aumento de lugares, consegue se reeleger nas Assembléias seguintes atingindo, na maioria das votações, uma alta margem de aprovação. Clark afirma que é devido, sobretudo, “à mediação amistosa da França, em nosso favor, não só junto à Grã-Bretanha, como junto aos próprios países latino-americanos”¹⁰¹ que o Brasil consegue ser reeleito diante da pressão para colocar em prática o *roulement*. Isso só acontece, portanto, devido a questões políticas das grandes potências e pelos representantes latinos terem percebido que caso se apresentem divididos perdem os dois lugares

⁹⁸ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

⁹⁹ BREDAS DOS SANTOS, 1996, op. cit., p. 173.

¹⁰⁰ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

¹⁰¹ APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

provisórios e decidem, então, por manter o *status quo* até que se efetive o novo sistema que está na iminência de ser implementado.

A “atmosfera da Assembléia” parece ser cada vez mais favorável à idéia do *roulement*, especialmente os latino-americanos, que vêem no sistema de rodízio maiores probabilidades de passarem todos pelo Conselho. As decisões referentes ao *roulement*, à proporcionalidade e ao respeito às diversidades culturais e étnicas dentro do Conselho são inúmeras vezes prorrogadas possibilitando, assim, a eleição consecutiva do Brasil. Às vésperas da V Assembléia, porém, ocorre um episódio que compromete a situação do Brasil. O representante chileno pergunta a Melo Franco como o Brasil receberia a hipótese de sua substituição no Conselho por outro país da região. O que os países latino-americanos querem, na verdade, é adotar desde já, entre eles, o *roulement*. Assim, Melo Franco na reunião com os latino-americanos, que veremos a seguir, afirma que o Brasil “manterá sua candidatura à reeleição em 1925, mas se compromete a abrir mão voluntariamente de uma eventual candidatura para o ano seguinte.”¹⁰² Dessa maneira, o Brasil que desde o início vota a favor da tese do *roulement* “em atenção à sua condição de Estado Americano,”¹⁰³ começa a perceber que perderá seu lugar como membro provisório, pois a aplicação do *roulement* não está longe de ocorrer. Esse também é um dos motivos que leva o Brasil a pleitear um lugar permanente no Conselho Executivo. Sob esse aspecto F. Clark deixa sua impressão: “me parece mais fácil e mais viável a entrada do Brasil como permanente do que a sua reeleição na futura Assembléia, onde ela se me antolha impossível e na qual a nossa candidatura será mesmo considerada como vexatória, irritante e antipática”¹⁰⁴.

Assim, começam as constantes negociações do Brasil, realizadas de governo a governo, a fim de obter apoio para sua candidatura. O Itamaraty defende que o alargamento do Conselho deve abranger “os dois grupos de membros, temporário e permanente, por que é do espírito do Pacto certo equilíbrio entre eles, que permita continuidade na ação exercida pelo mesmo Conselho.”¹⁰⁵ Se essa proporção ocorrer, o Brasil pode ficar numa situação confortável com seus vizinhos sul-americanos que têm maior oportunidade de entrar no Conselho como membro provisório, e o país ainda tem garantida sua chance de se tornar membro permanente.

¹⁰² VASCONCELOS, op. cit., p. 33-34.

¹⁰³ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

¹⁰⁴ APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

¹⁰⁵ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

Inúmeros telegramas retratam as tentativas empenhadas pelo Brasil ressaltando sempre suas qualidades a fim de angariar apoio à sua tese. Todavia, no momento dessa tarefa, o país vive uma conturbada desordem interna que coloca os diplomatas brasileiros numa situação desconfortável para explicar à opinião pública e aos governos sua delicada situação interna. Além disso, é preciso estar atento à maneira como essas comunicações são escritas, sempre ressaltando o valor de “amizade” que o Brasil tem com as outras nações e ainda deixando claro como é encarada a política exterior no país, correlata com os fatores da política nacional. O telegrama de F. Clark a Eric Drummond da Inglaterra, citando a missão inglesa no Brasil, é um bom exemplo:

Disse-lhe que a população do Brasil dobrara em 30 anos, fato sem precedente na história demográfica do mundo [...] Acentuei que o nosso potencial econômico era ilimitado, que o atual Governo, desde o seu início, havia se preocupado de voltar às antigas e tradicionais econômicas e financeiras com a Inglaterra, o nosso bom banqueiro de todos os tempos, e que a prova disto é que havia precisamente naquele momento no Brasil uma grande missão financeira inglesa.¹⁰⁶

Essas negociações revelam algumas permanências da cultura brasileira que, não raro, são redimensionadas e utilizadas no âmbito internacional. Ou seja, os costumes da política interna, baseados nas relações de trocas de favores, laços de lealdade, tomando as negociações públicas como coisa pessoal, são mantidos na dimensão internacional. Relações de camaradagem, cordialidade e barganha norteiam o Brasil na sua luta pelo assento permanente no Conselho da Liga:

Você poderia, talvez, como coisa pessoal sua falar aí com seu colega Maltzan que nos dizem muito amigo do Brasil e gozar de real influência em Berlim. Não seria difícil você explicar-lhe que estranhemos a hostilidade da Alemanha a nosso ingresso com ela para permanente. Nenhum ressentimento guardamos dela, que deve saber que, quando, durante a guerra, a Inglaterra queria que fizéssemos a confiscação dos bancos e propriedades alemães, não aquiescemos. Decidindo depois contra ela na questão da Alta Silésia, ativemo-nos ao que nos pareceu de justiça sem nenhum móvel subalterno.¹⁰⁷

E assim continuam as negociações concretizadas pelo Brasil nessa quarta fase do dilema do alargamento do Conselho. A Chancelaria brasileira não ensaia em nenhum momento

¹⁰⁶ APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

¹⁰⁷ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

abandonar seu pedido de ingresso como permanente em favor da Alemanha, ainda mais nesse momento em que o país germânico reivindica exclusividade de candidatura.¹⁰⁸ Essa atitude unilateral da Alemanha só pode ser entendida analisando sua política interna e externa e o âmbito geral do sistema europeu.

A política interna da Alemanha está assentada em três patamares: a direita formada pelos nacionalistas que defendem uma “retaliação na política exterior e uma política conservadora nos negócios internos”. Os rumores são que o partido nacionalista julga conveniente o “isolamento da Alemanha o que facilita o estabelecimento de uma ditadura depois da renúncia de Hindenburgo”. Essa situação confere uma crise interna e uma “falência da política internacional.”¹⁰⁹ A esquerda, por sua vez, compõe-se dos “socialistas e radicais que aceitam os resultados da guerra nas relações exteriores e advoga alguma forma de controle socialista na indústria”. Já o centro encara os problemas internos como os “conservadores”, e na política externa são “liberais a favor de medidas que levem à conciliação com o mundo exterior.”¹¹⁰

A opinião pública alemã não vê com simpatia a Liga, por encará-la como inseparável do Tratado de Versalhes, tratado que simboliza a humilhação da Alemanha por tê-la responsabilizado pela guerra, além das indenizações financeiras e materiais.¹¹¹ Além disso, as forças armadas alemãs estão praticamente dissolvidas e a fronteira franco-germânica está desmilitarizada. A única maneira de retribuir o prestígio perdido e voltar ao sistema das Grandes Potências é entrar no Conselho da organização como permanente. Em suma, a “paz e a revisão dos tratados caminham juntas” e a admissão do país na Liga significa o “fim de seu isolamento forçado do sistema de poder europeu” e a renovação do “status de Grande Potência.”¹¹²

Gustav Stresemann, que chega ao poder na Alemanha em 1923, comporta-se como o “centro” divulga, tentando-se relacionar da melhor maneira com a Liga das Nações e garantir para a Alemanha um lugar de destaque no Conselho a fim de minimizar as dificuldades internas e a crise internacional vivida pelo país. As tentativas de Stresemann são no sentido de levar seu

¹⁰⁸ Vale observar, todavia, que mesmo antes de entrar na Liga a Alemanha colabora com trabalhos não políticos na Sociedade como na Organização Internacional do Trabalho, na Conferência Financeira Internacional, etc.

¹⁰⁹ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

¹¹⁰ BASSET, John Spencer. **The League of Nations**: a chapter in world politics. New York: Longmans, 1930. p. 267. BN.

¹¹¹ O Tratado de Versalhes firma que a França deve receber de volta a Alsácia e a Lorena e adquirir direitos de exploração do carvão do Sarre por 15 anos. É consolidada a independência polonesa e a Alemanha perde posses coloniais. MAGNOLI, op. cit., p.55.

¹¹² BARACUHY, op. cit., p. 64.

país de volta ao sistema europeu colocando em sua agenda premissas “de pôr fim às reparações, ao desarmamento imposto, à ocupação do Rhineland e de definir as fronteiras com a Polônia.”¹¹³

Não perdendo de vista essa perspectiva, ainda tem mais um fator, agora de política internacional, que justifica a intransigência alemã na sua reivindicação de entrada exclusiva no Conselho: a existência de dois rivais muito fortes no contexto geopolítico. O primeiro é a França, que inclusive foi motivo para a convocação das reuniões em Locarno. É evidente que a questão fronteiriça é uma das grandes razões pela qual a França dificulta a entrada da Alemanha no Conselho, pensando em termos de equilíbrio geopolítico. Como explica Chamberlain, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, nessa comunicação a Melo Franco: “a entrada da Alemanha não é uma questão que pertence somente à alçada da Liga, mas apenas um dos ingredientes de um grande acordo europeu envolvendo a rivalidade franco-alemã, sobretudo no referente a suas fronteiras”.¹¹⁴

Uma outra ramificação do problema do aumento dos permanentes está ligada ao segundo rival da Alemanha, a saber, a Polônia. O motivo principal dessa intriga é o corredor polonês - que permite o acesso da Polônia ao mar, através da cidade de Dantzi - que divide o território alemão em duas partes provocando, dentre outras coisas, o problema das minorias alemãs na Polônia. Os acordos e tratados internacionais ainda não chegaram a nenhuma solução para esse caso, nem mesmo em Locarno. Com efeito, assim que a Polônia reivindica um lugar no Conselho, a Alemanha se opõe de imediato, considerando ser essa atitude manobra da França para alterar, a seu favor, o equilíbrio de forças no Conselho.

Assim parece ser que o grande problema do alargamento do Conselho está no seio da própria Europa, nas suas antigas rivalidades territoriais, nas disputas pelo poder e equilíbrio de força. Todavia, isso fere diretamente os princípios da Sociedade das Nações. O que começa a se figurar é que as nações modernas ainda não parecem ter apreendido a lição e ainda não estão maduras o suficiente para articular sua política doméstica com os interesses da comunidade global.

Diante desse quadro, de difícil acomodação, a Suécia faz uma proposta a fim de encontrar uma alternativa conciliatória para o impasse. Ela renunciaria a seu posto para ceder lugar à Polônia e a Tchecoslováquia, por sua vez, deixaria seu lugar vago para um amigo da Alemanha –

¹¹³ BARACUHY, op. cit., p. 57.

¹¹⁴ VASCONCELOS, op. cit., p.33.

a Holanda, possivelmente – com a intenção de equilibrar a relação franco-alemã. Essa atitude, todavia, não agrada à Alemanha pelo fato da Suécia estar se mostrando uma aliada em potencial e por não querer a Alemanha dividir o Conselho com a Polônia. A imprensa qualifica essa situação como vitória da tese francesa, pois considera que se a recusa alemã se mantiver em relação à proposta da Suécia, a entrada da Alemanha no Conselho se torna algo mais difícil. A crítica ainda acrescenta que esse fato revela que a Liga das Nações é um explícito instrumento da França. Assim, o dilema parece não ter solução imediata. A entrada da Alemanha é essencial para manter os Acordos de Locarno, mas a intransigência de alguns países, que não querem colocar em risco sua balança de equilíbrio, é um empecilho. Nem mesmo as tentativas “generosas” da Suécia e da Tchecoslováquia parecem ter repercutido positivamente. Para complementar, ainda existem as pretensões do Brasil e da Espanha para entrarem no Conselho como permanente e essa onda de reivindicações acaba dando margem para que outros países busquem um lugar no Conselho, como a China e a Bélgica.

Nesse dilema, o Brasil avalia que seus planos estão sendo obstruídos e decide intensificar suas negociações. A Espanha desponta como uma forte aliada, uma vez que ambos aspiram um objeto comum, a representação permanente no Conselho. O Governo brasileiro investe na idéia de que é necessário um trabalho em conjunto para obter um “compromisso formal sob uma única condição de reciprocidade”. As orientações do Ministério das Relações Exteriores são que convêm “conversar demoradamente” com o Rei da Espanha para que os dois países trabalhem juntos, afinal eles têm em mãos “um instrumento seguro de vitória” e podem “combinar resolutamente em segredo vetar a entrada da Alemanha”. As notícias que chegam ao Brasil são que a Espanha abandonará a Liga caso não seja elevada a membro permanente. O Governo brasileiro, para não perder esse aliado em potencial, vislumbra a possibilidade de convencer a Espanha a não sair da Liga, incentivando-a a agir reciprocamente com o Brasil para impedir a entrada da Alemanha. Os argumentos para convencer a Espanha se pautam em aspectos que refletem a relevância da Liga enquadrando-a como um “progresso de tal ordem na vida diplomática universal que devemos todos evitar enfraquecê-la ou menosprezá-la”. O gesto de ameaça de sair da Liga “será excessivo e não precisamos chegar até lá.”¹¹⁵ Para finalizar, o Brasil ainda deixa claro que realmente quer fazer justiça às suas pretensões e que ambos os países merecem ser eleitos juntos com a Alemanha. Para demonstrar à Espanha que realmente o Brasil

¹¹⁵ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, A.B-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

está disposto a uma ação em conjunto para obliterar as pretensões alemãs, o Itamaraty encaminha instruções para que fique bem claro o seguinte:

[...] a promessa que o Brasil havia feito em Nota de 1º de Dezembro de 1924 de votar na Alemanha foi simples promessa. [...] Se há um fato novo, imprevisto, como esse da Alemanha querer entrar sozinha, o Brasil está livre de reexaminar a questão para opinar como melhor entender, e assim cremos que acontece também com a Espanha..¹¹⁶

Todavia, a Espanha parece não ter demonstrado nenhuma reação positiva em relação a esse trabalho em conjunto em favor do veto à Alemanha. Para reforçar essa incerteza, o país hispânico relembra o fato de o Brasil ter vetado sua candidatura no Conselho como permanente três anos antes e, por essa razão, afirma que “em hipótese alguma admitiria que nós entrássemos sem ela para o Conselho”. Quiñones reafirma esse ponto de vista declarando que o “Governo e povo espanhol nunca compreenderiam que o Brasil entrasse só para o Conselho, sem a Espanha.”¹¹⁷ Assim parece que a estratégia de apoio espanhol intentada pelo Brasil não logra os resultados almejados.

Com a mesma motivação, o Brasil operacionaliza um plano interno para angariar apoio à sua tese. O Governo empenha-se para que o prestígio brasileiro seja reconhecido dentro do próprio país e constrói idéias moldando a opinião pública através dos discursos e dos meios de comunicação. Felix Pacheco afirma que “vai fazer o seu melhor para chamar a atenção da população brasileira para as atividades da Sociedade das Nações”. Com esse intuito, ele envia uma carta às principais autoridades escolares para “pedir à juventude que preste atenção a essa organização internacional.”¹¹⁸ Além disso, o Ministro toma parte de uma reunião dos membros da Associação dos Trabalhadores do Comércio do Rio de Janeiro com a mesma intenção de valorizar a Liga das Nações e chamar a atenção para o papel do Brasil no organismo. Assim, verifica-se que as informações são manipuladas pelos possuidores da linguagem de maneira a atender os interesses do Governo. Todavia, de outro lado há a opinião pública contrária à Liga que desafia essas idéias construídas e insiste em ver a Liga e o Tratado de Versalhes meramente

¹¹⁶ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, A.B-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

¹¹⁷ APM. Belo Horizonte, 1924. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

¹¹⁸ AHI. Rio de Janeiro, 1927. (Cx. 276/2/2).

como um meio de coerção contra a Alemanha.¹¹⁹ Portanto, o trabalho de Artur Bernardes tem o desafio de convencer a todos e angariar apoio à sua ação estratégica.

Concomitantemente a essa tentativa de buscar apoio na Espanha e de chamar a atenção da sociedade brasileira para a participação do país na Liga, os representantes brasileiros articulam seus trabalhos em prol de sua candidatura também na América Latina. Várias fontes de apoio, a princípio, se manifestam como a do Chile que declara que “votaria pelo Brasil em qualquer das alternativas, - permanência ou reeleição -, mas que, se o Brasil fosse eleito permanente ou se o *roulement* geral fosse aplicado desde este ano, ele seria candidato à vaga do Brasil e para isto pedia o nosso voto”¹²⁰. A força dada pela Colômbia é ainda mais evidente, como mostra o artigo escrito pelo Deputado Jesus Yepes¹²¹ de Bogotá:

[...] o Brasil, pela sua categoria, sendo país americano logo depois dos Estados Unidos, pelas suas imensas riquezas, pelos serviços prestados na guerra à causa da democracia e pelo seu grande prestígio no mundo, poderá ter títulos suficientes para representar a América Latina no Conselho da Liga”¹²².

Todavia, esse aparente cenário de aprovação à candidatura brasileira começa a se esmorecer diante do momento crítico evidenciado principalmente depois da atitude alemã em reivindicar exclusividade de entrada no Conselho como permanente. Numa entrevista com Leon Suarez, no United Press, ele declara que a Argentina se retiraria “definitivamente da Liga caso o Brasil fosse eleito membro permanente do Conselho”. A opinião do Brasil diante dessa reportagem é que a Argentina mal tinha aderido ao Pacto e que a Liga não pode “hesitar entre sincero devotamento do Brasil e reserva quase hostil da Argentina.”¹²³ Numa sessão do Conselho da União Pan-Americana, o Ministro das Relações Exteriores ainda declara que teve uma conversa informal com Kellogg e perguntou-lhe se ele poderia dizer “alguma coisa de agradável sobre o nosso desejo em relação à Liga”. Ele disse que “tinha comunicação confidencial de que o Chile se opunha à entrada como permanente de qualquer latino americano, desde que não entrasse o Chile também como permanente”.¹²⁴

¹¹⁹ BREDA DOS SANTOS, 1996, op. cit., p. 109-111.

¹²⁰ APM, Belo Horizonte, 1924. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

¹²¹ Deputado Jesus Yepes é antigo membro da comissão de Diplomacia da Câmara pública.

¹²² APM, Belo Horizonte, 1926. (Cx. 119, AB-PR, 1923-04-09/1925-11-20).

¹²³ APM, Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

¹²⁴ Ibid.

Assim, os rumores de que o Brasil não receberá a colaboração esperada, nem mesmo das potências americanas, começa a preocupar o país. Na verdade, o Brasil se ludibria acreditando que pode contar com o apoio dos vizinhos americanos, mas se esquece que há contrapontos desfavoráveis ao Brasil como os constrangimentos uruguaiois devido aos problemas com os movimentos contestatórios nas fronteiras sul do país e ainda a acusação argentina de que o Brasil implementa uma política armamentista. O que antes era apoio declarado torna-se, oficialmente, uma obliteração às pretensões brasileiras. Os países latino-americanos realizam um encontro¹²⁵ para definir os objetivos do grupo perante a Liga das Nações cujo resultado é uma apelação para que o Brasil reconsidere a decisão de vetar a Alemanha e “facilite, pelos meios que ele estima mais oportuno, o acordo unânime do Conselho, a fim de solucionar as dificuldades que impedem sua decisão”. Na opinião dos latino-americanos, os representantes brasileiros devem levar em conta os “interesses da paz universal”, a “gravidade da situação atual da S.D.N” e a necessidade dos Estados americanos em “exercerem uma ação em favor da reconciliação.”¹²⁶ Com efeito, firma-se a intenção dos países latinos em não interferir nos assuntos particulares de outros países:

[...] considera-se que o voto do Brasil para ingresso da Alemanha na Liga é questão particular, se declara que o ingresso da Alemanha não só é sumamente desejável para prevenir da Liga como também constitui uma questão européia, na qual América não está autorizada intervir com propósito de evitar seu ingresso.¹²⁷

A perda de interesse dos países da América Latina em relação à demanda brasileira se deve, em parte, à elaboração do projeto de alargamento do Conselho que reserva aos latino-americanos três lugares nesse órgão. A partir desse momento, esses países “compreendem mal a insistência do Brasil” a pretender essa representação permanente¹²⁸. Stanley Hilton ainda complementa:

O Brasil, de fato, é o maior país da América Latina e o único a ter participado ativamente ao lado dos Aliados durante a guerra. Mas é um país militar e economicamente fraco, fato que praticamente garante que os principais países

¹²⁵ Participam da reunião do bloco latino o Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia, Venezuela, Cuba, Salvador, Honduras, Nicarágua, Guatemala e São Domingos. É também discutido nessa reunião o aumento para três dos representantes latino-americanos como não permanentes e pede-se uma ampla e equitativa representação para o continente americano no Conselho da Liga. VASCONCELOS, op. cit., p.42.

¹²⁶ GUERRERO, Manuel Perez. *Les relations des États de l'Amérique latine avec la Société des Nations*. Paris : A. Pedone. 1936. p.23-24. BN.

¹²⁷ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

¹²⁸ GUERRERO, op. cit., p.28.

européus não o aceitem como parceiro do mesmo nível. Provavelmente, o único fator que poderia ter contrabalançado essa falta de peso específico na balança internacional teria sido o apoio unânime da América Latina à pretensão brasileira, mas esse apoio inexistia.¹²⁹

Diante desses fenômenos internacionais, confirma-se a fragilidade da campanha empreendida pelo Brasil. Os incentivos iniciais cedem lugar a oposições que vêm de toda parte. A United Press publica um telegrama dizendo que o Daily News “noticia que o Vaticano intervém entre os católicos alemães em favor da Espanha, para satisfazer à pretensão desta a um lugar permanente no Conselho Executivo da Liga das Nações”. A reação do Brasil é de surpresa, alegando que o Vaticano sabe que as candidaturas do Brasil e da Espanha são “solidárias” e que, portanto, é difícil acreditar que o Vaticano tenha “agido junto à opinião católica alemã somente em favor da Espanha.”¹³⁰ Há também boatos de que Mussolini parece inclinado a “adotar a tese alemã”. O Brasil acredita ser necessário enviar um representante para “procurar pessoalmente Mussolini para colocar a Itália de nosso lado”. Não acredita o Brasil que a Itália tenha esquecido os “bons serviços que lhes prestamos no conflito com a Grécia”.¹³¹ A crítica também ecoa da imprensa inglesa que se opõe ao alargamento do Conselho, salvo no caso da Alemanha; apesar de Chamberlain mostrar reticências. Mas a decisão final do Foreign Office é que o aumento dos permanentes seja legado apenas a uma grande potência, o que deixa o Brasil fora da disputa. Somente a França parece continuar a demonstrar seu apoio à candidatura brasileira.

Algumas dessas informações são depois desmentidas e remodeladas pelos governos, criando uma atmosfera de intenso desencontro de posições. Enquanto alguns representantes diplomáticos defendem uma idéia, o governo expõe outra totalmente contraditória. Mas no final desses desencontros, confirma-se o que o Brasil temia, ele não receberá o apoio esperado para sua candidatura. Artur Bernardes lastima a situação em que o Brasil se encontra:

Apesar da sábia e patriótica diretiva do Governo Brasileiro e a despeito da louvável atuação dos Representantes do Brasil no exterior, a atitude da França, da Inglaterra e da Bélgica, a desagradável interferência coletiva dos países americanos, a fragilidade da cooperação espanhola e o procedimento abertamente combativo da Suécia, ao parecer apoiada pela maior parte dos neutros, demonstram que, se da banda dos ex-aliados e neutros a nossa legítima

¹²⁹ HILTON apud BARACUHY, op. cit., p. 74.

¹³⁰ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

¹³¹ Ibid.

pretensão teve e tem tantos obstinados opositores, maior e mais difícil de sobrepujar há de ser a oposição da Alemanha, que é a nossa forte adversa. Tanto mais, quanto os motivos da orientação do Reich não são apenas de prestígio e interesse exterior, mas também de política interna¹³².

Melo Franco, diante de todo esse movimento, percebe que o país está em um dos momentos mais críticos dentro da Liga e revela a situação nos seguintes termos:

Estamos em momento de agudos dilemas: ou a Liga das Nações reconhece o valor da nossa elevada colaboração e a importância da nossa grande pátria na comunhão internacional ou, ao contrário, dá uma prova de que é instrumento puramente europeu e alimentado por Governos, sem lugar para a América¹³³.

O governo brasileiro não está encontrando uma saída que lhe seja satisfatória e decide então tomar uma atitude radical declarando que há chegado o momento de tomar uma “solução definitiva”. O Brasil, já tinha uma vez vetado a entrada da Espanha como membro permanente porque ela “queria entrar sozinha com sacrifício nosso, não seria coerente consigo mesmo, adotando agora outra conduta em face da situação perfeitamente idêntica¹³⁴”. Bernardes afirma que o país será “fatalmente ludibriado” caso não insista “juntamente com Alemanha” pela cadeira permanente. Com efeito, o presidente julga preferível votar “contra qualquer aumento dos membros permanentes desde que Brasil e Espanha não sejam contemplados”. Acredita ele que essa atitude “prestigia” o Brasil, “ao passo que qualquer outra lhe diminui a autoridade internacional, principalmente, nos meios sul-americanos em cuja política o Brasil não pode perder o lugar que já conquistou”¹³⁵.

Visto que os acontecimentos não mais correspondem aos desígnios previamente estabelecidos, a ordem final de Artur Bernardes é que se adote o veto para a Assembléia de Março de 1926. O presidente tem todos os motivos para agir dessa forma, pois as chances para o Brasil se reeleger como membro provisório são praticamente nulas, até pela promessa feita aos latino-americanos de que o país não se submeteria a uma nova eleição para continuar como membro não permanente. Além disso, o Brasil não tem interesses vitais em jogo na Europa o que ameniza qualquer atitude tomada.

¹³² APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, AB-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

¹³³ Ibid.

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ Ibid.

A decisão final de optar pelo veto gera, todavia, discordância entre Melo Franco e Artur Bernardes.¹³⁶ O delegado brasileiro chega a afirmar que não se deve “em caso algum, exercer o direito de veto contra a Alemanha, pois que, se vencer a sua tese, a culpa recairá somente sobre as grandes potências”. O Brasil deve facilitar, segundo ele, a entrada da Alemanha, Polônia e Espanha para poder continuarem insistindo no argumento do desequilíbrio de representação continental no Conselho e permanecer com sua tese. Ainda ressalta a importância dos acordos de Locarno e do “sistema de garantia por eles criado” aumentando a “segurança da França e da Bélgica” e melhorando, ao mesmo tempo, a “existência da Polônia e da Tchecoslováquia”. Para finalizar, ele complementa que “nos exporíamos a uma situação muito desagradável e à condenação pela opinião universal, se assumíssemos esse odioso papel.”¹³⁷

Numa outra conversa com Souza e Silva, Melo Franco relata que o veto do Brasil à entrada da Alemanha “irá provocar uma grande complicação na Europa” manifestando, assim, o receio de que “fóssemos causar uma nova guerra na Europa e que o Brasil ia ser execrado e atacado por todo o mundo”. Por fim, ele chega a declarar a seguinte frase: “Eu em caso algum vetarei.”¹³⁸ Essa posição de Melo Franco coloca em dúvida a própria Europa que não acredita que o Brasil levará a efeito a ameaça de vetar a Alemanha. Alguns artigos ainda encontram argumentos para justificar a recusa brasileira de vetar, como a edição de Paris, de NY Herald, que “propala até que a Inglaterra nos teria ameaçado de boicotagem financeira”.¹³⁹

Chamberlain e Briand, tomando conhecimento da intenção do veto brasileiro, recomendam a seus representantes no Brasil que conversem com o presidente Artur Bernardes para que ele mude suas instruções a Melo Franco a fim de impedir que o veto seja posto na sessão. Na nota remetida ao presidente, há uma tentativa de sensibilizar Artur Bernardes com as seguintes palavras: “se o Brasil consentir em dar seu acordo a seus amigos europeus”, isso lhe renderá “homenagens” pela “magnitude e grandeza de alma” e assegurará a paz européia.¹⁴⁰ Mas Bernardes não parece muito entusiasmado com tal nota.

Melo Franco ainda tenta, às vésperas da reunião convocada para tratar da entrada da Alemanha, fazer uma inversão de pauta. De acordo com seu ponto de vista, o aumento do número

¹³⁶ Na verdade, a falta de unidade abrange também a delegação brasileira em Genebra como um todo. Há aqueles mais radicais que apóiam a idéia de usar o veto para arrancar a concessão do lugar permanente como Souza e Silva, Leitão de Carvalho, Montarroyos e Paulo da Silveira.

¹³⁷ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, A.B-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

¹³⁸ Ibid.

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ BREDA DOS SANTOS, 1996, op. cit., p. 204-205.

de membros permanentes deve anteceder à admissão da Alemanha e não o contrário como está planejado. O representante brasileiro acredita que a ordem que está pré-estabelecida é uma maneira de prejudicar sua delegação almejando, dessa maneira, uma inversão da ordem do dia.¹⁴¹ Essa inversão poderia, talvez, livrar o Brasil de assumir a responsabilidade do veto. Todavia, o delegado brasileiro acaba aceitando, a pedido de Chamberlain, em ser o primeiro a pronunciar-se na Assembléia extraordinária.

A essa altura, a situação parece perdida para todos. O Brasil já não tem o apoio necessário para sua candidatura, a Alemanha mantém sua posição intransigente e não está interessada na solução encontrada pela Suécia e a Polônia¹⁴² ainda insiste em manter sua candidatura. Parece que a melhor saída para esse dilema será prorrogar a entrada da Alemanha para setembro. O grande percalço nessa atitude será a diminuição da credibilidade, não apenas da Liga que se revelará uma organização centrada em rivalidades e guiada por interesses particulares – bem diferente do projeto planejado –, como também dos Acordos de Locarno nos quais a opinião pública europeia depositou tanta confiança. Nesse momento, o Brasil aparece em cena, vislumbrando-se como uma saída para tal dilema. Se o delegado brasileiro efetivar as ordens de seu presidente, ou seja, utilizar seu poder de veto, os países europeus podem desviar a causa do fracasso para o Brasil, isso mascarará o clima de intrigas em que está inserida a Europa e aliviará a tensão da política internacional. É assim que a decisão brasileira deixa de ser um “obstáculo para tornar-se um ingrediente de alívio para a crise europeia”. Com efeito, desencadeia-se o desejável. Melo Franco é o primeiro a se pronunciar na Assembléia e assume, perante o mundo, a responsabilidade do “fiasco” daquele momento vetando a entrada da Alemanha¹⁴³. Braz Baracuhy examina esse processo nos seguintes termos: “as dinâmicas de poder no tabuleiro multilateral passam a exercer influência considerável no tabuleiro geopolítico.”¹⁴⁴ Em outras palavras, o Brasil interfere na política das potências europeias revelando a coexistência do multilateralismo e das tradicionais relações geopolíticas.

Os jornais da época denunciam, no geral, a atitude tomada pelo Brasil. O Jornal de Genebra, através de William Martin “deplora o veto do Brasil, que ele considera a manifestação

¹⁴¹ APM. Belo Horizonte, 1926. (Cx. 120, A.B-PR, 1926-01-12/ 1926-09-09).

¹⁴² A Polônia sabe que se a Alemanha for admitida no Conselho ela vai querer revisar a questão de Dantzig e das minorias alemãs na Polônia e que se a Polônia não entrar junto com a Alemanha esta imporá um veto a essa pretensão.

¹⁴³ VASCONCELOS, op. cit., p.43.

¹⁴⁴ BARACUHY, op. cit., p. 47.

de um interesse egoísta”. O “ECHO de Paris” estima que a crise mostra uma Sociedade das Nações “impotente e dividida pelas políticas nacionais”. Os jornais brasileiros, contrários ao governo, como “O Jornal”, “Correio da Manhã”, “A Noite”, “A Tribuna” e “A Pátria”, além de condenar a atitude de Bernardes, ainda exploram o fato do Brasil “manter um representante em Genebra, quando o Governo não tem nem mesmo dinheiro suficiente para pagar a educação pública.”¹⁴⁵

Nota-se nesse episódio uma discrepância de atuação entre o Governo e o Itamaraty. As tentativas de Melo Franco em convencer Artur Bernardes a não usar seu poder de veto foram fracassadas. Na visão de Breda dos Santos, o Poder Executivo e o Ministro das Relações Exteriores têm uma visão “superficial dos acontecimentos” e suas atitudes são determinadas por um “sentimento de orgulho nacional” e pelas “repercussões que as relações exteriores têm.” Isso se “contradiz com os diplomatas brasileiros representantes na Liga que se detêm a questões mais concretas.”¹⁴⁶ Melo Franco acredita ser o veto uma incoerência na política externa brasileira, ao passo que o governo está mais preocupado com as repercussões políticas no interior do país que com as considerações de ordem diplomática.

Diferente do Governo de Epitácio Pessoa, no qual os delegados brasileiros agiam com mais autonomia, no Governo de Bernardes essa liberdade de ação é restringida pela obsessão do Chefe de Estado em empreender uma ação estratégica de promoção do país na política internacional. Assim, o campo de ação de Melo Franco é restringido aos interesses do presidente Artur Bernardes. Interesses estes que têm embutidas as orientações da elite política nacional que querem uma política interna tranqüila para continuar exercendo seu poder no cenário brasileiro. A predominância de atributos da antiga política e a não ascensão de algumas inovações desejadas pode ser vista nos muitos diplomatas representantes no exterior que não são de carreira, mas escolhidos entre os representantes políticos viciados com o tradicional capitalismo bucaneiro. A regulamentação do Itamaraty, por exemplo, só ocorre em 1945 com a criação do Instituto Rio Branco, institucionalizando o ministério e a carreira diplomática.

Como resultado da atitude brasileira, a admissão da Alemanha é adiada para setembro e é designada uma Comissão¹⁴⁷ para analisar questões relativas à composição do Conselho. Essa Comissão é responsável por estudar questões desde o número de membros a ser admitidos até o

¹⁴⁵ BREDA DOS SANTOS, 1996, op. cit., Cf. nota 127, p. 206-207.

¹⁴⁶ Ibid., p. 197.

¹⁴⁷ Composta de 10 membros pertencentes ao Conselho e outros cinco Estados: China, Polônia, Suíça, Alemanha e Argentina.

modo de eleição dos mesmos. Após algumas propostas fica decidido, por iniciativa da Inglaterra, o aumento dos membros não permanentes no Conselho e um projeto para regular as eleições desses membros. A Comissão se pronuncia a favor de três lugares não permanentes para os Estados latino-americanos e as eleições para não permanentes devem realizar-se imediatamente de modo que os nove novos membros provisórios possam assumir suas funções. A questão da entrada do Brasil e Espanha para o quadro dos membros permanentes é adiada para outra ocasião, assim como a reivindicação de outros países como Polônia, China e Persa.¹⁴⁸ Se as funções dos novos membros eleitos forem tomadas de imediato, como sugere a Comissão, o Brasil perderá mais rápido seu lugar no Conselho como provisório. A fim de evitar uma humilhação de tal grandiosidade, o Brasil prefere sair da Liga das Nações, encerrando sua história de participação numa organização internacional de renome e, indiretamente, se afastando também dos problemas da Europa.

Felix Pacheco, Ministro brasileiro, envia um telegrama a Melo Franco para ser lido na sessão do Conselho que trata da retirada do Brasil. Seu discurso contém duras críticas à política da Liga assinalando que o aumento do número de membros não permanentes deveria ser seguido pelo aumento do número dos permanentes para representar uma proporcionalidade justa. Além disso, o Brasil recusa a política do Conselho de admitir somente a Alemanha no quadro de permanente, o que não logra a universalidade defendida pelo Brasil.¹⁴⁹ Pacheco ainda argumenta que em vez de “preparar o futuro”, a Liga propunha “perpetuar o passado.”¹⁵⁰ Melo Franco, entretanto, escreve sua própria declaração e não acata a sugerida por Felix. Apesar de não diferir muito, Franco não endereça nenhuma acusação direta às grandes potências. Felix, descontente com a não leitura de seu discurso, envia diretamente ao Secretário Geral da Liga uma nota com suas palavras, apresentando a decisão do governo de se retirar da Sociedade sem que Melo Franco saiba. Melo Franco se decepciona com essa atitude revelando nesse episódio mais uma discordância entre a política do governo e do Itamaraty e os delegados brasileiros representantes na Liga.

O Brasil, depois de sua comunicação de abandono da Liga, ainda tem que decidir sobre outras questões como, por exemplo, se manterá ou não Epiácio Pessoa na Corte de Justiça -

¹⁴⁸ BREDAS DOS SANTOS, 1996, op. cit., p. 219-228.

¹⁴⁹ Ibid., p. 229-230.

¹⁵⁰ GARCIA, Eugenio Vargas. A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. **Revista Brasileira de Política internacional**, Brasília/DF, ano 37, n.1, p. 18, 1994.

afinal a denúncia do Tratado é efetivada apenas depois de dois anos do anúncio da retirada da Liga. Nesse meio tempo, o Conselho ainda tenta convencer o Brasil a voltar atrás em sua decisão argumentando que o Brasil “desempenhou uma colaboração muito preciosa” e que deveria “examinar com benevolência a possibilidade de continuar sua participação nos trabalhos da Sociedade.”¹⁵¹ Todavia, o Brasil não se sensibiliza e se retira definitivamente da Liga em 1928 sendo o primeiro membro originário a se separar da Sociedade das Nações.

Com o anúncio de retirada da Liga, o Brasil se inscreve numa perspectiva de maior aproximação continental, especialmente com o Governo de Washington, afastando-se dos assuntos europeus. Prova disso é a recusa da casa dos Rothschild em conceder empréstimos de capitais ao Brasil, durante a crise de 1926, por considerar a atitude brasileira anti-britânica. O Brasil não se contraria muito com a atitude inglesa por já vir estreitando contatos com financiadores norte-americanos, o que resulta em um contrato com a casa Dillon Read, em Nova York, em 1926. A não dependência exclusiva dos banqueiros londrinos certamente interfere na decisão do Brasil de confirmar sua orientação de “deseuropeização” da sua política externa se abstendo do compromisso do Pacto da Liga e apenas mantendo uma cooperação amistosa nas áreas técnicas. A ambigüidade da política exterior de Artur Bernardes cede lugar para a aproximação pan-americana superando a participação no multilateralismo universal.¹⁵²

Ikenberry resume a história da Liga salientando que as Grandes Potências precisam “não só exercer poder, mas saber como limitá-lo estrategicamente em função da própria existência da ordem.” E são exatamente as instituições multilaterais que “possibilitam a adesão à ordem, tanto dos Estados fortes – que limitam, mas também projetam seu poder – quanto dos Estados mais fracos – que encontram nela possibilidade de negociações mais equitativas por seus interesses.”¹⁵³ Esse novo procedimento de negociar as relações internacionais é mais produtivo a longo prazo como corretamente aponta Joseph Nye: “é mais eficiente, no longo prazo, moldar os interesses e orientações dos Estados pela adesão aos valores de uma ordem na qual participam do que moldar suas ações pela coerção.”¹⁵⁴ Assim, a guerra e o equilíbrio de força concorrem com um forte candidato à ordenar o sistema internacional, as organizações multilaterais. Apesar dessas instituições não atingirem o ápice de um processo democrático e equivalente, sendo

¹⁵¹ GUERRERO, op. cit., p. 35.

¹⁵² GARCIA, 1994, op. cit., p.19.

¹⁵³ IKENBERRY apud BARACUHY, op. cit., p. 28.

¹⁵⁴ NYE apud BARACUHY, op. cit., p. 30.

muitas vezes um caminho de dominação e orientação dos Grandes Estados, elas trazem ao cenário internacional um processo de negociação menos agressivo e mais democrático. O propósito explícito das Grandes Potências de utilizar a guerra como continuação da política não é mais aceito entre os dirigentes políticos do novo sistema e, especialmente, aos olhos da opinião pública. Ainda não há um arranjo ideal de organização, mas os resultados demonstram avanços positivos em seu processo. E é com essa perspectiva que deve ser vista a história da Liga das Nações e a participação brasileira nessa organização multilateral.

CONCLUSÃO

A participação do Brasil na Liga das Nações deve ser avaliada sob várias dimensões. A linha política iniciada com o Barão do Rio Branco de aproximação com os Estados Unidos e de resolução pacífica dos conflitos fronteiriços reforça a confiança da diplomacia brasileira em promover seus interesses, permitindo ao país fazer parte das grandes questões decisórias da ordem internacional através da Liga das Nações. Nacionalismo, otimismo, prestígio, jogo político são fatores que elevam a capacidade de percepção e grandeza do país no sistema internacional. Duas questões fundamentais estão na agenda do Brasil na sua participação na Liga: a redução dos armamentos e a posição do país como membro permanente do Conselho. Quanto à primeira questão, o Brasil contrapõe-se às discussões da época no referente à diminuição da capacidade militar, assumindo uma posição de obstrução à política armamentista e buscando vantagens especiais para o país devido às suas peculiaridades nesse domínio. Entretanto, pode-se afirmar que essa posição assumida pelo Brasil nada mais é que o resultado do sentimento de nação despertado pela Primeira Guerra que busca a segurança militar do país. Quanto à segunda questão, Artur Bernardes assume uma luta constante na sua política exterior para obter um lugar permanente no Conselho de Segurança. Essas duas questões evidenciam uma vitória para o multilateralismo que dá voz a países medianos, como o Brasil, barrando algumas vezes os interesses estratégicos das Grandes Potências.

Diversos fatores concorrentes explicam a ação política de Artur Bernardes e a campanha brasileira, especialmente, no que se refere à segunda questão, a saber, a busca por um lugar entre as cinco Grandes Potências no Conselho Executivo. Artur Bernardes visualiza o papel do Brasil no novo sistema internacional, pós-1919, de maneira positiva e atraente, atribuindo um alto valor na sua participação no centro decisório do plano multilateral. Além da valorização do país no sistema internacional, o Brasil também supervaloriza o papel da Liga das Nações como instrumento multilateral capaz de limitar as estratégias das Grandes Potências e guiar a nova ordem internacional equilibrando a anarquia do ambiente interestatal. Em outras palavras, a aposta no multilateralismo, por parte da cúpula governamental brasileira, repudia as assimetrias internacionais e acaba por atribuir à Liga o papel de dar voz às pequenas e médias potências no palco dos assuntos mundiais.

Os fatores que contribuem para a autopromoção do papel brasileiro no sistema multilateral estão relacionados com as virtuais marcas da diplomacia brasileira, herdadas da política de Rio Branco, que marcam a elite nacional. Esses caracteres são ressaltados e articulados no discurso internacional da Liga das Nações. Com o intuito de se promover no

círculo concêntrico de poder, o Brasil mescla situações do presente com percepções do passado para sustentar sua premissa de conseguir um lugar permanente no Conselho Executivo. O poder sobre o passado resulta numa recriação de elementos que acaba por influir os processos atuais revelando uma coexistência e interdependência do passado com o presente.

Assim, a realidade é ordenada de maneira a compreender as relações empreendidas distinguindo o que é importante e o que não é para poder atingir os objetivos propostos. As diferentes interpretações de acordo com as tradições históricas resultam em representações que projetam uma perspectiva própria. A percepção do passado, a histórica tendência pacífica, a grande extensão territorial e populacional, a preferência pela arbitragem e pelo direito internacional, aliados com as situações da presente política brasileira como as sucessivas reeleições do Brasil como membro não permanente – facilitada pela falta de regras claras de eleição dos membros temporários⁴⁴⁹ –, a participação na guerra - exclusiva entre os países sul-americanos –, o sucesso nas questões brasileiras na Conferência de Paz - questão do café, dos navios – e a importante contribuição financeira na Liga resultam na decisão tomada por Bernardes em “buscar ganhos de poder na nova ordem que parecia destinada a reger o futuro das relações internacionais.”⁴⁵⁰ Essas situações históricas justificam o intento brasileiro em conseguir um lugar de destaque na Liga e elevam o otimismo de Artur Bernardes. Incrementam esse prestígio as promoções de representações diplomáticas brasileiras e a criação de embaixadas de outros países no Brasil; as visitas de importantes autoridades ao Brasil vistas, por exemplo, no Centenário de Independência; as vantagens nas negociações territoriais com os vizinhos sul-americanos; a nomeação de reconhecidos brasileiros para assumirem diferentes postos nos órgãos da Liga, etc. Como resultado, a grandeza atribuída ao país no sistema internacional é elevada e faz com que a política exterior do país seja marcada pela busca de uma equivalência no círculo das grandes potências.

O Governo Bernardes assume uma política exterior coerente ao defender o ideal da arbitragem, do direito e da justiça internacional. Esses instrumentos constam na diplomacia brasileira desde seus discursos em Haya. Inclusive uma reivindicação por um lugar permanente numa Corte Internacional de Justiça para o país já havia sido defendida em 1907 pelo delegado Rui Barbosa.⁴⁵¹ É possível que o discurso da política externa brasileira valha-se

⁴⁴⁹ O Pacto é mais interpretativo que objetivo.

⁴⁵⁰ BARACUHY, Braz. **Vencer ao perder**: a natureza da diplomacia brasileira na crise da Liga das Nações (1926). Brasília/DF: FUNAG, 2005. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Instituto Rio Branco, 2003. p. 50.

⁴⁵¹ Nessa ocasião ele “defendeu o princípio de igualdade jurídica entre as nações e, de certa maneira, os interesses dos países pequenos. Ele se opõe a uma proposição na qual as grandes potências detenham o monopólio dos lugares permanentes nessa Corte enquanto os outros países participam de um sistema de

mais pela promoção dos próprios interesses que meramente por uma defesa da justiça internacional. A defesa por princípios igualitários abre uma alternativa coerente e justificável para o país entrar em uma organização multilateral e defender uma igualdade de tratamento, baseado nos princípios do direito internacional e conquistar, assim, um lugar de destaque na esfera a qual está inserido. Dessa maneira, seu discurso camufla os reais interesses, seja de uma política de prestígio ou de ganhos econômicos ou ainda de um mero jogo político, e lança o país numa esfera global na qual pode lutar por seus ideais e interesses. Com efeito, a cúpula governamental usa o “jeitinho brasileiro” para atuar na cena internacional e de alguma forma não ser mal visto pelos outros países, pois tem como escudo seu discurso idealista de país pacífico e defensor da justiça e direito internacional.

Esses itens idealistas se enquadram no momento vivido no pós-guerra marcado pela busca de boas relações diplomáticas com outros países, posicionando o Brasil numa harmonia com o sistema multilateral e, com efeito, promovendo-o, na visão da elite dirigente brasileira, a um importante ator nas relações internacionais capaz de desempenhar um papel significativo na política internacional.

A diplomacia brasileira vive um momento ímpar, diferente de outros países latino-americanos que preferem tratar da política interna que se envolver nos assuntos internacionais, como faz a Argentina. Um fator, todavia, que preocupa o Brasil durante esse período de formação de um pensamento nacionalista e patriótico são as questões de desordem interna que tendem a deteriorar a imagem do Brasil perante as outras nações e a abalar o prestígio auto promovido pelo governo brasileiro. Por essa razão, os representantes brasileiros utilizam-se mais uma vez de seu discurso e das boas relações para esclarecer, da maneira que visar mais conveniente, os diversos acontecimentos no interior do Brasil de modo a amenizar a situação em benefício do país. O grande interesse de Artur Bernardes é usar a política externa para regular questões de ordem interna e aumentar seu prestígio internacional.

O país não tem uma concepção exata sobre qual posição quer assumir no futuro no arranjo internacional, mas é regido por uma política estratégica imediatista de se destacar na cena externa através do Conselho da Liga para desviar a atenção dos problemas internos e valorizar o Brasil no palco mundial. O Governo Bernardes visualiza tais oportunidades na política internacional e começa a delinear os meios disponíveis para atingir seus objetivos de prestígio interno e externo. A estratégia escolhida é usar como argumento a tradicional política pacifista da política externa brasileira e aproveitar a estrutura doméstica – composta

rodízio.” BREDA DOS SANTOS, Norma. *Le Brésil et la Société des Nations*. 1996. 269f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade de Genebra, Genebra, 1996. p.33.

por uma elite conivente com o governo público - para argumentar em favor de um lugar de destaque no centro das decisões do palco multilateral.

A ansiedade do Governo brasileiro em lutar a qualquer preço para conseguir um assento permanente tem um viés de política interna. A cultura brasileira está alicerçada na estratégia do ganho fácil e imediato e esta é redimensionada para as negociações estrangeiras, nas quais o Brasil quer um lugar permanente o mais rápido possível não podendo esperar uma próxima Assembléia ou ganhar tempo para encontrar uma saída estratégica para sua reivindicação. Por esse motivo, pelo ganho imediato, Artur Bernardes não tem dúvida, é “ganhar ou não perder,” e para atingir esse objetivo qualquer atitude é válida. O país se aventura nas negociações multilaterais não com um projeto conciso e planejado, mas com um discurso marcado pelo ideal da paz dentro do seu “ciclo de amizade” que justifique sua intenção de participar nas negociações das grandes potências. Para justificar o imediatismo brasileiro somam-se ainda os vários problemas na política interna do Governo Bernardes que exigem uma solução rápida. As preferências por uma determinada decisão de política externa estão mais ligadas às necessidades do momento sendo muitas vezes imprevisíveis e ditadas pelos interesses de um pequeno grupo que domina a política interna. No caso de pleitear um lugar na Liga, um dos motivos é a necessidade de trazer ao cenário interno do governo Bernardes um fato positivo para amenizar a conturbada situação política nacional. Para atingir esse objetivo nada melhor que um acontecimento internacional do qual o Brasil faça parte para agradar o povo brasileiro. Afinal, o brasileiro tem tendência em considerar tudo que vem de fora melhor; assim, no entender de Bernardes, a sociedade verá com bons olhos sua política externa, caso ele tente a qualquer preço investir na candidatura do Brasil a um assento permanente. E o Governo brasileiro, na opinião dele, só tem a ganhar se aventurado fora de seu “sistema de poder”. Além disso, é certo também, que depois do governo brasileiro se engajar nessa política de concorrência pelo assento permanente do Conselho ele “não pode mais recuar sem que seu prestígio se ressinta no interior do país.”⁴⁵²

Apesar da política de Artur Bernardes ser figurada por traços imediatistas, existe no imaginário do governo uma providência que propicia a decantação de elementos que definem identidades e interesses cujo fim é projetar um ideal. Dessa maneira, as elites de política externa percebem os movimentos das dinâmicas de poder por posições no sistema internacional e traçam suas estratégias a fim de garantir um lugar nessa nova reordenação do sistema. A Liga das Nações ganha relevo e o Conselho de Segurança se torna atraente para a

⁴⁵² GUERRERO, Manuel Perez. **Les relations des États de l'Amérique latine avec la Société des Nations.** Paris : Editions A. Pedone. 1936. p.26-7.

política externa brasileira. Com efeito, as linhas estratégicas da elite nacional precisam se consolidar na política internacional e se engajar nessa organização para defender seus objetivos e fazer parte desse arranjo institucional de prestígio na nova ordem. Trata-se, assim, de garantir a sobrevivência não apenas da unidade política do país, mas também de projetar um lugar de destaque no sistema internacional.⁴⁵³ Em suma, a política de Artur Bernardes é uma política imediatista com o fim de atender seus interesses e necessidades de um momento definido, o que não descarta a elaboração de estratégias e a criação de artefatos para atingir tal objetivo.

Contrariamente, as projeções delineadas pelo Brasil não têm sustento equivalente nas mentalidades de outros atores, políticos das Grandes Potências, que negligenciam as pretensões brasileiras e somente dão a atenção merecida no instante em que o Brasil anuncia sua pretensão de usar o veto barrando, por conseguinte, os interesses dos países europeus. A explicação para tal negligência está na ilusão das lideranças européias de que suas diplomacias ainda dominam o mundo o que, por vez, não abre espaço para as manifestações dos pequenos países. Mas é exatamente nesse aspecto que está inserido o sucesso da Liga das Nações como entidade multilateral ao permitir, ainda que de maneira tímida, que países como o Brasil interfiram nas negociações das Grandes Potências.

O Brasil aproveita essa abertura multilateral e procura adequar suas táticas na busca de uma maior projeção internacional. Apesar da necessidade de se considerar um relativismo na política de Artur Bernardes, quando inserida internacionalmente - pelo fato da imprevisibilidade das Relações Internacionais e de seus atores que colocam em risco as concepções projetadas pelos agentes brasileiros - o Brasil sabe barganhar e jogar de acordo com as necessidades do momento. Exemplo dessa barganha pode ser visto nos vários empréstimos financeiros efetuados pelo Brasil tanto nas casas de Londres quanto nas dos Estados Unidos. Essa facilidade expressa pelo governo brasileiro é ocasionada pelo momento pós-guerra que favorece uma ambivalência na cena internacional marcada pela ascensão dos Estados Unidos se contrapondo ao cimentado centro de poder europeu.

Todavia, mesmo com a ascensão de uma outra potência fora do círculo europeu, a assimetria entre os Estados é mantida. E esses mesmos Estados querem assegurar o seu poder e mantê-lo de forma duradoura, o que impede a abdicação da soberania e segurança em favor de uma organização multilateral. Dessa maneira, o estabelecimento da Liga das Nações ocasiona a coexistência do velho e do novo na política internacional. O velho está marcado

⁴⁵³ BARACUHY, op. cit., p. 46.

pela insegurança do anárquico sistema internacional, pela forte presença das rivalidades geopolíticas e pela permanência de relações viciadas pelo poder. O novo está figurado pela sociabilidade e aproximação entre as nações, pela crescente cooperação. Uma constatação dessa coexistência está presente na crescente afirmação dos Estados Unidos na cena internacional defendendo valores liberais convivendo, ao mesmo tempo, com as potências européias com valores conservadores. Essa ambivalência é notável também no Brasil que está dividido entre o novo e o velho. Portanto, é com esse olhar ambivalente que deve ser visualizado o momento de criação da Liga das Nações, pois somente com esse relativismo não se corre o risco de reduzir um momento tão complexo da história mundial.

O que se nota disso tudo é a formação de outra opção para os Estados - especialmente para os Estados menores - pela via institucional na qual eles vêem uma possibilidade de participar das decisões do poder mundial. Não há, de fato, a superação dos antigos métodos de resolução dos conflitos, mas sim uma superposição. As Grandes Potências aceitam estabelecer limites ao seu próprio poder desde que continuem moldando a ordem e o futuro das relações internacionais e tenham ganhos em longo prazo.

Mas detendo-se à crise de 1926, pode-se afirmar que esta possui duas vertentes fundamentais para o Brasil: uma de política externa – conseguir um lugar permanente no Conselho – e outra de política interna – angariar apoio doméstico ao governo Bernardes. O forte teor nacionalista da busca por ganhos na nova ordem multilateral tem como resultado a atitude de assumir o veto à entrada da Alemanha no Conselho. Essa crise, todavia, não deve ser julgada como um mero “fiasco” da política de Bernardes. Há outros fatores de ordem internacional que contribuem para o fracasso das negociações. Com efeito, ela deve ser vista em diferentes perspectivas, mas todas elas dependentes. De um lado está a questão da segurança européia e das antigas estruturas geopolíticas que enfatizam o equilíbrio de poder e as tradicionais relações políticas; de outro está a ambição brasileira de assumir um lugar no centro de decisão da Liga. Norma Breda acrescenta um outro elemento nessa via de mão dupla referente à ordem institucional. Na sua concepção a crise da Sociedade das Nações está assentada em três patamares não excludentes: um de ordem orgânica e constitucional, o que significa que a estrutura da Liga não é objetivada de maneira coerente com seus objetivos. Outro de ordem política, no qual as grandes Potências não reconhecem as mudanças da diplomacia consagradas pelo Pacto. E, por fim, há uma intransigência de membros não

permanentes, como o Brasil, que dotado de um nacionalismo exacerbado eleva seu pensamento de grandeza.⁴⁵⁴

Os motivos da atitude tomada pelo Governo Brasileiro já foram ressaltadas aglutinando razões de ordem política, resultado dos movimentos contestatórios vividos no Governo Bernardes e também de ordem cultural, que coleciona fatores de política imediatista e características brasileiras que justificam tal atitude.

No plano da estrutura da Liga das Nações tomam-se emprestadas as palavras de Chris Leuchars de que “as idéias do século XX estavam se movendo depressa demais para as mentes do século XIX.”⁴⁵⁵ Essa assertiva vai ao encontro das idéias de Grey de que todo ideal é difícil de ser colocado em prática e a estrutura da Liga não consegue ser fiel ao seu ideal de igualdade e justiça por ter privilegiado, através da diferenciação entre os membros permanentes e provisórios no Conselho de Segurança, as Grandes Potências aliadas, além de excluir países como a Alemanha do concerto das decisões.

Por fim, o terceiro elemento que contribui para a crise de 1926 está assentado, principalmente, na geopolítica européia e na sua visão de mundo. O sistema internacional é constituído de Estados soberanos que não reconhecem autoridade superior à sua própria e que têm estratégias, nem sempre convergentes, o que pode gerar conflitos de interesses muitas vezes resolvidos pela guerra que, na visão da *Realpolitik*, nada mais é que a continuação da política por outros meios. Esse sistema anárquico é o grande problema da política internacional e ele não muda com a criação da Liga das Nações. O que se modifica com a constatação de um “tabuleiro multilateral” é um contraponto existente aos mecanismos clássicos de poder no “tabuleiro geopolítico.”⁴⁵⁶

Assim, a geopolítica européia é outro importante fator a barrar os ideais da Liga. A obsessão francesa em garantir sua segurança e manter os territórios conquistados, principalmente devido à rivalidade alemã, revela abertamente a posição da França em conter a Alemanha. A França conta com o apoio da Polônia, que também julga a entrada da Alemanha na Liga sinônimo de revisões de questões geopolíticas, como a das minorias na Polônia e de Dantzig. A Inglaterra, apesar das pressões populares pelo pacifismo e do interesse na paz tem, no geral, como parte das Grandes Potências Europeias, desconsideração com a Liga. Dessa maneira, cada país interpreta a geopolítica da maneira que melhor lhe convém para articular seus objetivos, o que nem sempre está de acordo com o espírito da Sociedade das Nações.

⁴⁵⁴ BREDA DOS SANTOS, 1996, op. cit., p. 3.

⁴⁵⁵ LEUCHARS apud BARACUHY, op. cit., p.78.

⁴⁵⁶ Expressões usadas por BARACUHY. Cf. BARACUHY, op. cit., passim.

O que o Brasil não consegue perceber nesse caleidoscópio de interações é que as regras do sistema internacional são outras. A maneira como as negociações internacionais são guiadas pautam-se por uma *realpolitik* na qual os interesses particulares estão acima de qualquer “amizade” com outra nação. O potencial conflitivo do sistema internacional e a anarquia inerente a esse sistema colocam a força num alto patamar de prática política. As relações entre os países se classificam por momentos de aproximação e afastamento levando em conta apenas um equilíbrio de poder e uma posição de referência e destaque no sistema internacional. A Liga das Nações está inserida, lamentavelmente, nessa conjuntura, por isso ela não resiste à lógica realista que habitualmente domina as relações internacionais. A Sociedade das Nações é apenas uma tentativa de se implementar um pacto idealista num cenário marcado por práticas realistas.

De acordo com as perspectivas assumidas, pode-se resumir que o cenário formado no pós-guerra contra os moldes aristocráticos de predominância da honra, da linhagem e do prestígio não são suplantados, apenas camuflados, em favor dos processos democráticos e do direito. O equilíbrio de poder que deveria ceder lugar a uma “comunidade de poder”⁴⁵⁷ não atinge seus objetivos plenamente. A nova moldura projetada não produz a estabilidade necessária, os velhos problemas insistem em permanecer. Schweller resume bem essa impotência ao figurar que “no sistema internacional, os instrumentos do multilateralismo liberal para resolver problemas de segurança funcionam bem apenas quando não existem problemas de segurança.”⁴⁵⁸

Prova disso são os acontecimentos manifestados anos depois da Primeira Guerra conseqüência, principalmente, do Tratado de Versalhes, que representa a humilhação da Alemanha e não consegue produzir a estabilidade planejada construindo, ao contrário, zonas de tensão que acabariam por gerar uma dissolução moral e uma desordem econômica. Os vencedores da Primeira Guerra que tinham a tarefa de moldar a nova ordem através do Tratado de Versalhes não conseguem eliminar as tradicionais relações de poder baseadas na *Realpolitik* e acabam por inibir o papel da Alemanha nessa nova ordem. Essa situação fertiliza o nacionalismo alemão e a política do espaço vital, que reclama por terras povoadas por alemães na Polônia, Tchecoslováquia e Ucrânia, germinando fontes de movimentos nazistas e tendo como fim desse circuito a Segunda Guerra Mundial. E não se esgota nisso. O Japão tem seu militarismo expandido, na Itália surgem movimentos fascistas, invasões de territórios ocorrem na Manchúria, Finlândia e Abissínia. Além disso, a quebra da Bolsa de Valores de

⁴⁵⁷ Ibid., p.35.

⁴⁵⁸ SCHWELLER apud BARACUHY, op. cit., p. 32.

Nova York em 1929 leva os países a apelarem para iniciativas unilaterais e isoladas para buscar a recuperação de suas economias, relegando a segundo plano os princípios multilaterais da Liga.

Assim, a experiência da Liga revela uma falta de maturidade nas relações cooperativas, especialmente por parte de seus membros integrantes. A perda de eficácia desse organismo ao longo do tempo se deve às circunstâncias de crescente nacionalismo, depressão econômica e retomada do realismo nas relações internacionais. Os elementos realistas como a diferença de potencial econômico, as desigualdades de raças e o desnível de riquezas naturais contribuem para que discursos pacifistas se enfraqueçam e cedam lugar a políticas ambiciosas das nações que compõem a Liga. A anarquia e instabilidade do sistema internacional não garantem a segurança e a defesa das nações. Os Estados até defendem a repressão contra a guerra, todavia, não desejam assumir maiores compromissos para si, pois a desconfiança ainda é permanente. Dessa maneira, cada país precisa garantir sua integridade e soberania da maneira que melhor lhe convier, seja através da indústria armamentista, do domínio de territórios, seja pela ação econômica ou até mesmo pela imposição cultural. A força da moral no sistema internacional ainda não é suficiente para garantir a segurança que cada país necessita. Com efeito, o liberalismo vive uma crise, a economia vai sendo monopolizada, a democracia liberal abre espaço para certa centralização das decisões políticas, a desilusão e as crises sócio-econômicas conduzem à ascensão do autoritarismo e as lutas ideológicas afastam cada vez mais os Estados. Assim, a força simbólica de Versalhes acaba sendo mais forte que o ideal da Liga, e o idealismo é suplantado pelo realismo.⁴⁵⁹

Por essa razão a Liga das Nações fracassa; por ser um organismo formado por grandes potências que elaboram uma estrutura na qual continuam ditando o jogo político e criando suas próprias regras. Outros fatos contrários à Liga já indicam que seu trabalho não foi completo: a não ratificação dos Estados Unidos ao Tratado de Versalhes; a ocupação “à mão armada pelas forças militares da França, de várias cidades alemãs, a pretexto de garantir cláusulas do tratado da Paz”; a “desarmonia” de pontos de vistas manifestadas em várias ocasiões;⁴⁶⁰ a falta de meios eficazes para conter qualquer agressão e a não universalidade da organização. Há que se reconhecer também que o Pacto da Liga admite a guerra legal, pois deixa a liberdade de sanção como meio de ação para manter o direito e a justiça, não que isso

⁴⁵⁹ O resultado do fracasso da “política de apaziguamento” das idéias idealistas, para guiar a política internacional, é o advento da escola realista no Entre Guerras e a condição objetiva que determina o comportamento dos Estados contrapondo o equilíbrio de poder para balancear a anarquia inerente ao sistema. MAGNOLI, Demétrio. **Manual do candidato**: política internacional. Brasília/DF: FUNAG, 2004. p. 20.

⁴⁶⁰ A SOCIEDADE das Nações. Exposição lida na Sociedade Brasileira de Direito Internacional pelo seu presidente Dr. Amaro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, n. 6, v. 156, 6, 5, p. 63.

seja uma recomendação de guerra, mas é uma tolerância à mesma.⁴⁶¹ Outro ponto de fracasso é a retirada de países como Japão e Itália.⁴⁶² Na opinião do professor George D. Nerron, a Sociedade das Nações “é apenas tal de nome”, pois de fato é “uma liga de governos somente,” ou melhor, uma justaposição de Estados. É uma instituição “para a coerção dos povos no interesse do capitalismo internacional, não uma liga dos povos para a sua própria paz e liberdade.” O senador Americano Knox, em discurso de 29 de agosto de 1919, complementa essa idéia declarando que “não se trata de um tratado, mas de uma trégua.”⁴⁶³

Em suma, as rivalidades econômicas e políticas não desaparecem com a simples criação de uma organização ordenadora das relações entre os Estados. Progresso há. Mas como toda grande transformação não ocorre subitamente, a Liga apenas sinaliza uma mudança de mentalidade na qual, por exemplo, não é mais bem visto pela opinião pública uma política agressiva e dominadora por parte dos *policymakers*. Pode-se considerar, pelas questões sumariamente expostas, que as dinâmicas por posições de poder não são superadas totalmente com a inserção do multilateralismo no ambiente internacional. Há uma interposição de tabuleiros, como afirma Baracuhy, cujas “dinâmicas no tabuleiro multilateral passam a afetar o próprio funcionamento do tabuleiro geopolítico tradicional”⁴⁶⁴ e vice-versa. Dependendo da ocasião, um se destaca perante o outro. O sistema de equilíbrio pluripolar tem uma “dupla consciência,” no fundo, contraditória: de “uma civilização comum e de uma rivalidade permanente.”⁴⁶⁵

Todavia, a Liga das Nações não pode ser encarada como um mero fracasso, porque se assim fosse nada seria acrescentado à sociedade moderna. Ela representa o início de uma nova ordem internacional que aprimora, cautelosamente, suas relações. A Sociedade das Nações aproxima o velho e o novo mundo sinalizando um progresso lento e desafiador às relações entre os Estados. As inúmeras reuniões convocadas, por exemplo, revelam uma maior interdependência entre as nações. As várias discussões promovidas sobre a paz alertam para a necessidade do controle de armamentos. Acordos e tratados são sinais dos esforços despendidos que desafiam o *status quo*. Além disso, a diplomacia firma-se como um instrumento de política externa, reconhece-se a interdependência, as comunicações são facilitadas, o comércio é internacionalizado e há um cosmopolitismo crescente que favorece

⁴⁶¹ O Pacto admite a guerra nos seguintes casos: contra o Estado que recusa recorrer à arbitragem, contra o que recusa executar uma sentença arbitral ou uma recomendação do Conselho. ALMEIDA, Renato. **Liga das Nações**: constituição, estrutura e funcionamento. Rio de Janeiro: A Noite, 1938. p. 241-242.

⁴⁶² O Japão abandona a Liga em 1933 e a Itália em 1937.

⁴⁶³ A SOCIEDADE das Nações. Exposição lida na Sociedade Brasileira de Direito Internacional pelo seu presidente Dr. Amaro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, n. 6, v. 156, 6, 5, p. 43.

⁴⁶⁴ BARACUHY, op. cit., p. 33.

⁴⁶⁵ MAGNOLI, op. cit., p.49.

as organizações multilaterais. A faculdade das nações em dar explicações pela sua conduta e aceitar responsabilidades não destrói o direito a sua autonomia, e tornar a guerra uma exceção passa a ser visto como uma virtude política. Há uma crescente consciência jurídica nas nações civilizadas, mas não ainda uma aceitação plena, como confirma David Hill que “sob o ponto de vista jurídico ainda há um estado de anarquia.” Mas ele próprio equilibra sua tese ao afirmar que “há uma etiqueta internacional [...] há princípios reconhecidos pela ética internacional” que levam a certos acordos.⁴⁶⁶

Uma ação substancial é realizada pela Liga que acentua de maneira inequívoca a ação pró-paz e recebe a adesão de importantes filósofos e publicitários, além de parte considerável da opinião pública. As nações começam a aprender a trabalhar juntas, a se compreenderem e aproximarem. Talvez a sua obra não tenha sido tão satisfatória quanto almejavam seus objetivos iniciais, mas propicia um ensejo para uma possível colaboração futura. Como discursa o Sr. Pichon, ministro dos negócios estrangeiros da França, a Liga nasce de um “grande movimento internacional” e “não cessa de desenvolver-se”. Ela une as nações pelo “sentimento do perigo comum” que é a grande guerra.⁴⁶⁷ E no momento que as nações perceberem que podem existir vantagens em não recorrer à guerra poderá haver uma renúncia a esse direito e as chances para que as instituições multilaterais se firmem serão elevadas. Nos dias de hoje o “darwinismo” entre as nações não é mais apresentado como uma virtude, ele passa a ser visto de maneira negativa. Desperta-se uma consciência internacional, passo imprescindível para um mundo em harmonia. Presencia-se o começo de uma nova fase do direito internacional, óbvio que é apenas um começo, mas já o começo.

Tendo em conta todas as questões anteriormente traçadas, pode-se defender que a Liga deve ser encarada como um modelo a ser aceito e desenvolvido, como confirmam as palavras de Lord Robert Cecil:

Não procuramos fazer um edifício para o mundo, acabado e completo a todos os respeito; teria sido loucura intentá-lo. O que procuramos e esperamos fazer é lançar com boa vontade os fundamentos, sobre os quais os nossos sucessores possam construir. Acreditamos que esses fundamentos estão bem lançados, e que depende dos que vierem depois dar-lhes o caráter e a estabilidade precisa [...] Ele deve ser uma coisa prática antes de tudo.⁴⁶⁸

⁴⁶⁶ HILL apud PRAZERES, Otto. **A Liga das Nações**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. p. 22.

⁴⁶⁷ Discurso perante a Câmara dos Deputados de 24 de setembro de 1919. *Ibid.*, p.21.

⁴⁶⁸ Sessão de 14 de fevereiro, quando o projeto foi adotado pela Comissão Organizadora. A SOCIEDADE das Nações. Exposição lida na Sociedade Brasileira de Direito Internacional pelo seu presidente Dr. Amaro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, n. 6, v.156, 6, 5, p.22.

De acordo com os pontos de vista escolhidos chega-se a classificar que os progressos visualizados no âmbito multilateral não podem ser ordenados de maneira regular e contínua e num sentido único. Há uma coexistência de etapas, porém cumulativas. E para que esse progresso se intensifique é necessária a colaboração fecunda de todos e uma identificação dos mesmos com os atributos de determinado ideal. Com efeito, as instituições podem instalar a unificação em volta de algumas metas e, ao mesmo tempo, respeitar a diversificação dos membros, sua alteridade. Assim, as formas de poder podem ser melhor negociadas, almejando-se uma maior horizontalização dos processos.

É com essa perspectiva que deve ser encarada a Organização das Nações Unidas (ONU) instituição que substitui a Liga das Nações. O quadro do Conselho de Segurança da ONU reserva à França, China, Reino Unido, Rússia e Estados Unidos o privilégio de ocupar o Conselho como membro permanente. O Brasil, mais uma vez, não se elege a membro permanente, apesar de sua vasta experiência em foros multilaterais. Há uma persistência de determinadas crenças por parte do Brasil, como as já conhecidas postulações usadas na sua promoção durante o período da Liga, que são retomadas na ONU. A idéia de estender a composição do Conselho de Segurança e a intenção brasileira de fazer parte dele como membro permanente é realizada em 1944/45 e renovada em período recente. No momento de criação da ONU, o Brasil fundamenta sua intenção de pertencimento à organização pela sua participação política no sistema global, pelo envio da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra, pela posição de destaque na América do Sul, pela aliança com os Estados Unidos, etc. Cabe registrar que como candidato em potencial o Brasil, na década de 1990 e durante o Governo Lula, busca renovar sua valorização num momento de debate acerca da reforma do Conselho de Segurança e garantir, assim, uma participação mais significativa nesse Conselho. A constatação de que se deve aumentar a representatividade e a eficácia da ONU, seguindo-se critérios em que se destacam fatores geográficos e de desenvolvimento, além do fato da organização abrigar diversidades culturais, sociais e políticas, justificam as intenções brasileiras. A singularidade da diplomacia brasileira é novamente retomada e o Brasil apresenta essa situação nas suas relações bilaterais a fim de angariar apoio.⁴⁶⁹

A iniciativa brasileira, todavia, tem sido cautelosa – diferente da campanha prioritária do Governo Bernardes - e conclama, principalmente, a urgência de uma reforma na organização que passa por um período de crises e incertezas concernente a sua capacidade de implementação de decisões e imposição de restrições a seus membros, como demonstrado na

⁴⁶⁹ Cf. SILVA, Alexandra de Mello e. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. **Revista Brasileira de Política internacional**, Brasília/DF, ano 41, n. 2, p. 151-153, 1998.

Guerra do Iraque. A recente postura norte-americana e inglesa na guerra do Iraque, que inicia uma guerra sem sequer consultar a ONU, revela uma “crise do multilateralismo” e provoca um debate sobre a reforma da organização na qual o Brasil se mostra claramente contra o empreendimento anglo-americano e discursa pela defesa de elaboração e negociação de normas internacionais mais democráticas. A ONU parece estar malogrando em seus objetivos, mas ela também faz parte de um processo e está sujeita a todas as imperfeições. Assim como a Liga das Nações, a Organização das Nações Unidas representa um significativo passo para o estabelecimento de uma nova ordem mundial.

As características de cada contexto nacional e internacional devem ser consideradas e o progresso que marca o pós Segunda Guerra é evidente, centrando-se no desenvolvimento de uma densa rede de instituições internacionais e foros multilaterais como União Européia, Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, partidos políticos, organizações não-governamentais, etc. Inúmeros compromissos institucionais são firmados com a intenção de diminuir a insegurança das nações. Assim, um “verdadeiro sistema universal” se consolida no segundo pós-guerra.⁴⁷⁰ Atualmente, há um avanço da mídia, da opinião pública, uma “superação” da diplomacia secreta, acordos são publicados, há a liberdade da imprensa, etc. “É evidente que se desenham para um futuro próximo novas concepções sobre racionalidade e soberania, sobre direito e justiça internacionais [...]”⁴⁷¹. E todas essas características têm influências da Liga das Nações.

Por fim, é mister ressaltar que é quase unanimidade entre os estudiosos do assunto se referir à participação do Brasil na Liga como sendo um fiasco como expresso na opinião de Macedo Soares, por exemplo, ou uma *misperception* de Artur Bernardes - escolha de estratégias de ação inadequadas – como julga Garcia. Por outro lado, outros tentam defender a política de Artur Bernardes, caso de Montarroyos. O que tem em comum entre esses autores é a avaliação do assunto de uma perspectiva da política brasileira, seja interna ou externa. Alguns estudos mais recentes, como de Breda dos Santos e Baracuhy têm uma visão mais ampla do assunto inserindo atributos de política internacional.⁴⁷²

O presente trabalho procura acompanhar esta tendência em acreditar que diferentes razões – tanto de política interna/externa quanto de política internacional - contribuem não apenas para delinear a crise de 1926, mas também, para enquadrar o movimento de reestruturação da nova ordem. Além das questões políticas, é importante considerar nas

⁴⁷⁰ MAGNOLI, op. cit., p. 40.

⁴⁷¹ SOARES, José Carlos de Macedo. **O Brasil e a Sociedade das Nações**. Paris: A Pedone Editor, 1927. p. 181.

⁴⁷² A Política Internacional se refere ao sistema ao passo que a Política Externa se refere às unidades e seus propósitos.

Relações Internacionais o fato de que os assuntos do mundo são derivados não só da estrutura hierárquica do sistema ou de um equilíbrio de poder, mas também, de dimensões cognitivas que envolvem as tomadas de decisões dos atores da política governamental relativizando as concepções e invalidando as certezas do mundo. As reflexões acerca dos projetos humanos devem ser elevadas aos questionamentos de caráter determinista e de matriz geopolítica enfatizando a influência do condicionamento interno e das idéias criadas pelos chefes de poderes. Essas variáveis explicativas alargam as causas tangíveis e inserem nas relações internacionais a importância das percepções e das visões de mundo portadas pelos *policymakers*. Sob esse aspecto, pode-se entender a política de governo de Artur Bernardes, mais que uma mera política de estado, portando elementos particulares de um *policymaker* que ao longo de sua vida política define seu comportamento, o qual tem reflexos na participação do Brasil na Liga das Nações. Assim, somente com todas essas variáveis, em seu conjunto, de política interna, política externa, política internacional, ideais guiando ações, estrutura do sistema e teorias internacionais pode dar sentido à complexidade das relações internacionais. E para finalizar o projeto da Liga das Nações toma-se emprestado o triunfo das palavras de Almeida ao figurar que “a Liga não deve ser apenas julgada pela realidade que significa, mas também pela aspiração que encerra.”⁴⁷³

⁴⁷³ ALMEIDA, op. cit., p. 52.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Renato. **Liga das Nações**: constituição, estrutura e funcionamento. Rio de Janeiro: A Noite, 1938.
- AMORA, Paulo. **Bernardes, o estadista de Minas na República**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- ARRIGHI, Gionami - **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.
- BARACUHY, Braz. **Vencer ao perder**: a natureza da diplomacia brasileira na crise da Liga das Nações (1926). Brasília/DF: FUNAG, 2005. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Instituto Rio Branco, 2003.
- BARBOSA, Ruy. **Os conceitos modernos do direito internacional**. Rio de Janeiro: Casa de Ruy Barbosa, 1983.
- BASTOS FILHO, Jayme Araújo. **A missão militar francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. (Coleção General Benício).
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BASSET, John Spencer. **The League of Nations**: a chapter in world politics. New York: Longmans, 1930.
- BEDIM, Gilmar Antônio et al. **Paradigmas das Relações Internacionais**: realismo, idealismo, dependência, interdependência. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 2000.
- BELLO, José Maria. **História da República (1889-1945)**: síntese de 65 anos de vida brasileira. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.
- BREDA SANTOS, Norma. Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília/DF, ano 46, n.1, p.2-27, 2003.
- _____. **Le Brésil et la Société des Nations**. 1996. 269 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Universidade de Genebra, Genebra, 1996.
- CALÓGERAS, João Pandiá. O Brasil e a Sociedade das Nações. In: _____. **Estudos históricos e políticos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1969.
- _____. **A República Velha**: II evolução política (1889-1930). São Paulo: Difel, 1983.
- CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília/DF: Ed. UnB, 1981.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CASTRO E SILVA, Major Egydio Moreira de. **À margem do ministério Calógeras**. Rio de Janeiro: Melso, 1961.
- CAVALCANTI, Amaro. **A Sociedade das Nações**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.
- COLLOR, Lindolfo. **O Brasil e a Liga das Nações**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976.
- COSTA, Wilma Peres de; LORENZO, Helena Carvalho de (Org). **A década de 1920 e as origens do Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- DOIN, José Evaldo de Mello. **O capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café**. 2001. Tese (Livre Docência em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2001. v.1.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império perecerá: teoria das relações internacionais**. Brasília/DF: Ed. UnB, 2000.
- FAUSTO, Boris (Org). **O Brasil republicano: I estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1975.
- FELIZARDO, Joaquim José. **História nova da República Velha: do manifesto de 1870 à revolução de 1930**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FERNANDES, Raul. **O princípio da igualdade jurídica dos Estados na atividade internacional depois da guerra**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1921.
- FERNANDES, Raul. **A Sociedade das Nações: sua gênese, seus fins, sua estrutura, meios de ação resultados**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo**. Rio de Janeiro: Jose Olympyo, 1955.
- GARCIA, Eugenio Vargas. A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília/DF, ano 37, n.1, p.5-23, 1994.
- _____. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder**. Brasília/DF: Ed. UnB, 2000.
- GARCIA, Eugenio Vargas. **Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920**. Brasília/DF: Ed. UnB, 2006.
- _____. A diplomacia dos armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 46, v. 23, 2003. Não paginado.
- GUERRERO, Manuel Perez. **Les relations des États de l'Amérique latine avec la Société des Nations**. Paris: Editions A. Pedone, 1936.

HENIG, Ruth. **O Tratado de Versalhes (1919-1933)**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Versailles and after 1919-1933**. New Work: Lancaster Pamphlets, 1995.

HILTON, Stanley E. Afrânio de Melo Franco e a diplomacia brasileira, 1917-1943. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília/DF, ano 29, n. 113-114, p.15-46, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Brasília/DF: Ed. UnB, 1963.

KAPLAN, Morton A; KATZENBECH, Nicholas de B. **Fundamentos políticos do Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

KEYNES, John Maynard. **As conseqüências econômicas da paz**. Brasília/DF: Ed. UnB, 2002.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Tradução: Saul S. Gefter. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2001.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil**: a política externa brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LEUCHSENDRING, Dr. Emilio Roig de. **La Doctrina de Monroe y el Pacto de la Liga de las Naciones**. Cuba: La Habana Imprenta, 1920.

LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes**: marchas e combates. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

LIRA, Heitor. **Minha vida diplomática**. Brasília/DF: Ed. UnB, 1981.

MAGNOLI, Demétrio. **Manual do candidato**: política internacional. Brasília/DF: FUNAG, 2004.

MALAN, General Alfredo Souto. **Missão militar francesa de instrução junto ao exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MARGUERITTE, Victor. **Sociedade das Nações**: história de uma paz: gênese de outras guerras. Rio de Janeiro: Vecchi, 1939.

MELLO e SILVA, Alexandra de. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília/DF, ano 41, n. 2, p.139-158, 1998.

PAULA CIDADE, Francisco de. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

PLANAS- SUAREZ, Simon. **La Sociedad de las Naciones del Tratado de Versalles**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1958.

PRAZERES, Otto. **A Liga das Nações**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à história das Relações Internacionais**. Tradução Helio de Souza. São Paulo: Difel, 1967.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____.; SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva; RODRIGUES Leda Boechat (Org). **Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEAMAN, Lewis Charles Bernard. **Do Congresso de Viena ao Tratado de Versalhes**. São Paulo: Coleção Universitária de Ciências Humanas, 1977.

SIMÃO, Aziz. **Sindicato e Estado**: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Ática, 1981.

SIMONSEN, Roberto et al. **Calógeras na opinião de seus contemporâneos**. São Paulo: Tipografia Siqueira, 1934.

SOARES, José Carlos de Macedo. **O Brasil e a Sociedade das Nações**. Paris: A Pedone, 1927.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes**: análise e depoimentos. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

_____. **A história militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TOPIK, Steven. **A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

VALLA, Victor Vincent. **A penetração norte-americana na economia brasileira (1898-1928)**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

VASCONCELOS, Rui Pinheiro. **A retirada brasileira da Liga das Nações**. 1993. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial**: a diplomacia brasileira e as grandes potências. 1984. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Manual do candidato**: história mundial contemporânea (1776-1991). Brasília/DF: FUNAG, 2006.

WALTERS, Francis Paul. **Historia de la Sociedad de Naciones**. Madrid: Tecnos Madrid, 1971.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília/DF: Ed. UnB, 2002.

Fontes primárias

A SOCIEDADE das Nações. Exposição lida na Sociedade Brasileira de Direito Internacional pelo seu presidente Dr. Amaro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, n. 6, v. 156, 6, 5.

ABREU, Antonio Moreira de. **A Liga das Nações**. Rio de Janeiro: Papelaria Brasil, 1919.

Arquivo Histórico do Itamaraty

Arquivo Nacional

Arquivo Público Mineiro

Catorze Pontos de Wilson

NO CENTENÁRIO da Independência, a modernidade é apropriada. Exposição Nacional de 1908. Fachada Principal do Palácio da Exposição. Casa França-Brasil, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2001. (Coleção particular – Pavilhão da Bahia).

Pacto da Liga das Nações